

unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências

AIRTON SOUZA DE LIMA

VÍTIMAS DO ÓDIO:

**A Militância Comunista e as Lutas Camponesas no Interior
Paulista.**

MARÍLIA-SP
2010

UNESP- Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília

Airton Souza de Lima

Vítimas do Ódio: a Militância Comunista e as Lutas Camponesas no interior paulista (1945-1958)

Dissertação em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília.

Orientador: Professor Doutor Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha.

Marília/2010

Airton Souza de Lima

Vítimas do Ódio: a Militância Comunista e as lutas camponesas
no interior paulista (1945-1958) Unesp - Faculdade de Filosofia e
Ciências
Campus de Marília

Composição da Banca:

Dr. Eliel Ribeiro Machado
Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de
Londrina (PR)

Dr. Marcos Tadeu Del Roio
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp,
Campus de Marília (SP)

Orientador:

Dr. Paulo Ribeiro da Cunha
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Unesp,
Campus de Marília (SP)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à instituição FAPESP, por financiar boa parte do período da realização o trabalho, possibilitando, por exemplo, acesso ao Acervo do Estado do Rio de Janeiro, onde encontrei informações fundamentais para a pesquisa. Foi possível, assim, conhecer nuances de acontecimentos ainda pouco explorados, desse período da história das lutas camponesas, no interior de São Paulo. Também quero agradecer aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, do Centro de Documentação e Memória da UNESP, do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília, do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, da Biblioteca Municipal de Tupã Tobias Rodrigues, que auxiliaram a filtrar os materiais e encontrar dados pertinentes. Agradeço, sinceramente, aos que me concederam entrevistas: ao sr. Alcides Antoniete, ao sr. Avelino Lopes da Silva, ao advogado Paulo José de Oliveira e Silva, ao sr. Enoque Fonseca, presidente do PC do B de Tupã, a Taelman Machado de Almeida, por nos indicar o site que se refere a seu pai, Edgard Almeida Martins, que atuou pelo PCB na cidade e em outras regiões de São Paulo e à militante do PCB, Ismênia Machado, que nos ofereceu relatos, com riqueza de detalhes, sobre o trabalho que desenvolveu no interior do Estado entre os camponeses.

Quero agradecer ao meu orientador, Dr. Paulo Ribeiro da Cunha, por ter acompanhado todo o trabalho com dedicação, conhecimento, entusiasmo e paciência, pelo seu exemplo de pessoa humana e, especialmente, por haver mencionado, durante uma de suas aulas, em 2003, o massacre de Tupã, estimulando o início da pesquisa. Agradeço as contribuições preciosas da Dr^a. Isabel Lemes Faleiros e do Dr. Marcos Tadeu Del Roio, o qual aceitou gentilmente fazer parte da banca. Do mesmo modo, agradeço ao Dr. Eliel Ribeiro Machado por também ter participado da banca e feito ponderações fundamentais sobre este trabalho.

Agradeço ao casal Elon e Leila Bravo pela ajuda inestimável na revisão ortográfica e gramatical. Finalmente, agradeço à minha mãe Tiana, ao meu pai, José Zeferino e a minha irmã, Dorcas, os quais me cercaram de compreensão e carinho e me estimularam o tempo todo. Gostaria de poder ler esta parte dos agradecimentos para a minha avó, Hermínia Borsatti, que tanto se orgulhava de seu primeiro neto a cursar o nível superior.

RESUMO

LIMA, A. S. de. *Vítimas do Ódio: a Militância Comunista e as Lutas Camponesas no interior paulista (1945-1958)*. Marília, 2009. (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”.

O episódio do massacre de Tupã, em que foram mortos comunistas envolvidos na organização de camponeses no interior de São Paulo, serviu de mote para problematizar a relação entre os movimentos sociais no campo e o jogo político aberto. A escassez de informações, para a contextualização do que ocorrera em Tupã, inviabilizou o aprofundamento de um estudo de caso e redefiniu-o a partir das fontes disponíveis, que vão desde inquéritos policiais, processos jurídicos, jornais locais e partidários até alguns depoimentos de militantes, atuantes no interior do Estado, em documentos colhidos, em entrevistas, ou por intermédio da compilação de memórias, publicadas na forma de livro. As razões da inserção subalterna de camadas sociais do campo, no processo de formação da sociedade brasileira, buscaram na herança colonial o caráter híbrido de aspectos pré-capitalistas e capitalistas das relações de produção do campesinato brasileiro. Dentre tais aspectos, está a coação extra-econômica. O pioneirismo do Partido Comunista Brasileiro na luta camponesa e na organização dos trabalhadores rurais provou os limites da democracia formal. A análise da leitura que o Partido delas fazia para estabelecer as estratégias de atuação no campo, contraposta às das conjunturas históricas e às das particularidades regionais, às das diferentes demandas dos vários segmentos da população rural de São Paulo, revelou alguns motivos que levaram o Partido a ter maior penetração entre os lavradores em algumas regiões do interior do Estado de São Paulo e menor em outras.

Palavras-chave: lutas camponesas, militância comunista, interior de São Paulo.

ABSTRACT

LIMA, A. S. de. *Victims of the Hate: the Communist Militancy and the Struggles Peasants in the interior of Sao Paulo (1945-1958)*, Marília, 2009. (Master's Degree in Social Sciences) - Faculty of Philosophy and Sciences, Campus of Marília, State University “Júlio de Mesquita Filho”.

The episode of the massacre of Tupã, which killed communists involved in the peasants' organization in the interior of Sao Paulo, served of motto for to analyze to the relation between the social movements in the field and the open political maneuvering. The shortage of informations of the immediate context to the event of Tupã to make impossible the study of the case more complete and it re-defined the object from the available fountains. These fountains from the police inquiries, legal processes, local and supporting newspapers, until some militants' testimonies, which acted in the interior of the State, gathered or in interviews or through the compilation of his memories in works published in the form of book. The question on the reasons of the subordinate insertion of the social layers of the field, in the process of formation of the Brazilian society, looked in the colonial inheritance for the hybrid character of aspects capitalist-pre and capitalists of the relations of production of the Brazilian's peasants. Among these aspects was the extra-economical coercion. The pioneer work of the Communist Brazilian Party in the struggle peasant and in the organization of the rural workers proved the limits of the formal democracy. The analysis of the reading what their Party was doing, to establish the strategies for the acting in the field, to opposed a the historical conjuncture and a the regional peculiarities and a the different demands of several segments of the rural population of Sao Paulo, revealed some motives that took the Party to have bigger penetration between the farm-hands in some regions of the interior of the State and reduced in others.

key words: struggles peasants, communist militancy, countryside of Sao Paulo.

SUMÁRIO

Apresentação	07
Introdução	11
O campesinato e a política: enfoques.	20
Capítulo I - Os contextos, os Manifestos e a aliança operário-camponesa	37
Campanhas pela Paz e do “Petróleo é Nosso”, os camponeses e o Manifesto de 1954.	46
A imprensa vermelha e o campo.	53
A Declaração de Março de 1958 e a mobilização dos camponeses.	56
Capítulo II - A Política da “União Nacional” e a organização dos camponeses no interior de São Paulo.	66
Eleições Municipais e os Vereadores de Prestes no interior de São Paulo.	68
Primórdios da organização dos camponeses: a breve legalidade.	73
Capítulo III - A Traição da Democracia Formal	89
A Frente de Libertação Nacional e a aliança operário camponesa no interior de São Paulo.	90
Vítimas do ódio: a chacina de Tupã.	97
A revolução agrária contra a “ditadura feudal-burguesa”.	107
Capítulo IV - Entre o legal e o ilegal: o avanço da organização dos trabalhadores rurais.	112
A Libertação Nacional vem pelos trilhos.	116
A Marcha da Produção, o PCB e a política de Frente Ampla no campo.	131
Considerações Finais	136
Referências bibliográficas	141
Acervos consultados/Entrevistas	146
Sites Consultados	147

APRESENTAÇÃO

Mesmo morando há quatorze anos na cidade de Tupã, foi somente durante uma aula de Ciência Política, em meados de 2003, no Campus da Universidade Paulista (UNESP) de Marília, que ouvi falar do massacre que vitimou três militantes do PCB, quando estes tentavam organizar a União dos Lavradores da Alta Paulista, em 1949. Intrigou-me, sobretudo, a ignorância e o silêncio, reinantes na cidade, em relação a esse acontecimento histórico. O “fundador de Tupã”, ao narrar a história do município, o faz de maneira a deixar claro o seu papel como protagonista, não mencionando, em nenhum momento, o que ocorrera na fazenda Luar, ex-propriedade sua, nos idos de 1949. Até mesmo a obra *“Tupã, depoimentos de uma cidade”*, elaborada por cinco pesquisadores do município e publicada em 2004, só cita o episódio no último capítulo (XXIII), intitulado “Cidadão Protegido”, que trata das instituições de segurança pública locais. Ou seja, a obra reproduz uma herança da Primeira República, que era tratar “caso social” como “caso de polícia”.

Ao pesquisar o episódio, que culminou na morte dos três militantes comunistas, a dificuldade maior foi encontrar alguém, da época, disposto a falar sobre o assunto, o que, conseqüentemente, me limitou a uma abordagem menos profunda do que ocorrera naquele período. Quando iniciei o trabalho, o primeiro a ser entrevistado foi o dirigente do Partido Comunista do Brasil, na cidade, Enoque Fonseca, que conhecera, pessoalmente, Edgard Almeida Martins, um militante atuante, no município, entre 1945 e 1949. Fonseca indicou-me, ainda, dois nomes: Paulo José, grande conhecedor da história política de Tupã, e Alcides Antoniete, antigo membro do Partido Comunista Brasileiro, contemporâneo à época do massacre. Antoniete, senhor de avançada idade, lembrava-se difusamente do massacre. Tanto Alcides Antoniete quanto Paulo José só conseguiram articular bem os acontecimentos posteriores ao recorte temporal estabelecido nesta pesquisa. Dentre todos os entrevistados, somente o sr. Avelino Lopes da Silva, testemunha ocular do fato, morador da Fazenda Luar, além de ter boa memória quanto aos fatos, prontificou-se a falar sobre o assunto, sem preocupação em ser identificado.

A busca por fontes de pesquisa, que oferecessem dados sobre o massacre em seu contexto e desdobramentos, revelou escassez de informações em nível local, mas abriu um leque de dados quanto à atuação dos comunistas, entre os camponeses, no interior do Estado de São Paulo. No âmbito local, as informações foram obtidas a partir de consultas feitas ao acervo do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, principalmente, dos arquivos do “*Jornal de Tupã*”, publicados no período de 1945 a 1958. A leitura das publicações relativas ao referido período possibilitou-me perceber as transformações da política local e dos rumos tomados pela militância comunista, antes e depois do massacre. Até 1949, era perceptível o envolvimento dos comunistas com os camponeses. Por outro lado, a partir de 1950, as referências feitas ao PCB e seus integrantes são poucas e estão ligadas às eleições locais. Ainda por meio da mesma fonte, foi possível verificar a fundação de instituições como a Casa do Pequeno Lavrador e a Associação Rural de Tupã. Permitiu, ainda, visualizar as alianças que se fizeram entre as oligarquias agrárias rurais do município e os pequenos proprietários. Na coletânea pesquisada do jornal *Diário de Tupã*, sob os cuidados do museu Índia Vanuíre, há o depoimento de um antigo membro da Associação Rural de Tupã, Carivaldo Caçado Castanheira, que respalda e redimensiona as informações obtidas na consulta aos números do *Jornal de Tupã* da época. Portanto, um estudo de caso dissolveu-se, diante da precariedade das informações disponíveis sobre a atuação dos comunistas da cidade entre os trabalhadores rurais, no período de 1945 a 1958, no panorama das tentativas do PCB na organização da luta camponesa, pelo interior do Estado de São Paulo.

Deve-se ressaltar, entretanto, que, na reconstrução do episódio, foi fundamental a obra memorialística, “*A Pintura em Contos de Fada*”, organizada por Ivan Alves Filho, de Aparecida Azedo, militante do Partido e sobrevivente do massacre. No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, encontra-se documentos que fazem referência ao Comitê do PCB, de Tupã, e da violência do mandão local e da sua relação estreita com a polícia, respaldando a obra de Aparecida Azedo. No referido arquivo, há também artigos do jornal *Imprensa Popular* que deram cobertura aos acontecimentos posteriores à chacina.

A consulta ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), especificamente, ao prontuário e à pasta de Ordem Social da Delegacia de Tupã, revelou um dado inédito: a existência de duas células comunistas entre os camponeses do município, a “Nelson

Rodrigues Vasconcelos” e a célula “Granada”, que eram desconhecidas até então, e deixa claro o esforço do Comitê Municipal em organizar os trabalhadores rurais da região. A análise dos prontuários de Nestor Veras e de Edgard Almeida Martins possibilitou a descrição de alguns aspectos de suas trajetórias na militância comunista entre os camponeses, no interior de São Paulo. A pasta temática Agitação Rural, por conter relatórios de agentes reservados ou infiltrados do Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS), forneceu, com riqueza de detalhes, os meandros da organização desenvolvida pelos comunistas entre os trabalhadores rurais, revelando suas táticas, estratégias de atuação e os desafios enfrentados. Neste sentido, foram úteis os resultados da consulta ao acervo do Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM), embora a trajetória da militância comunista, no interior do Estado, fosse narrada sob o olhar do agente “infiltrado” entre os integrantes do Partido.

Artigos dos diversos jornais do PCB, voltados para o campo, compilados por José Cláudio Barriguelli, em “*Subsídios à História das lutas no campo em São Paulo (1870-1956)*”; os documentos do acervo Nestor Vera, do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM); bem como, as memórias de militantes históricos, como a de João Falcão, em “*O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*”; as de Leôncio Basbaum, em “*Uma vida em seis tempos: memórias*”; Gregório Bezerra, em *Memórias* e de trabalhos como “*O camponês e a história: a construção da Ultab e a formação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*”, organizado por Paulo Ribeiro da Cunha, e a obra “*Lutas Camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*”, dos organizadores Clif Wech e Sebastião Geraldo, permitiram o resgate da história dos fatos sob a perspectiva dos membros do Partido. Ainda neste sentido, tive a entrevista com Ismênia Machado, militante que atuara, na região de São José do Rio Preto, e que participou de movimentos dos trabalhadores rurais, como o que envolveu quase 900 camponeses, em Fernandópolis.

Deste modo, o estudo de caso cedeu lugar a uma análise das contradições e das particularidades que envolveram, tanto a luta camponesa, no interior do Estado de São Paulo, quanto o desafio enfrentado pelo PCB, para inserir os lavradores nos espaços democráticos dispostos no sistema capitalista, ou, ainda, organizar, a partir da aliança operário camponesa, a base de um Exército de Libertação Nacional. Trata-se, portanto, de

relacionar as demandas dos diferentes segmentos dos trabalhadores rurais, encontradas no chão da militância, com a leitura do processo de revolução e as estratégias do PCB voltadas para o campo, sem perder de vista, entretanto, as conjunturas históricas e o conjunto de alianças com as outras classes sociais, no período entre 1945 e 1958. O ano de 1945 marca o início período da breve legalidade desfrutada pelos comunistas e os primórdios de sua militância entre os camponeses. Posteriormente, amainados os impactos da denúncia sobre o culto à personalidade de Stálin, entre os militantes, a Declaração de Março de 1958 consolida o retorno dos partidários do PCB aos sindicatos e às organizações oficiais, lançando as bases para que se tornassem hegemônicos na condução dos movimentos sociais, nos primeiros anos da década de sessenta.

Nesta perspectiva, o próprio massacre, ocorrido em Tupã, representa os entraves encontrados, no exercício da liberdade política, pelas camadas subalternas da sociedade, especialmente, quanto à mobilização dos trabalhadores ligados ao campo. No contexto da Segunda República, há de se perguntar o porquê de um Estado democrático reprimir e excluir, do centro de tomadas de decisões coletivas, uma ampla camada de sua população, composta pelo campesinato, bem como, o do não reconhecimento da legalidade de um Partido político que pretendia representar as massas.

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, pode-se conceituar o campesinato como uma classe social vinculada a terra, como seu meio de produção primordial, e da qual extrai sua subsistência. As formas como os camponeses se relacionam com a terra e com o fruto do seu cultivo configuram sua relação social de dependência, a qual se dá quando o seu acesso a ela é condicionado pela cessão de parte de sua produção a uma outra classe social dominante, como acontece nos casos de servidão; ou de independência, quando estes têm total autonomia sobre a produção e sobre o uso dos seus resultados. Diferentemente do que ocorre no sistema capitalista puro, a dependência é uma característica das relações sociais pré-capitalistas, nas quais não há separação entre o político e o econômico, ou seja, as relações sociais são mantidas por coação extra-econômica. Para Barrington Moore Jr., uma história prévia de subordinação a uma classe superior proprietária, reconhecida e reforçada pelas leis, é uma das principais características distintivas da classe camponesa. (s.d., p. 141) Desta forma, com o advento do capitalismo, surge a possibilidade do campesinato tornar sua autonomia parcial (no que se refere à forma do cultivo e do produto a ser plantado e sua destinação) em autonomia plena, garantida pelo título de proprietário.

A condição camponesa difere, segundo o historiador Eric Hobsbawm, da do fazendeiro comerciante da Inglaterra, do século XIX, e da condição do proletário rural das plantações de larga escala. (1978, p.42) A terra demarca o espaço da família, parentes, vizinhos, que participam de uma comunidade de laços e prestações de serviços, favores e obrigações. Terra e trabalho envolvem todos em um único “nós”. (Ianni,1985,p.28) Assim, de acordo com o antropólogo Eric Wolf, o camponês não pode ser confundido com um fazendeiro, tampouco pode ser considerado um assalariado rural. Não é fazendeiro pois objetiva, no máximo, sua subsistência e uma posição social restrita ao seu grupo. Não é que esteja de todo fora do mercado, mas só produz para o mercado depois de ter garantida a subsistência. O lucro serve apenas para garantir a compra de outros produtos que não se produzem em casa. O fazendeiro, por seu turno, entra no mercado plenamente, em concorrência aberta, na busca da maximização dos lucros. (Wolf, 1984, p. 10-16) Não é um

assalariado rural, uma vez que, nesta condição, o trabalhador é livre tanto do seu meio de produção (a terra) quanto da dependência do proprietário da terra. Enquanto for mantida alguma combinação entre o vínculo com a terra (dependente ou independentemente em relação a uma classe dominante proprietária) e o cultivo para subsistência, podemos falar em campesinato. Nesta concepção, incluem-se, portanto, os arrendatários, os meeiros (parceiros), posseiros e os proprietários-trabalhadores (sitiantes)¹.

Levando-se em conta essas considerações, podem-se elaborar hipóteses para a pesquisa a partir do debate pecebista sobre a questão agrária, na formação histórica do Brasil, em fins de 1950 e início de 1960.² Um dos grandes expoentes desse debate, Caio Prado Jr., ao discorrer sobre as teses do V Congresso do PCB, ocorrido em setembro de 1960, criticou a noção que considera que a elevação dos padrões de vida dos trabalhadores rurais surgiria do desenvolvimento do capitalismo e da extinção da parceria. Na sua obra, publicada ainda na década de 60, *A Revolução Brasileira*, ele acusa os dirigentes do PCB da ausência de uma teoria revolucionária para conduzir os movimentos sociais.

Realmente, na ausência de uma tal teoria, e incapacitadas por isso de se conduzirem na complexidade dos fatos reais que não se ajustam a seus esquemas teóricos sem correspondência com a realidade, as esquerdas brasileiras não podiam como de fato não lograram mobilizar efetivamente as verdadeiras forças revolucionárias. No que se refere ao proletariado, não foram além de reivindicações salariais imediatas que a precipitada inflação tornava fácil não apenas levantar, como de conduzir a aparentes vitórias. Isso nas cidades, porque no campo onde o assunto se apresentava muito mais complexo, a coisa era pior, pois as prédicas para uma massa trabalhadora rural fantasiada para as circunstâncias de campesinato do tipo europeu dos séculos XVIII e XIX, e as imprecações

¹ Na condição de arrendatário o trabalhador rural destina uma parte dos ganhos obtidos na venda do produto que colheu a título de aluguel e/ou parte de seu tempo de trabalho para realização de algum serviço (como deixar pastagem formada para criação gado) ao proprietário da terra. Já o meeiro (ou parceiro) entrega a meia, terça ou quarta parte da safra obtida ao proprietário. O colono também pode ser enquadrado num tipo de parceria, ele é o morador da fazenda que recebe pela formação e pelo trato de determinado quantum de pés de café. Ocorria, às vezes, que lhe era permitido plantar roças para sua subsistência nas ruas dos cafezais ou em certas faixas de terra. Os posseiros são aqueles que trabalham em terras devolutas e alcançam o título de propriedade do solo que ocupam após um longo período de tempo, caso durante este período ninguém tenha comprovado ser proprietário daquelas terras.

² Tem-se um panorama interessante deste debate em Santos (1996).

contra o “feudalismo” não encontravam aí, nem podiam encontrar nenhuma ressonância. (Prado Jr., 1966, p.24)

A transformação do latifúndio feudal em exploração capitalista só teria sentido na Europa e na Rússia Tzarista, onde o senhor feudal perdeu privilégios e se tornou mero proprietário, condição peculiar que coadunaria os interesses da burguesia e dos camponeses na disputa pela propriedade. Substituiu-se o senhor feudal pelo camponês capitalista, o que caracterizou uma Reforma Agrária como parte da revolução democrático-burguesa. (Prado Jr., 1966, p. 59) Tal Reforma não se aplicaria ao Brasil, pois:

faltou aqui a base em que assenta o sistema agrário feudal, [...], uma economia camponesa [...] que vem a ser a exploração parcelaria da terra ocupada e trabalhada individualmente por camponeses, isso é, pequeno produtor. (Prado Jr., 1966, p. 61)

A grande propriedade brasileira se constituiria da exploração comercial em larga escala, não parcelada, e realizada por braço escravo. Ao contrário do camponês, que luta pela livre utilização e exploração da terra, o trabalhador da grande propriedade rural (escravo ou livre) seria mantido remunerado ou compensado pelos serviços que prestaria pelo senhor ou proprietário, sob cujas ordens e a cujo serviço se encontraria. Deriva daí, que o trabalhador, nessa situação, dirigiria sua luta principal em sentido diverso da do camponês e, essencialmente, no de melhorar quantitativa e qualitativamente sua remuneração e os recebimentos na condição de empregado. Eles não se orientariam diretamente para a ocupação e posse da terra. (PRADO JR., 1966, p. 65) Encontramos o fundamento dessas asserções na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado. Nela, o autor não admite a tese da existência de aspectos feudais nas origens do Brasil, tendo em vista o sentido mercantil da economia colonial, que estaria assentada na grande propriedade e no trabalho escravo.

É interessante perceber que a questão camponesa só não se afirma a partir de Caio Prado devido ao equívoco de sua interpretação que admite um modo capitalista desde a gênese da colonização, extraíndo seus argumentos da esfera da circulação simples do capital, embutindo, sem mais, as determinações da esfera da circulação ampliada do capital.

Em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado considera que os escravos seriam remunerados com alimentos, vestes e habitação, além de obter trabalho autônomo aos domingos, e que tais condições se aproximariam da de empregado. (PRADO JR, 1966, p. 65,66) Elide-se, dessa forma, a condição de capital fixo do escravo e a condição formal de “ser livre”, ou seja, uma legitimação jurídico-política para transformá-lo em uma modalidade de capital variável, em mão-de-obra assalariada. (HIRANO, 1988, p. 14-16) Descontado esse aspecto, as considerações que Caio Prado faz do “clã-patriarcal”, na época da colônia, podem ser lidas como descrição de relações de tipo pré-capitalistas, nas quais o econômico está subsumido a relações não-econômicas.

O “clã patriarcal” constituía-se “desde o proprietário até o último escravo e agregado que entra para sua clientela, compunha uma unidade econômica, social, administrativa e até, de certa forma, religiosa.” (PRADO JR., 2000, p. 293) Laços de dependência se estabeleceriam até entre senhor e escravo. Os trabalhadores livres ou agregados teriam uma liberdade relativa que não ia além de trocar um senhor por outro. Fora dessa órbita, refugiar-se-iam os negros fugidios, índios e caboclos isolados pela distância do mundo do “senhor rural”. A população vegetativa tomaria contato com a grande propriedade de dois modos: agregados e moradores de engenho recebiam “proteção” e “auxílio”, em troca de pequenos serviços e bajulação. Outro conjunto dessa população formava bandos turbulentos nos sertões e saqueava os povoados, ou prestava serviços aos poderosos, constituindo milícias que policiavam os domínios rurais. Finalmente, o pequeno produtor da lavoura de subsistência viveria nos “poros da grande lavoura e gira[ria] na sua órbita, sem condições de obter plena autonomia em relação ao grande proprietário”, participava, assim, do regime que ele estabelecia quase pelo mesmo título dos simples rendeiros e agregados. (PRADO JR., 2000, p. 297) Dessa forma, a lavoura de subsistência era um setor subsidiário da economia colonial e seus avanços e retrocessos dependeriam da comercialização do produto da grande propriedade. Nos momentos de crise nas exportações, a produção de alimentos era incrementada com maior número de braços, ocorrendo exatamente o oposto, quando as exportações tinham um bom desempenho. (PRADO JR., 2000, p.163)

Ora, como não colocar, para a formação brasileira, a questão camponesa? Levando-se em conta a concepção de campesinato, delineada no início, compreende-se que

o fato de a economia de subsistência depender ou orbitar, avançar ou retroagir de acordo com os resultados do comércio internacional do latifúndio monocultor, não exclui a existência e os problemas da pequena lavoura de subsistência; antes, traz à tona a autonomia do camponês como uma possibilidade oferecida, dentro do próprio sistema capitalista, de subtrair-se à coação exercida pelo grande proprietário. O acesso à terra pressupõe a possibilidade de subsistência do campesinato, neste sentido, a luta pela posse da terra, em um processo de revolução democrático-burguesa, pode não parecer tão absurdo como queria Caio Prado. Entretanto, este pensador considerava que, no contexto de sua época, a questão crucial era a capacidade de determinação que a grande propriedade exercia sobre o mercado de trabalho, que, naquele momento, seria a única alternativa desses trabalhadores obterem seu meio de subsistência. O pressuposto de Caio Prado aponta para a hipótese de que o interesse dos movimentos sociais no campo estaria voltado para a melhoria das condições de vida e oportunidade de emprego, e não para a luta pela posse de terra.

Neste debate pecebista da década de sessenta, uma outra leitura assinala a mesma questão do monopólio da terra, mas com ênfase na posse da terra como problema crucial para romper com o domínio do latifúndio. Em sua obra mais conhecida, *Quatro séculos de latifúndio*, Alberto Passos Guimarães coloca o monopólio da propriedade da terra como a causa fundamental da coação extra-econômica sobre as relações sociais. A implantação da forma escravista não fora suficiente para diluir o caráter feudal da colonização,

Muito freqüentemente as formas escravistas entrelaçavam-se as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou a lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados [...]

Não faltava aos senhorios coloniais a massa de moradores “livres” ou de agregados utilizados nos serviços domésticos ou em atividades acessórias desligadas da produção. [...] (Guimarães, 1977, p. 29)

Em tais bases, a economia açucareira da colônia era uma formação híbrida feudal-escravista. Como a classe que detém o meio de produção mais importante também era a classe capaz de manter a coação extra-econômica, ela teria, rapidamente após a Abolição,

encontrado novas formas servis de trabalho experimentando desde os *cules chins*, os imigrantes até adotarem os caboclos como servos de gleba. Tal processo se efetivou recuperando tradições medievais, mediante a lei de locação de serviços e contratos de parceria. (Guimarães,1977, p. 39)

Guimarães identifica a primeira ameaça ao latifúndio na extinção do regime de sesmarias, em 1822, pois, ao mesmo tempo em que a posse da terra era um dos meios do latifúndio se expandir, ela possibilitaria meios de luta por novas formas de apropriação da terra, e, mais tarde, o desenvolvimento de dois tipos menores de propriedade rural: a capitalista e a camponesa. (Guimarães, 1977, p. 113-114) Seriam os “intrusos” e “posseiros” que expressariam a decadência da instituição das sesmarias, proporcionando o parcelamento da terra e sua utilização na produção de alimentos para atender o mercado interno, gerado pela mineração. (Guimarães, 1977, p.122)

Em 1850, com a Lei de Terras, que determinava a propriedade da terra a partir da compra, novas posses foram proibidas, o que atendia aos interesses dos senhores do Império e, mais tarde, senhores da República: os latifundiários dos cafezais de São Paulo. (Guimarães, 1977, p.134) O autor ainda ressalva a sobrevivência do aspecto feudal daquilo que fora fazenda de café feudal-escravista: o monopólio feudal da terra, o principal dos meios de produção, que garantiu o domínio sobre as coisas e sobre os homens e, portanto, o poder extra-econômico.

Numa outra leitura, Nelson Werneck Sodré aproxima suas lentes da dependência característica nos modos de produção anteriores ao capitalismo. Ele retoma o conceito tradicional de feudalismo, ou seja, a de que um feudo corresponde a uma unidade produtora agrícola, com artesanato rude, voltada para a auto-subsistência. É sintomático Sodré citar Henri Pirenne, quando este afirma que “cada domínio se bastava a si mesmo e constituía naturalmente um pequeno mundo fechado”, tendo no comércio seu fator de dissolução. Tal concepção, no contexto de 1962, corresponde ao interesse daquele intelectual marxista no debate político, em que se trata de vincular as formas sociais e técnicas do modo de produção vigente no Brasil, à sua inserção no sistema econômico mundial. (GRESPLAN, 2006, p.150)

No feudalismo, como em modos de produção anteriores ao capitalismo, ocorreria a confusão entre o econômico e o social, em que as relações econômicas eram expressas

por relações não econômicas. No “medievalismo”, termo variante para feudalismo, “não existia o indivíduo independente, sua definição precisa tem dois traços: a renda e o laço de dependência social” (Sodré, 1990, p. 21). Sodré instrumentaliza o “modelo universal” do desenvolvimento histórico para conferir as particularidades do caso brasileiro e, é neste sentido, que sua obra enriquece o debate. Ao definir os aspectos que comporiam o universal, Sodré não enrijeceu a sua análise, como o acusam, antes, ao interpor ou contrapor tais aspectos ao “particular”, conseguiu problematizar as especificidades do processo histórico brasileiro. A “transplantação” do europeu trazia suas condições de origem, enquanto a “transplantação” do negro se daria na condição de escravo, o que propiciaria uma “heterocronia”, ou seja, a contemporaneidade do não coetâneo no mesmo espaço geográfico.

O diagnóstico de Sodré, em 1962, é que o capitalismo, para se completar, precisaria remover os obstáculos do setor conservador, como nas “revoluções burguesas dos países avançados”. Nos últimos capítulos de *Formação Histórica do Brasil*, o termo feudal aparece ao tratar-se da política dos governadores na República Velha, quando “o Brasil era dividido em tantos feudos, reconhecidos no centro, quantos os seus estados federados” (Sodré, 1962, p. 248). Canudos e Contestado seriam sinais de alarme para a estabilidade oligárquica no campo. Aparece aí o sentido de relação social determinante na política, registrando-se a existência de “populações submetidas a relações de semi-servidão”, cuja emergência para a vida política teria influído na crise republicana que levou à Revolução de 1930.

Sem falar de feudalismo no Brasil, Jacob Gorender abre uma outra vertente interpretativa, em sua obra *O escravismo colonial*, em que define uma teoria original sobre o processo de formação da sociedade brasileira. Segundo essa teoria, o capitalismo do país emergiria das bases de um modo de produção particular, endógeno à história do Brasil, assentado no trabalho escravo e na plantagem (*plantation*) voltada para o mercado externo.³ Para Gorender, mesmo em sociedades nas quais a extração da mais-valia, ou do excedente, realiza-se sob coação extra-econômica e, portanto, de forma política e/ou ideológica, como no caso do escravismo patrimonial e do feudalismo, é o modo de produção que explicaria tal coação. No caso em que, na realidade empírica, exista uma combinação de modos de

³ Gorender, J. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978.

produção e de superestruturas correspondentes, um dos modos de produção exerceria o papel determinante na formação social. (Gorender, 1980, p.51)

Tendo em mente esse axioma do materialismo histórico, o autor estabelece um outro, segundo o qual, um modo de produção deve ser conceitualmente uma totalidade orgânica. Com ironia, ele faz referência a um dos expoentes da teoria do modo de produção dependente (ou colonial): “como estabelecer legalidade própria [leis do movimento do capitalismo dependente] daquilo que por definição está referido a outra situação que o contém?” É por essa razão que Gorender se permite falar em um novo modo de produção, ao defender a tese do modo de produção escravista colonial. O que seria intrínseco a esse modo, era o fato de que a combinação da plantagem com o trabalho escravo gerou uma alta produtividade, que, diante da insuficiência do mercado interno, adequava-se para atender ao mercado externo, em termos monopolistas. (Gorender, 1980. p. 57)

Gorender defende a tese de que o capitalismo no Brasil parte do escravismo colonial, e não do feudalismo. O alto grau de comercialização externa de sua produtividade indicava que, ao se desintegrarem as relações escravistas, o capitalismo sairia favorecido por uma acumulação originária do capital e pelo desenvolvimento das forças produtivas. No final do século XIX, com a abolição da escravidão, surgiu um capitalismo subordinado ao latifúndio pré-capitalista, que abrangeria tanto o latifúndio plantacionista, quanto o pecuário. (Gorender, 1980, p. 62)

No período pós-abolição, formas camponesas pré-capitalistas combinaram-se com a estrutura de plantagem e com a do latifúndio pecuário, por meio de tipos pré-capitalistas de renda da terra, e com aspectos de servidão, em certas regiões. Não se tratava de sobrevivência feudal, uma vez que não existiu, senão raramente, o regime de servidão de gleba ou de enfiteuse, que garantisse a renda do senhor feudal e fixasse o camponês à terra, ainda mais levando-se em conta o aspecto mercantil deixado pelo escravismo colonial e o surgimento da indústria capitalista.

Na realidade histórica fatural, o modo de produção capitalista em nenhuma parte se estabeleceu no vazio, [...] porém, teve que se defrontar e coexistir com outros modos de produção. Alguns deles se lhe tornaram subsidiários ou foram por ele mesmo recriados, enquanto não conseguiu

reorganizar suas forças produtivas a maneira capitalista. (Gorender, 1980, p.60)

No caso brasileiro, formas camponesas, que precederam o capitalismo, foram combinadas com o pequeno produtor capitalista, o colono de café, o morador (agregado) do Nordeste, o meeiro, o parceiro, o vaqueiro que trabalhava pela quarta parte, etc. A formação da classe dominante latifundiária pós-escravismo tem sua base mais na renda da terra do que no lucro capitalista (Gorender, 1980. p. 63). A análise de Sodré se aproxima da de Gorender, nesse aspecto da constituição do capitalismo no Brasil, quando aponta para uma dinâmica endógena que coadunaria formas de relação pré-capitalistas com capitalistas. Além do mais, criaria novas relações, como a do colonato, a qual retrataria claramente que não havia uma passagem pura e simples do escravismo para o trabalho assalariado, visto que o colono seria, ao mesmo tempo, assalariado e servo. Seria assalariado porque desprovido dos meios de produção e, vendendo sua força de trabalho, ele seria livre, ao passo que estaria, simultaneamente, submetido às formas de exploração feudal, sendo assim, um semi-proletário. (Sodré,1962, 355-6)

Nosso capitalismo não nasceu das ruínas feudais que, aqui, só vicejaram em determinadas áreas, secundárias em sua maior parte, de início, ou foram aproveitados pelo capitalismo nascente, com a captação das formas pré-capitalistas de acumulação. (Sodré, 1962, p. 115)

Esse hibridismo de modos de produção, sobre o qual se ergueu o sistema capitalista no Brasil, permite trabalhar com a hipótese de que, na realidade, a luta camponesa pela garantia da posse da terra, para a conquista de autonomia e auto-subsistência para reprodução de seu modo de vida convive com outras demandas advindas das diversas condições sob as quais estariam submetidos os trabalhadores rurais. Por isso, para saber quando e onde os movimentos sociais buscam melhores condições sobrevivência e de trabalho, melhor posição no mercado de trabalho ou lutam pela propriedade da terra, ou qualquer combinação ou contradição entre estas demandas, importa relacionar as conjunturas, os grupos sociais envolvidos e as particularidades regionais dos movimentos sociais no campo.

O campesinato e a política: enfoques

Parece haver um consenso entre os autores, quando discutem o tema do camponês e a política, em torno da afirmação de que os movimentos camponeses estão sempre relacionados às transformações sociais profundas. As divergências dizem respeito ao papel desempenhado pelo campesinato nessas transformações, se este é passivo, reativo ou ativo. A necessidade ou não, ou, ao menos, a eficácia ou não da direção do campesinato por segmentos sociais urbanos, também é outro ponto de discussão inconclusa entre os pensadores do tema. O objetivo deste debate é definir alguns conceitos, para aclarar as complicadas questões que surgem sobre a relação entre os camponeses e os grupos mediadores.

Na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Karl Marx considera o conjunto dos pequenos proprietários camponeses da França a base social de amparo e consolidação do golpe de Estado de dezembro de 1851, possibilitando a Restauração da monarquia absoluta sob Luís Felipe, sobrinho de Napoleão Bonaparte. No caso francês, daquele período, a conceituação de classe camponesa implica uma contradição. A massa de milhões de pequenos proprietários rurais, sob condições econômicas que isolavam os camponeses uns dos outros, constituía-se uma classe ao opor seu modo de vida, seus interesses e sua cultura aos das outras classes sociais. Todavia, ao não estabelecerem uma comunidade, uma ligação nacional ou uma organização política entre si, os camponeses negavam, apesar da similitude de seus interesses, seu caráter de classe.

Não podem representar-se, tem que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes [...] A influência dos pequenos camponeses, portanto,

encontra sua expressão final no fato de que o Poder Executivo submete ao seu domínio a sociedade.⁴

A partir desta análise de Marx, Hobsbawm demonstra o quão paradoxal e contraditória pode ser a mobilização das inquietações camponesas. É preciso ponderar que Marx entendia a contradição da condição de classe dos camponeses como uma especificidade do isolamento causado “pelo mau sistema de comunicações existente na França” e pela pobreza de seus camponeses. Hobsbawm, por sua vez, tenta forjar um modelo universal para compreensão dos movimentos sociais do campesinato. Assim, segundo este autor, o mundo camponês, em sua relação com outros grupos sociais, seria marcado não só pela sua subalternidade, mas, também, pelo confronto aberto com o poder. O relativo isolamento e sua conseqüente ignorância dificultariam a ação camponesa sem liderança, nem organização, sendo quase impossível uma “revolução camponesa”. Desse modo, enquanto classe, os camponeses são incapazes de impor seus interesses em seu próprio benefício, não se podem representar e são representados pela expressão suprema do poder executivo.

Côncios da política local, seu relativo isolamento dificultaria perceber movimentos políticos mais amplos. Visto que, a distância entre o poder do governo nacional e a estrutura da política local incide na identificação do poder e da legislação estatais com os homens do poder na comunidade, em suas relações com seus clientes e aqueles a quem possam subornar ou intimidar. Por outro lado, é o mito de um “imperador”, que traria a Justiça o que possibilitaria uma ação política mais ampla. O que mais os camponeses podem saber, depende do sistema político real. Desse modo, utilizam tribunais nacionais para resolver seus litígios, por meio de uma cadeia de advogados que os ligam ao governo nacional. As eleições, os partidos, a intervenção do Estado em seus assuntos, a emigração em massa, o contato com a cidade, tudo exige o conhecimento do camponês que, embora não possa explicá-las, compreende que as mudanças estão ocorrendo. (HOBSBAWM, 1978, p.51) Entretanto, a personalização das relações sociais (pelo clientelismo ou pela parentela artificial), bem como, divisões paralelas entre essas

⁴ Marx, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 5ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, Série Os Economistas, 1983, p. 403.

comunidades, são condições que limitariam essa consciência de classe. Daí a importância de intelectuais amigos pertencentes ao local. (HOBSBAWM, 1978, p.47-49)

O movimento camponês só se tornaria nacional a partir de uma força externa (natural, econômica, política ou ideológica), ou quando um grande número de comunidades é incitado na mesma direção; no demais, se constituiriam em casos esparsos e isolados. A solidariedade dos camponeses, em conflitos com terceiros, pode até gerar uma explosão epidêmica e espontânea. Decorre de sua condição de subalternidade, em relação aos outros grupos sociais, sua ambivalência política. Ao manifestar passividade, sua estratégia normal de luta, esconde práticas clientelísticas e barganhas, que vão de seu local restrito até o poder estatal. (HOBSBAWM, 1978, p.55) Ou seja, “O mais submisso dos camponeses é não apenas capaz de ‘trabalhar o sistema’ em seu próprio proveito – ou antes, para seu mínimo desproveito - mas também de resistir e, quando oportuno, de contra-atacar”. (HOBSBAWM, 1978, p.50) Assim sendo, mesmo sem negar a legitimidade das instituições como a propriedade, o Estado, etc., um movimento para recuperar o acesso à terra pode ser revolucionário na prática e legalista na teoria. Importa a conjuntura prática em que se operam as aspirações teóricas do movimento. Por isto, em zonas de fronteiras, o camponês pode sempre estar armado e ser totalmente insubmisso. É passivo quando a ordem social está sólida, é ativo quando ocorrem mudanças na ordem social mais ampla. Sua exclusão da política oficial pode levá-lo a trocar suas relações institucionalizadas pelas de força, quando o grupo percebe seu potencial. (HOBSBAWM, 1978, p.53)

Eric Wolf, embora faça ressalvas quanto a ser indispensável o apoio de grupos externos, reconhece a importância dos grupos mediadores que estabelecem relação social, econômica e política, entre o camponês e a sociedade mais ampla, ou seja, o proprietário de terras, o comerciante, o chefe político, o sacerdote. Para o antropólogo, esses grupos influenciam decisivamente nas sublevações políticas. Tudo depende da configuração das relações entre as classes sociais, em determinada conjuntura histórica. Em sua conclusão, Wolf denota que, nos períodos de transição, quando grupos sociais da antiga ordem social convivem com os da nova ordem, surgem, ao lado dos comerciantes compradores, dos “especialistas em finanças”, dos chefes de sindicatos, dos capatazes, etc., grupos que não participam do comércio e são fornecedores de habilidades. O pequeno funcionário tem sua liberdade de ação restrita pela burocracia: o professor e o advogado logo percebem que

devem se restringir em lidar com sintomas, sem lidar com as causas. Além do mais, seus clientes pertencem a um amplo espectro social, sem, no entanto, ter, com estes, qualquer ligação por tradição ou herança. Para este “grupo marginal”, os movimentos políticos oferecem abrigo, pois, cada vez mais, estes intelectuais da nova ordem clamam contra os detentores do poder econômico e político. Por isso, precisam de sua clientela: os operários e os camponeses insatisfeitos, criados pelo mercado e, pelo mesmo, marginalizados também. Ocorre, nesse sentido, a fusão entre os *intelectuais desenraizados* e os que o apóiam na zona rural. (1984, p.345-4)

Todavia, essa fusão não é simples. Exige que o camponês transcenda da consciência passiva até a participação política. Os obstáculos nesta trajetória são muitos: o isolamento em relação aos próprios congêneres; a relativa concorrência entre eles pelos recursos disponíveis; a tirania do trabalho que o compromete por longos períodos de tempo, além da lavoura de subsistência; os laços de parentesco e auxílio mútuo. Além do mais, o camponês pode ser, a um só tempo, proprietário, arrendatário, meeiro, trabalhar por dia para seus vizinhos, etc. Em cada qual, ele se associa de modo diverso. Finalmente, a exclusão, anterior à participação das tomadas de decisões, priva-os do conhecimento necessário para unir, aos seus interesses, as formas de ação apropriadas. É frequente que eles esperem pela promessa do milênio.

De modo polêmico, Wolf afirma que o camponês pobre ou sem terra que depende do senhorio, dificilmente, toma parte na rebelião, já que não possui poder tático e está dominado pelo seu empregador, bem como desprovido de recursos próprios suficientes que o amparem na luta pelo poder. Ele só vai participar de um movimento político se houver um poder externo que desafie aquele que o constrange. Já o camponês rico toma partido na rebelião, ele exerce influência local e está aliado ao poder externo. O camponês médio, proprietário de terras de áreas periféricas fora do controle dos grandes proprietários, possui força interna. Ele, além do acesso à terra, cultiva-a com a própria família. Este mínimo lhe permite algum espaço tático de mobilização. Tal campesinato é o mais vulnerável às transformações econômicas. (WOLF, 1984, p. 348-9)

O camponês pobre, ao se deslocar para a cidade, desliga-se do campo e torna-se proletário, enquanto que o médio continua ligado à terra ao mesmo tempo em que seus filhos, que trabalham nas cidades, trazem a inquietação urbana e as idéias políticas. Assim,

o potencial revolucionário pressupõe um proletariado industrial ligado à vida da aldeia. A própria tentativa do camponês médio e livre de se conservar tradicional, quando já não pode confiar em seu contexto institucional habitual para reduzir os riscos, e quando as alternativas são caóticas ou restritivas para o desenvolvimento de novos modos de vida, quando tensões psicológicas, econômicas, sociais e políticas se avolumam, tornam-no revolucionário. (WOLF, 1984, p.16) Esta insatisfação do camponês pode se espalhar entre os pequenos (comerciantes, artesãos, prestadores de serviço) e médios burgueses (médicos, advogados, etc.) que giram em volta do campesinato, pois, ao mesmo tempo em que se beneficiariam com a melhora das condições de vida do camponês, formar-se-ia uma identidade entre eles, porque compartilhariam da falta de autonomia diante dos grupos dominantes, diga-se de passagem, das oligarquias agrárias mantenedoras do latifúndio. É neste sentido que se deve recuperar o que propõe Nelson Werneck Sodré, cuja estratégia para enfrentar o latifúndio, naquele contexto, era a de alianças do campesinato com os setores agrários contrários ao latifúndio, com os setores da burguesia industrial, com o da pequena burguesia e, claro, com o do proletariado. Entretanto, há de se ter o cuidado de, como Wolf, entender que o movimento social pode sim partir dos camponeses e não do impulso de outros segmentos sociais.

Antônio Gramsci, discutindo sobre a questão meridional italiana, ensaiou considerações sobre o papel dos intelectuais enquanto mediadores entre o camponês e a administração do Estado, no sul da Itália. O que Wolf denominou de *intelectuais desenraizados*, ou seja, deslocados diante das transformações socioeconômicas, ou, ainda, sem base social própria no novo mundo da produção, Gramsci classificou de *intelectual tradicional*. Este tipo de intelectual seria o elemento organizativo de uma sociedade predominantemente camponesa e artesanal, contraposto ao novo tipo: o intelectual técnico no norte da Itália, o qual seria o organizador da economia capitalista. Exceto as Pulhas, a Sardenha e a Sicília, a Itália meridional seria uma grande desagregação social, um *Bloco Agrário* constituído pela “massa amorfa e desagregada de camponeses”; pelos intelectuais da pequena e média burguesia rural e pelos grandes proprietários juntamente com os grandes intelectuais. (Gramsci, 1987, p. 154-155)

Diferentemente do antropólogo Eric Wolf, Gramsci entende que os movimentos camponeses culminam, formalmente, em

[...] ordinárias articulações do aparato estatal – comunas, províncias, Câmara dos Deputados – através de composições e decomposições dos partidos locais, cujo pessoal é constituído de intelectuais, mas que são controlados pelos grandes proprietários e por seus homens de confiança [...].⁵

Chegava-se a esse resultado porque os camponeses não comporiam “organizações de massa autônomas independentes”. Posteriormente, nos chamados “Cadernos do Cárcere”, Gramsci desenvolveria o conceito de *intelectual orgânico*. De acordo com este conceito, todo grupo social, com significativa função no mundo da produção econômica, formaria para si “[...] organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”. Justamente a massa de camponeses, apesar de sua função essencial no mundo da produção, não elaboraria seus próprios *intelectuais orgânicos*, embora outros grupos extraíssem dos camponeses seus intelectuais, tal seria o caso dos *intelectuais tradicionais*.⁶

Em sua análise sobre a questão meridional, Gramsci identifica na pequena e média burguesia rural a origem do extrato médio dos intelectuais, o qual receberia da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica. O burguês rural não corresponderia exatamente ao campesinato médio de Wolf, pois para este, a camada média dos camponeses ainda trabalharia no cultivo do solo, com sua família, para a própria subsistência. Já segundo Gramsci, o burguês rural seria o pequeno e médio proprietário que não trabalha a terra, apenas cede-a em aluguel ou meação, a fim de arrecadar o bastante para “viver convenientemente, para mandar os filhos à universidade ou ao seminário, para fazer o dote às filhas [...]”. O sentimento da burguesia rural em relação ao camponês variaria da aversão ao homem do campo, feito mera máquina de trabalho, até o “sentimento atávico e instintivo do desatinado medo perante o camponês e as suas violências destruidoras”. Conseqüentemente, tais intelectuais desenvolveriam um “hábito de hipocrisia

⁵ Gramsci, A. Alguns temas da questão meridional. In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

⁶ Caderno 12 (1932). Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: *Cadernos do Cárcere*. 3 ed., Rio de Janeiro, ed. Civilização brasileira, 2004, v.3, p. 15-16.

refinada e uma refinadíssima arte de enganar e domesticar as massas camponesas”. (1987, p. 156) Seriam, portanto, “democrático[s] na face camponesa, reacionário[s] na face voltada para o grande proprietário e para o governo, politiquero[s], corrupto[s], desleal[ais]”. (1987, p. 155)

A única exceção do *Bloco Agrário Meridional* seria a Sardenha, pois, ali, o *Bloco de camponeses-soldados e de intelectuais oficiais*, produzido pela guerra, era mais coeso do que nas outras regiões meridionais. Tratar-se-ia de uma raridade dentro da tradicional falta de intelectuais democráticos no sul italiano. Este *Bloco* seria, em certa medida, antagônico aos grandes proprietários, e, na Sardenha, a classe dos grandes proprietários seria frágil e não ofereceria um contrapeso ao impulso exercido pelas massas de camponeses e pastores. Os intelectuais dirigentes receberiam em cheio este estímulo. Mas, de um modo geral, o intelectual serviria como intermediário entre o camponês e o grande proprietário, compondo um *Bloco Agrário*, guardião do capitalismo setentrional e dos grandes bancos. O plano dos burgueses Sonino e Franchetti de promover um estrato econômico médio independente; formador da “opinião pública”, limitador dos arbítrios dos proprietários e moderador das insurreições camponesas; não chegou sequer a ser iniciado. (GRAMSCI, 1987, p. 159)

Em última instância, os grandes proprietários no campo político e os grandes intelectuais no campo ideológico centralizariam e dominariam o conjunto de manifestações que, iniciado pelas inquietações da massa camponesa, envolveria os intelectuais advindos da burguesia rural. A desagregação social do sul da Itália refletir-se-ia na ausência de uma organização da cultura média. “Os meridionais que procuraram sair do bloco agrário e abordar a questão meridional de forma radical encontraram hospitalidade e se agruparam em torno de revistas impressas fora do Sul”⁷. Entretanto, os moderadores destas iniciativas foram os grandes intelectuais ligados aos grandes proprietários: Giustino Fortunato e Benedetto Croce. Eles estabeleceram os limites para que a abordagem da questão meridional não se tornasse revolucionária, separando, assim, os intelectuais radicais do sul das massas camponesas. Os comunistas de Turim e do *L'Ordine nuovo*⁸, embora

⁷ Gramsci, A. Alguns temas da questão meridional. In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p. 161.

⁸ Revista fundada, em Turim, por Gramsci e seu grupo. Ela esteve vinculada com os operários dos Conselhos de fábrica de 1919.

influenciados por Fortunato e Croce, representariam uma ruptura com essa tradição ao colocarem o proletariado como protagonista moderno da história italiana. (GRAMSCI, 1987, p. 161-162) Dessa forma, a hegemonia do *Bloco Agrário* seria contraposta pela do proletariado, que, enquanto classe dirigente e dominante, conseguiria o consenso das amplas massas camponesas. (GRAMSCI, 1987, p. 139)

Na tentativa de compreender a perspectiva camponesa a partir do pensamento marxiano, Wolf afirma que a tese de que, sem liderança externa, os camponeses não fazem revolução, explicaria-se pelo fato de que a utopia camponesa é a da aldeia livre de coletores de impostos, de recrutadores de força de trabalho, de grandes proprietários e funcionários. É neste sentido que se deve compreender a autonomia almejada pelo campesinato. Em uma sociedade industrializada, a rebelião camponesa tende, portanto, a ser auto-limitadora e anacrônica. (Wolf, 1984, p.352) Se a autonomia pretendida pode ser alcançada por uma reforma agrária, que garanta ao camponês a propriedade da terra e a auto-subsistência, os movimentos sociais do campo não precisariam ultrapassar as possibilidades de uma revolução democrático-burguesa, sendo este o seu limite, o que não lhes rouba o protagonismo histórico. Não é possível provar que continuariam tranquilos mesmo na ausência de “agitadores externos”; ao contrário, pode haver insurreições para corrigir injustiças e estas seriam manifestações provincianas das grandes desarticulações sociais. A rebelião camponesa, portanto, tem como campo de batalha a própria sociedade e, após o levante, esta terá se transformado e o campesinato juntamente com ela. Porém, ao lutar contra um presente doloroso, defronta-se com um futuro de maiores incertezas. (Wolf, 1984, p.360)

Barrington Moore Jr. entende que a formação do conjunto de aliados da classe camponesa depende da fase de desenvolvimento econômico do país e de algumas circunstâncias históricas específicas que definam o ponto em que os aliados se voltam contra o movimento camponês para o dominarem, ou suprimirem-no. Para o potencial camponês ser revolucionário depende-se da fusão entre as queixas dos camponeses e as das outras camadas. Moore Jr., como Hobsbawm, considera que, por si, os camponeses nunca chegariam a uma revolução. Eles precisam ter chefes de outras classes, mas isso não basta, como poderia parecer em Hobsbawm. As revoltas medievais, embora dirigidas por aristocratas ou gente urbana, foram esmagadas. O êxito das revoltas modernas se deu por

meio de uma combinação invulgar de circunstâncias: embora dinamitassem o edifício antigo, nada trouxeram para construir o novo. Na França, os camponeses foram, eles mesmos, as primeiras vítimas. O movimento camponês não encontrou apoio na aristocracia, embora uma parte dela, os intelectuais descontentes nos tempos modernos, possa implicar uma fonte mais segura para fornecimento de chefes. Os intelectuais pouco podem fazer, a menos que se liguem a uma forma maciça de descontentamento. É falacioso afirmar que uma revolução viria das queixas dos camponeses só porque os seus chefes são profissionais. (MOORE JR, s.d.,521) Nesse sentido, Moore coloca a necessidade metodológica não apenas de definir quais os aliados importantes, mas, principalmente, a necessidade de compreender qual o contexto que torna esse ou aquele grupo social aliado do campesinato. Encontra-se em Gramsci um exemplo claro deste procedimento metodológico, uma vez que ele focaliza a particularidade da questão camponesa italiana, a qual envolveria as composições sociais *Bloco Agrário* na questão meridional e uma possível composição antagônica a este bloco: a aliança entre o proletariado industrial do norte da Itália e as massas camponesas do sul, em uma política de Frente Única.

A análise da composição social dos Comitês Municipais do Partido Comunista do Brasil, no interior do Estado de São Paulo, no período entre 1945 e 1958, possibilita trabalhar com a hipótese de que a pequena e média burguesia e os *intelectuais desenraizados*, por estas camadas sociais originados, eram, nesse local e tempo, os aliados dos movimentos sociais no campo. Leôncio Martins Rodrigues, analisando a composição do PCB, constatou que a maioria dos seus quadros dirigentes intermediários veio da pequena burguesia, ou seja, comportava profissionais liberais, militares e, até mesmo, tradicionais famílias oligárquicas arruinadas. (MARTINS RODRIGUES, 1996, p. 385) Quais circunstâncias permitiram a aproximação entre os pequenos e médios burgueses, que compunham os militantes intermediários do partido, e os camponeses, como ela se deu e quais seus resultados são questões a serem verificadas.

Agora, para qualificar as circunstâncias históricas e relacioná-las com a atuação do PCB no campo, é necessário compreender que o percurso da revolução burguesa, no Brasil, pode ser definido pelo que Gramsci chamou de *revolução passiva*, ou seja, um processo no qual as forças sociais antagônicas à ordem vigente são insuficientes para alcançar a instauração de um novo poder. Todavia, tais forças podem exercer uma pressão

sobre as classes dominantes, que se vêem forçadas a fazer concessões às classes sociais subalternas, além de atrair seus intelectuais e incorporar novos setores sociais ao recomposto *Bloco Histórico*. A revolução burguesa, por sua vez, representa um período no qual ocorre a generalização das relações sociais fundadas na acumulação do capital industrial. Nesse processo, o capital subsume as outras relações de exploração social do trabalho e permite que, na medida em que o Estado se torna um elemento imprescindível para a reprodução ampliada, a burguesia surja como classe dominante. É claro que esse processo sofre constante reposição, não se reduz ao âmbito econômico-social, pois envolve lutas de classe e possibilidades alternativas pela via política. (DEL ROIO, 2000, p.69-70)

Como na Itália de Gramsci, marcada pela questão meridional, o capitalismo chama a atenção para a questão camponesa, pois, com seu sistema político-autocrático, causou desigualdades entre as regiões, grupos e classes sociais. A terra, abundante por natureza, tornou-se escassa, devido a uma legislação que interdita o acesso dos trabalhadores do campo a ela, o que gerou uma forma repressiva de coerção política direta⁹. É o exclusivo agrário que está por detrás do sistema clientelístico, bem como, após 1930, será a raiz do caráter autoritário do capitalismo no Brasil, na formação do *Bloco Agrário Industrial*, que impediu a mobilização política autônoma das classes subalternas, tutelando-as, ou pelo sindicato corporativo nas cidades, ou pelo clientelismo no campo.

Os avanços do capitalismo no campo revolucionam o modo de vida do camponês. Segundo o sociólogo Octávio Ianni, no caso latino-americano, esse processo implicou a subordinação do camponês às estruturas públicas e privadas do poder. Sitiantes, parceiros, arrendatários, moradores, agregados, todos são submetidos ao *coronelismo*, *gamonalismo*, *caciquismo*, *mandonismo* de fazendeiros, latifundiários, negociantes de terras empresários, nacionais e estrangeiros. Sob as condições do capitalismo, o camponês não chega a constituir-se como cidadão, a não ser como produtor de mercadoria, criador direto ou indireto de mais-valia. Na perspectiva das classes dominantes, o campesino aparece como subordinado, tutelado, conquistado. (Ianni, 1985, p.31)

No Brasil de 1954 até 1964, os movimentos camponeses começavam a por em causa o *Bloco Agrário Industrial*, que se estabeleceu a partir da ruptura de 1930. Como estava excluído o campesinato, para atender os interesses das oligarquias agrárias, tais

⁹ Gramsci, *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

movimentos representavam ameaça a uma das bases do *Bloco*. Ao lutar pela terra, pela melhoria das condições de trabalho, remuneração, etc., o movimento camponês exigia a formação de um outro *Bloco de Poder*, do qual fizesse parte. O golpe de 1964 representou a derrota desse objetivo.

A situação dos camponeses traduzia-se da seguinte maneira: não possuindo qualquer direito, não podiam fazer reivindicações, mesmo legais. Quando se organizavam, eram interpretados como se o fizessem com fins subversivos. Pode-se chegar, então, à conclusão que a sociedade brasileira é rígida para com esse segmento formado pelo setor rural. Segundo Celso Furtado, seria válida a tese de que as técnicas revolucionárias marxistas-leninistas são eficazes para os trabalhadores do campo.¹⁰

O estudioso do tema dos movimentos sociais no campo, José de Souza Martins, defende exatamente o contrário do que afirma Celso Furtado. Para Martins, as dificuldades práticas e teóricas de incorporação das tensões camponesas ao processo revolucionário constituem uma das razões da fragmentação das lutas populares no campo. Ao contrário de ser passivo, o camponês, no Brasil, logo de início, insurgiu-se contra a dominação pessoal dos coronéis, depois contra a dos grileiros, contra a das grandes empresas capitalistas e a das políticas econômicas do Estado.

Ao longo dos anos 50, a questão agrária teve sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros, ameaçados de expulsão da terra, reduzidos a uma relação precária e extorsiva de arrendamento, tanto no Nordeste quanto do Sudeste. Somada a essa condição, a entrada das grandes empresas no campo, na produção agrícola e na pecuária, ou na comercialização ou industrialização dos produtos agrícolas, na venda de insumos, criou uma base diversa que envolvia diferentes interesses e concepções nos conflitos agrários. Em razão disso, os trabalhadores rurais desenvolveram diversas formas de luta, levaram os grandes proprietários aos tribunais, pedindo reparos e indenizações, organizaram-se em ligas e sindicatos, exigindo do Estado a Reforma Agrária, resistindo aos despejos e reivindicando melhores preços por seus produtos.

A falta de unidade e continuidade das lutas estaria, estaria relacionada não apenas à própria diversidade de situações vividas e enfrentadas pelo campesinato brasileiro, como

¹⁰ FURTADO, Celso. A pré-revolução brasileira, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro: 1962, p. 28 *apud* IANNI, 1985, p.43

também com a mudança da posição partidária a respeito de tais lutas. Para Martins, o PCB pecava ao pressupor que haveria uma superioridade das lutas operárias sobre as lutas camponesas. Era uma “esquizofrenia doutrinária”, no interior do Partido, que enxergava tanto a superioridade da classe operária, quanto o cerco da cidade pelo campo, além de pressupor a posição passiva e subordinada do campesinato (conservadoramente, quando ligada à burguesia agrária, e revolucionariamente, com o proletariado). Nos anos 50, não haveria elemento de referência que os tornasse convergentes e que os arrancasse do localismo que lhes era fatal. O desenvolvimento das forças e o das relações produtivas não constituiria toda a história. Segundo esse sociólogo, “à medida que cresceu em importância conjuntural a política de frente única e de aliança entre a classe operária e a burguesia nacional, o lugar político do campesinato passou a ser definido pelo papel menor que pudesse representar na constituição de uma democracia burguesa”. (MARTINS,1981, p.10)

A análise de Martins acerta ao considerar que os problemas do campo são amplamente justificáveis pelas implicações do capitalismo no meio rural. Entretanto, parece que o PCB trafegava fora das circunstâncias do contexto histórico, sendo seus erros de leitura uma esquizofrenia intrínseca ao Partido e não uma consequência das condições com as quais tinha que lidar no campo. Ora, também as deficiências táticas e estratégicas do Partido precisam ser explicadas pelas implicações das relações de força, dentro de um contexto, em que predomina o *Bloco Agrário Industrial*.

A pesquisadora Leonilde Sérvolo de Medeiros segue no mesmo sentido de Martins, ao compreender que o campesinato precisa ser visto como agente social, não como uma camada social passiva; todavia, a relação entre o campesinato e o PCB é vista, pela autora, como parte da formação da identidade desse segmento heterogêneo e contraditório. A presença quase constante, ao lado dos trabalhadores rurais, de partidos, de intelectuais oriundos de outros setores da sociedade (mais do que atrelamento e subordinação) era entendida como inserção da luta camponesa no movimento secular das classes trabalhadoras. O embate com as classes que exploravam, expropriavam e dominavam também pode ser interpretado, não por sua face obscura de negação de uma identidade camponesa, mas pelo seu lado de afirmação de uma classe à procura da sua identidade,

recusando o papel que lhes foi secularmente atribuído, pelos senhores-cidadãos, de cliente e apadrinhado.¹¹

Embora a ação dos sindicatos, dos partidos, das Igrejas etc., no decorrer da trajetória dos movimentos sociais no campo, tenha sido fundamental para projetar essas lutas para fora delas mesmas, para articular alianças, para fazer a costura entre lutas particulares e lutas mais gerais, não foi essa ação, por si só, que criou o conflito. Este surgiu a partir das contradições da reprodução do modo de vida dos trabalhadores rurais. Tais situações de tensão, vivenciadas a partir de uma experiência cultural e dentro de uma determinada conjuntura, desencadeavam reações que foram da migração à violência individual ou à organização em defesa do que se considerava legítimo. “É dentro desse quadro, a partir dele e interferindo nele, compondo, pois, a própria experiência dos trabalhadores, que se movem as organizações partidárias, sindicais etc. e instituições de apoio.” (MEDEIROS, 1989, p.13)

O eixo analítico de Medeiros é a verificação da produção de uma linguagem específica e de uma imagem de classe para e pelos trabalhadores do campo. (Medeiros, 1995, p.46) A própria idéia de “camponês e campesinato” aparece como uma construção historicamente determinada na trajetória dos movimentos rurais, cunhada na tentativa de constituir os diversos segmentos do meio rural (parceiros, arrendatários, posseiros, foreiros, pequenos proprietários, etc.) em uma classe com interesses gerais comuns. Portanto, é a partir da categoria “campesinato”, resgatada de uma dada compreensão do desenvolvimento do capitalismo na Europa, que o PCB tentaria forjar uma identidade que englobasse a diversidade de situações presentes no campo e levantar uma bandeira que lhe daria sentido histórico: a reforma agrária. (Medeiros, 1989, p.28)

A ressalva a se fazer sobre a abordagem de Medeiros é que a identidade entre os diversos segmentos, que constituíam o próprio campesinato, bem como a do campesinato com a pequena burguesia e com os *intelectuais desenraizados*, não se deu somente no nível abstrato da linguagem e do imaginário, mas, em determinadas circunstâncias, no do interesse, no da consciência da falta de autonomia ante as oligarquias agrárias.

Trabalhando com o pressuposto de que o PCB significou a transformação dos movimentos camponeses de sua forma pré-política (banditismo, messianismo) para a

¹¹ Medeiros, 1989, p.09

política, Luís Flávio de Carvalho Costa procura definir o aspecto moderno do sindicalismo rural a partir da tentativa do PCB de estabelecer metas e objetivos que visavam inserir os trabalhadores rurais (fossem assalariados, não-assalariados, pequenos proprietários, etc.) no jogo político aberto, organizando-os legalmente, ou não. O autor destaca a importância que assumiu a via institucional, seja pelo papel do Estado, ora como agente “imobilizador”, ora como agente “mobilizador”; pelas leis relativas aos direitos do trabalhador do campo; pela organização legalmente reconhecida de associações e sindicatos rurais e pelo reconhecimento e/ou criação de entidades como a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) e a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas). (Carvalho Costa, 1996, p.87)

Segundo o autor, os primórdios da atuação do PCB no campo, entre 1945 e 1953, foram marcados por um avanço *pari passu* com a política de conciliação assumida pelo PCB, logo após a redemocratização, e por um retrocesso com o recrudescimento sectarista, que caracterizou a postura do Partido, devido ao fato de ter se tornado ilegal. O momento em que se configurou o moderno sindicalismo rural estaria enquadrado na conjuntura que vai de 1953, quando da I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas – CNTA, a 1959, com o trabalho mais efetivo da ULTAB, junto aos homens e mulheres do campo. Neste período, o movimento pela sindicalização no campo ganhou novo impulso devido à aproximação do PCB aos sindicatos legais, ao trabalhismo e da sua preocupação com as formas legais de organização, na observação dos direitos.

O autor argumenta que a reversão do quadro de alheamento das populações rurais do jogo político-institucional, da primeira metade da década de 60 (e da qual o Estado é parâmetro imprescindível), deve ser entendida a partir do “prelúdio” da organização dessas populações, ao longo dos anos 50. (CARVALHO COSTA, 1996, p.28) No campo do Direito, o Partido conseguiu inúmeras vitórias em processos contra fazendeiros. A reivindicação da garantia dos direitos adquiridos e o reconhecimento dos sindicatos fundados marcaram a luta no campo. (CARVALHO COSTA, 1996, p. 43-5) O radicalismo “esquerdista” e sectarista sempre levou o PCB ao isolamento e à perda de influência na sociedade. Já a composição, a linha da acumulação de forças e o envolvimento com os sindicatos existentes produziram efeitos visíveis no movimento social. Esse avanço da luta política no campo, juntamente com a contestação contra as formas de dominação, seja no

predomínio das relações pessoais sobre as contratuais, contra o latifúndio, ou quanto à especulação, poriam em risco a lógica que sustentava a estrutura de poder, até então, vigente. (CARVALHO COSTA, 1996, p. 129)

Isabel Faleiros, ao analisar a militância comunista, no interior de São Paulo, e sobretudo o caso de Porecatu (PR), no início dos anos cinquenta, também demonstra como, na prática, a militância fez avançar a luta camponesa, mesmo sem uma orientação adequada para a compreensão da real configuração do jogo de forças entre as classes sociais no Brasil. A autora contrapõe as concepções e doutrinas do PCB sobre a relação da classe operária e os camponeses, as interpretações da realidade brasileira do Partido à prática da militância, que resultavam em uma dupla orientação dos comunistas: uma que implicava a “ação revolucionária” e outra, a atuação dentro dos limites legais, fruto do entrechoque, na militância, das palavras de ordem com as demandas imediatas. (FALEIROS, 1989, p. 147-157) A constante autocritica do Partido à subestimação do trabalho no campo indicaria a disjunção das linhas políticas adotadas, a de que “a teoria, na prática, é outra”. O Partido teria feito uma adequação mecânica das teses da III Internacional Comunista, não aplicando o princípio leninista da prerrogativa da elaboração da teoria revolucionária, mas adotando uma teoria acabada e pronta. Com isto, a tese “anti-feudal e anti-imperialista” levou o PCB a adotar diferentes estratégias de luta, o que não tolheu sua presença no campo. Seus limites seriam de outra ordem, ou seja, o de não conferir à luta econômica um caráter político, mantendo as demandas da economia solucionáveis no interior do capitalismo e o de não engendrar novas formas de luta e compreensão da realidade concreta, capaz de superá-la. (FALEIROS, 1989, p. 236-238)

Por sua vez, Raimundo Santos salienta que, mesmo sem elaborar uma interpretação de Brasil, quando tentava sedimentar seu agir, trilhando o complicado caminho das pedras, o PCB terminaria vendo o mundo rural com bastante realismo, a partir de uma visão sobre processos políticos fundamentalmente urbanos. (Santos, 2002, p.30)

Paulo Ribeiro da Cunha, focalizando a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas, no Estado de Goiás, ao longo dos anos 50, recoloca a questão do campesinato e sua relação com a política, enquadrando-a na complexidade do processo histórico que, em determinados momentos e locais específicos da realidade brasileira, possibilitou, ou não, a unidade dos vários agentes envolvidos. Assim, sua análise não confere todas as dificuldades

como inerentes ao próprio campesinato, como faz Hobsbawm, nem tampouco coloca todo problema em torno dos grupos de mediação, como ocorre na análise de Souza Martins.

Paulo Cunha considera, ainda, que o problema na relação entre os PCB e os camponeses pode ser atribuído às debilidades orgânicas e às crises decorrentes das várias situações políticas, que refletiram fortemente no Partido. Daí advém, então, a heterogeneidade das formas de produção no campo e o debate indefinido sobre a formação econômica capitalista ou pré-capitalista, bem como a consequente e questionável incorporação das várias categorias de trabalhadores rurais existentes, denominadas, em seu conjunto, de campesinato, a uma única estratégia de ação. Esses impasses podem ser explicados, em alguma medida, pela dificuldade do PCB como organização político-partidária clandestina, no processo interventivo, na elaboração de um projeto estratégico para o equacionamento da problemática do campo. (Cunha, 2007, p. 37)

Ora, esse quadro reflete os esforços do PCB na formulação teórica sobre a realidade brasileira que marcaram, especialmente, o fim dos anos 50 e início dos anos 60. A complexidade em si do campesinato nacional, diante da repressão em maior escala no meio rural, apontava para uma reavaliação crítica em relação às formas de ação e compreensão teórica sobre a formação social brasileira, que incorporava novas bases de um programa em uma linha marxista, a ser elaborada e desenvolvida pelo Partido Comunista. Nesse sentido, Paulo Ribeiro da Cunha parte da metodologia gramsciana de atrelar a história de um Partido e seus militantes à história de um país. Para compreender, portanto, a relação entre o PCB e as lutas camponesas, não é possível dissociá-la do conjunto de mediações dialéticas em que o Partido esteve inserido, uma vez que, até o surgimento da Ação Popular e das Ligas Camponesas nos anos sessenta, o PCB era a única organização a enfrentar política e organicamente a questão camponesa. (Cunha, 2007, p.47)

Além do paralelo entre o *Bloco Histórico Italiano* e o *Bloco Agrário Industrial* no Brasil, o autor também trabalha com as noções de Gramsci sobre *Conselhos*, como forma de representação e organização oriunda de contextos regionais determinados a ser estendida dos operários aos camponeses; sobre *hegemonia*, como dominação e direção da aliança operário-camponesa, sobre *intelectuais*, *Guerra de Movimento* e *Guerra de Posição*. Finalmente, Cunha resgata, do estudo de Marco Aurélio Santana sobre o movimento operário, o conceito de *Homens-Partidos*, que implica a autonomia regional de grupos ou

mesmo de militantes pecebistas, no sentido da atuação junto ao campesinato. Desse modo, perde sentido a crítica que acusa os agentes de mediação, especialmente o PCB, de colocar, de modo proposital, obstáculos ao movimento revolucionário no campo, uma vez que as condições objetivas e subjetivas eram localizadas. (Cunha, 2007, p.p. 23, 53)

Para este estudo, as noções de camponês e campesinato significam os grupos sociais vinculados ao campo pela auto-subsistência. A fim de se compreender das relações sociais vividas pelos camponeses, constitui-se de grande importância as análises de Sodré e Gorender. Elas revelam a ausência de uma passagem simples de um modo de produção a outro, na formação social brasileira; demonstrando, assim, que as relações sociais de produção, estabelecidas no campo, foram marcadas por um hibridismo de modos de produção. Entendendo o processo de transformações sociais, no Brasil, como uma *revolução passiva* sob a hegemonia do *Bloco Agrário Industrial*, a marginalização, em relação ao poder político, a que foram relegados os camponeses e a pequena burguesia, torna possível uma identidade entre o camponês e o *intelectual desenraizado* oriundo dessa pequena burguesia. Por isso, constitui-se o objeto deste estudo a relação entre o militante intermediário do PCB e o campesinato, em sua condição social e econômica híbrida e marginalizada politicamente, no interior do Estado de São Paulo, dentro de um contexto (1945-1958) em que vigora a democracia, segundo o modelo político liberal burguês.

Quanto à composição dos capítulos, temos, no primeiro capítulo, um panorama dos Manifestos e Declarações oficiais do Partido, do período entre 1945 e 1961, avançando alguns desdobramentos da Declaração de Março de 1958. No segundo capítulo, analisa-se o contexto do período entre 1945 e 1947, quando o PCB viveu sua breve legalidade, e as implicações das diretrizes adotadas na organização dos trabalhadores rurais no interior de São Paulo, neste período. O capítulo três trata da radicalização do Manifesto de Janeiro de 1948 e as contradições enfrentadas pelos militantes, em uma conjuntura na qual as oligarquias agrárias paulistas conseguiram pressionar o governador do Estado, Adhemar de Barros, a endurecer a repressão contra os comunistas, e os impactos decorrentes na luta camponesa, que, dentre outros episódios, deflagrou o massacre de Tupã. Finalmente, no quarto capítulo, analisa-se as consequências do *Ativo Sindical de 1952*, as quais iriam culminar na *Declaração de Março de 1958*, e sua relação com o avanço das organizações dos trabalhadores rurais, no interior de São Paulo.

CAPÍTULO I

Os contextos, os Manifestos e a aliança operário-camponesa

Desarticulado pela repressão, durante o Estado Novo, o PCB volta a se organizar em 1943, na Conferência da Mantiqueira, em consonância com a dissolução do *Comintern* e a palavra de ordem do Partido Comunista da União Soviética - PCUS, de apoiar os governos que declararam guerra ao nazismo e o fascismo. No lugar da revolução proletária, pautada na aliança operário-camponesa, preconizava-se a “democracia liberal”, que seria levada a efeito por meio de uma União Nacional, representada por uma aliança com o “setor progressista da burguesia nacional” contra as “oligarquias semifeudais” e o imperialismo norte americano. O resultado esperado era a industrialização do país e a reforma agrária.¹²

Diante da vitória dos Aliados sobre os países do Eixo, e com o fim do Estado Novo no País, o PCB, tendo Luís Carlos Prestes como Secretário Geral, respira a legalidade e se transforma na maior organização comunista da América Latina. O desafio era equacionar as tarefas do “Partido da classe operária” com as do partido de novo tipo: o “Partido de massas”. Para tanto, foram necessários dois estatutos: um “legal”, para atender às demandas da Justiça Eleitoral, e outro “clandestino”, para não abdicar do papel de dirigente da classe operária. O prestígio de Prestes foi fundamental para conter as fissuras internas, além de, ao lado da linha adotada e da imprensa comunista, contribuir para apresentar o PCB como Partido de massas.¹³

A partir de Comitês Democráticos Populares, instalados em locais de moradia e de trabalho, a arregimentação de filiados obteve grandes resultados: de 800 saltou para quase 200 mil filiados. As eleições refletiram tal crescimento. O candidato escolhido na tentativa de angariar o apoio dos trabalhistas, Yedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis, em quinze dias de campanha, obteve 10% dos votos à Presidência da República. O Partido foi o mais votado nas cidades de São Paulo, Santos, Campinas, Sorocaba, Recife, Olinda, Natal

¹² BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*: (memórias). São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

¹³ PANDOLFI, D. 1995, p. 145.

e Aracaju. Das 320 vagas de parlamentares, o PCB preencheu 15 delas, número que subiu para 17 nas eleições de janeiro de 1947. É inegável o papel do PCB, embora minoria no Congresso, na representação das bases e na participação da elaboração da nova Constituição. Quarenta e seis deputados comunistas foram distribuídos entre 15 Assembléias Legislativas Estaduais. No Distrito Federal, o Partido conseguiu maioria na Câmara Municipal. Tais resultados tornaram-no a quarta força política mais expressiva do país.¹⁴

A contradição entre ser, simultaneamente, “vanguarda da classe operária” e “Partido de massas” expressou-se no desencontro entre a orientação do Partido para manutenção da ordem e da tranquilidade, no intento de promover o desenvolvimento da economia nacional, e a atitude de seus militantes de participarem ativamente das greves daquele período. A intersindical formada pelo PCB - Movimento Único dos Trabalhadores (MUT) precisou conciliar a ordem do Partido com as demandas reivindicatórias da base do operariado; na prática, entretanto, a balança sempre pendeu para os movimentos na base. (SANTANA, 2001, p.46)

Já em julho de 1946, a III Conferência Nacional do PCB retifica a resolução sobre as greves, as quais deixam de ser associadas às “provocações” para serem vistas como garantia da democracia:

O nosso Partido aconselha os trabalhadores a lutarem por melhores salários porque, na medida em que o fizerem, estarão de fato buscando uma saída pacífica para o descontentamento popular e desarmando os reacionários e os fascistas que querem o caos e a guerra civil, com o objetivo de liquidar o movimento operário e impedir a consolidação da democracia.¹⁵

A Conferência mantém o apoio ao governo Dutra, atribuindo os ataques sofridos pelo movimento operário aos fascistas que estariam infiltrados no aparelho do Estado, mas que logo seriam desmascarados.

¹⁴ CHICOLTE, R. 1982, p.97

¹⁵ CARONE, E. 1982, p. 67.

Mas a reação explora as posições que detém no aparelho do Estado, visando cada vez mais separar o governo do povo. Não se justificam, assim, ataques em bloco ao governo, porque tal não poderia ser a posição de quem, como nós, luta, de fato, pela união nacional.¹⁶

A palavra de ordem para lutar, mas de forma pacífica, denota a dubiedade de uma orientação gerada pelo desafio de enquadrar a luta de classes na ordem burguesa.

A contradição entre a orientação do Partido, pautada na concepção de uma União Nacional contra o fascismo, e a atuação da militância não impediu o sucesso revelado pelos números das eleições; por outro lado, a estratégia voltada para o campo, embora mostrasse realismo, não alcançou os mesmos resultados.

No famoso discurso realizado no Estádio do Pacaembu, em julho de 1945, com a presença de Pablo Neruda, Luís Carlos Prestes demonstrou que a grande massa rural fora relegada, pelo monopólio da terra em mãos de uma minoria exploradora, a uma condição de dependência e passividade diante de um “regime patriarcal e semifeudal”. Prestes colocou, ainda, que era grande o desafio para que a “palavra esclarecedora do proletariado” entrasse nas grandes fazendas, a fim de despertar e organizar as “massas rurais”, em geral analfabetas.

Particular atenção será preciso dar igualmente à organização sindical dos assalariados agrícolas e, simultaneamente, não poupar esforços na organização das grandes massas camponesas, colonos, moradores, agregados, meieiros, etc, que representam a grande maioria de nossa população rural e sertaneja. Através da luta pelas reivindicações mais sentidas será possível unir em organismos os mais diversos — clubes, associações ou ligas camponesas — as grandes massas de trabalhadores rurais, desde os sitiantes e pequenos proprietários, mais ou menos abastados, ou arrendatários capitalistas, mais ou menos independentes, até aquela maioria, a mais miserável, explorada e oprimida de toda a população do país, constituída pelos agregados, colonos, moradores,

¹⁶ CARONE, E., 1982, p. 68.

meieiros, posseiros, vaqueiros, peões de estância e trabalhadores do eito.¹⁷

Na II Conferência, em março de 1946, foram feitas críticas às formulações gerais do Partido, que foram substituídas por questões mais imediatas. As resoluções alertavam para a diferenciação vivenciada entre os trabalhadores rurais, priorizando-se a realidade do pequeno produtor. Tais resoluções refletiam a complexidade que emergia do incipiente trabalho político no meio rural, em tensão constante com as teses partidárias.

No capítulo III, “Trabalho no campo”, do informe “PCB no trabalho de massa”, argumentava-se que o campesinato era aliado fundamental na experiência revolucionária. Orientando as tarefas práticas, assinalava-se a organização de camponeses e de habitantes do interior em ligas, clubes, cooperativas ou sociedade de amigos do povo e do lugar. Nessa organização, levar-se-iam em conta as reivindicações mais sentidas, as possíveis de serem conquistadas, as que representassem o sentimento de toda a massa no local de trabalho, vila, etc. Também deveriam ser observados a diversidade e também os costumes e as superstições dos camponeses. Estes, acostumados com a produção individual e sem terem confiança na ação coletiva, olhavam o “caudilho” como o mais corajoso e conhecedor dos problemas e das coisas, e dificilmente acreditavam em suas próprias forças. Daí se iniciarem formas mais rudimentares de associação, em reuniões nos pontos de convergência dos camponeses, por exemplo, nas feiras e locais próximos às fazendas, nas vilas, ou nos municípios, onde “Comitês Democráticos”, ou associações, dariam informações, prestariam socorro às famílias, distribuiriam sementes conseguidas do governo, denunciariam roubos e perseguições à Justiça. Médicos, advogados, farmacêuticos, professores, entre outros profissionais, eram vistos como fundamentais no contato com os camponeses, devido à ligação que tinham com estes e os assalariados agrícolas. Seria, por isso, necessário ajudá-los politicamente.

A mobilização e a organização dos trabalhadores rurais exigiam formas de contornar as dificuldades burocráticas para reconhecimento dos sindicatos. Assim, enfatizavam as ligas camponesas, associações e cooperativas, com a utilização de recursos legais. Quanto à posição das massas camponesas, Prestes afirmava que “dia a dia, voltam

¹⁷ PRESTES, L.C. *Organizar o povo para a democracia*. Discurso realizado no estádio do Pacaembu, São Paulo, SP, em 15 de julho de 1945. IN: <http://marxists.anu.edu.au/portugues/prestes/1945/07/15.htm>

suas esperanças para nós”, e que o fortalecimento do sindicalismo urbano permitiria “dar seu apoio ao movimento das massas camponesas.” (Carone, 1982, p. 69) As ligas camponesas eram entidades de caráter civil, e congregavam diferentes categorias de trabalhadores rurais, mas com destaque para os pequenos proprietários. No plano organizacional, o Partido criaria células e, para mobilizar as massas, recorreria a comitês populares, suprapartidários. Estes deveriam lutar pelas reivindicações econômicas mais imediatas e locais, desempenhando funções financeiras, de propaganda e de educação política. (Faleiros, 1989, p.123-6)

Segundo Prestes, o fraco desempenho do PCB, no mundo rural, seria motivado pela fraca ligação do Partido com as massas camponesas e pelas precárias condições econômicas e sociais do país, o que era agravado pelo latifúndio semifeudal. A alteração desta situação se daria pelo embate parlamentar, realizando, por meios pacíficos, a reforma agrária tão necessária para o progresso do País.

Estamos convencidos de que dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas. Será possível então legislar sobre a propriedade da terra, em particular dos latifúndios abandonados nas proximidades dos grandes centros de consumo e das vias de comunicação já existentes, colocando seus donos ante o dilema inexorável de explorá-los por métodos modernos ou de entregá-los ao Estado para que sejam suas terras distribuídas gratuitamente à massa camponesa sem terra que nelas queira viver, trabalhar e produzir para o mercado interno em expansão e cada vez mais livre, de que tanto necessita a nossa indústria.¹⁸

Uma explicação possível para o limite desta proposta é a de que a questão agrária sempre foi a “menina dos olhos” das oligarquias agrárias, especialmente, no que se refere à questão da propriedade e, portanto, no que se refere à reforma agrária. No Congresso ficava a casamata dessas oligarquias. A Constituição aprovada em setembro de 1947 era

¹⁸ Prestes, L. C. *União Nacional Para a Democracia e o Progresso*. Discurso realizado no estádio São Januário, em 23 de maio de 1945.

democrática em certos aspectos; entretanto, restringia a sindicalização independente, o direito de greve, o voto dos analfabetos (mais da metade da população), além de prejudicar os Estados populosos na distribuição das cadeiras no Parlamento. Todos os projetos enviados pela bancada comunista, prevendo a garantia do direito de propriedade condicionado pelo interesse social ou coletivo, e cujo uso promovesse o bem-estar social e a justa distribuição deste, com iguais oportunidades para todos, foram barrados pelos representantes das oligarquias agrárias, justamente no próprio Parlamento. A cláusula que obrigava a indenização prévia das terras a serem desapropriadas foi o bastante para limitar qualquer projeto de reforma agrária.¹⁹

Em maio de 1947, quando a doutrina Truman inaugurou a Guerra Fria, o Partido se desiludiu em relação à pretensa aliança com a burguesia nacional. Alarmada com o desempenho obtido pelos comunistas na eleição anterior, a burguesia nacional deixaria claro que era aliada das forças conservadoras. Sob o pretexto de que no próprio nome, Partido Comunista do Brasil, se comprovava tratar-se de uma sucursal de Moscou, o Supremo Tribunal Federal cassou seu registro. Tal fato foi seguido por uma onda de repressão, a qual fechou inúmeros comitês e órgãos do Partido em todo País.

Em um primeiro momento, diante do alcance obtido quando na legalidade, era difícil para os militantes admitirem tal golpe institucional contra o Partido. Apostava-se nos meios legais, orientava-se a acatar a decisão da Justiça e a resistir por meio de forças políticas locais que criticassem a cassação, de telegramas de protesto ao TSE, de visitas a jornais e autoridades locais e de comícios pela democracia, tudo sob a ordem e a tranquilidade.²⁰ Enquanto isso, os candidatos do Partido buscavam espaço para se elegerem por outras legendas, nas eleições de novembro de 1947. Prestes sabia da importância das eleições municipais no combate às velhas oligarquias semi-feudais; para via a necessidade de

Buscar entendimentos políticos com os demais partidos, não só quanto à eleição do prefeito, como também, sempre que possível, na eleição para vereadores.²¹

¹⁹ BRAGA, Sérgio Soares (org.). Luiz Carlos Prestes: o Constituinte, o Senador (1946-1948). Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial - Edições do Senado Federal, vol. 10, 2003, p. 258.

²⁰ Circular a Todos os Comitês Municipais, 22/02/1947, Prontuário DOPS 2431, v 14.

²¹ PRESTES, L. C. Participemos ativamente das eleições municipais. In: *Problemas*, Revista Mensal de Cultura Política, nº 2, setembro de 1947.

Esta estratégia teve bom resultado, elegendo prefeitos em Jaboatão, PE, Santo André, SP, além de conseguir maioria de vereadores em Recife, Olinda, Fortaleza, Sorocaba e Santos. (FALCÃO, 1988, p. 360).

Os comunistas entendiam a cassação como uma provocação dos fascistas, e não do governo Dutra. Apenas posteriormente, no Manifesto de Janeiro de 1948, e diante da cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB, radicalizou-se a linha política e a sistematização das críticas ao chamado “reformismo”. (MOTTA, 1995, p. 67) A partir de então, Dutra seria visto como “homem de tendências fascistas”, elevado à Presidência da República para favorecer o imperialismo e o fascismo.²²

A União Nacional, especialmente com a burguesia progressista, cedeu lugar à estratégia de formação de uma “Frente Democrática de Libertação Nacional”, a partir da organização das massas. Entretanto, o Manifesto de Janeiro de 1948 não deixava de lado a concepção de progresso e um viés nacionalista, uma vez que os entraves eram vistos como a acumulação do imperialismo por meio da manutenção dos restos feudais e do latifúndio, que causariam a miséria da população. Os Manifestos do Partido, de Janeiro de 1948 e o de Maio de 1950 propugnavam uma revolução pela tomada do poder. A reforma agrária, então, foi chamada de revolução agrária, pois seria fundamental a luta contra o latifúndio, o grande aliado do imperialismo.²³ Internamente, foram adotadas a formação de quadros e uma organização centralizada, uma vez que a dificuldade de os militantes aceitarem as mudanças era vista pela liderança do Partido como decorrência do fraco nível teórico daqueles, isso teria possibilitado ilusões com o “reformismo”. Os quadros de militantes, então, se formariam a partir dos cursos Lênin-Stálin²⁴. As debilidades das greves e da organização sindical estariam nas tendências oportunistas e reformistas, presentes na classe operária.

²² GRABOIS, M. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 7 de janeiro de 1948, em que foi aprovado o projeto da cassação dos mandatos. In: *Problemas* - Revista Mensal de Cultura Política nº 7 - Fevereiro de 1948.

²³ Como enfrentar os problemas da Revolução Agrária e Antiimperialista. *Problemas*, nº 9, abril de 1948.

²⁴ Tratava-se de um programa de formação de militantes e líderes do Partido. Existiam três cursos, um deles era o curso Prestes que, durante uma semana, transmitia rudimentos do marxismo-leninismo. Outro, era o curso Stalin durava de 15 a 30 dias. Destinava-se a formação de dirigentes partidários, tornou-se, por isso, a instância mais importante de formação dentro do Partido, atingindo o maior número de militantes. O curso Lênin levava de 90 a 100 dias e realizou-se apenas duas vezes no Rio de Janeiro, onde se instalou a Escola de Quadros do Comitê Central. QUERINO, 2000, p. 93.

Tais tendências encontram-se na incompreensão de que as lutas exigidas pela situação atual são as lutas revolucionárias de massas, ações concretas em defesa da paz, contra o imperialismo e pela derrubada da ditadura feudal-burguesa.²⁵

A luta sindical não poderia se restringir à esfera econômica, mas, sim, ter a dimensão da tarefa política do Partido de derrotar o capitalismo e de promover o socialismo. As demandas imediatas deveriam se acoplar à dimensão da organização das massas revolucionárias. Entre os objetivos a serem alcançados, alguns se referiam ao campo, entre eles: a democratização da legislação social e sua ampliação e extensão aos assalariados agrícolas, os quais deveriam ser agrupados em organizações próprias, não importando a forma (associação, sindicato, comissão, etc.); a entrega da terra para quem trabalha, sem indenização das áreas confiscadas para tal fim; a abolição de “restos feudais”, como a meia e a terça, mediante o pagamento de salário mínimo. Exigia também a imediata melhora das condições de vida das massas trabalhadoras. Para alcançar um nível mais avançado de luta, a organização dos trabalhadores se daria paralelamente aos sindicatos oficiais, ou seja, fora deles, de modo mais autônomo. Essa postura gerou resistências na militância, e não obteve respaldo das massas ou da intelectualidade. De acordo com alguns autores, isso gerou o refluxo e o isolamento político-cultural do PCB.²⁶

Sobre o Manifesto de Agosto, o militante do Partido, João Falcão, lembra em suas memórias que

A linha política do Partido, que havia passado da posição oportunista de direita, de “ordem e tranqüilidade” e de aliança com a “burguesia progressista”, para uma posição de extrema esquerda, de rompimento total e derrubada do governo Dutra, pregada pelo *Manifesto de Agosto de 1950*. Este Manifesto causou grande impacto entre os militantes. Era de uma agressividade inaudita. Em nenhum momento o Partido foi tão

²⁵ Primeira Edição: *Problemas* - Revista Mensal de Cultura Política nº 30 - Outubro de 1950

²⁶ COSTA, 1996, p.18; DEL ROIO, 2000, p.84; PANDOLF, 1995, p. 175.

violento contra o governo Dutra, a classe política e a burguesia nacional.²⁷

Apesar do Manifesto reduzir a tática, a ser construída pela Frente Democrática, a uma *ação principista* imediata de agitação e propaganda, Antônio Carlos Mazzeo não considera a política implementada pelo Manifesto como causa absoluta do decréscimo da inserção social do PCB. Segundo este autor, o Manifesto de Agosto, ao privilegiar a centralidade operária na construção democrática e na ruptura com as formas institucionais da autocracia burguesa, abria a possibilidade de superação da formulação genérica de construção da “etapa” da revolução democrático-burguesa, precedendo à proletária. A diminuição da presença do PCB na sociedade, notadamente no movimento sindical, dever-se-ia a própria política de conciliação que o Partido implementara anteriormente e à existência do sindicalismo oficial. Outra causa do isolamento social era o sectarismo e a política “principista”, mas, a primordial delas seria a declaração da ilegalidade do Partido, pela autocracia burguesa, e a subsequente ação repressiva desencadeada pelo governo. (MAZZEO, 1999, p.p. 75-77)

Naquele contexto de ilegalidade, o processo de revolução brasileira era visto, pelo Partido, a partir de lentes “orientais”. A vitória da Revolução Chinesa, em 1949, e a contra-ofensiva norte-americana criaram uma expectativa no sentido de que as massas agrárias tivessem iniciativas revolucionárias. Algumas experiências nesse sentido já ocorriam no Paraná e em Goiás, as quais, esperava-se, viabilizariam o início de um Exército Popular de Libertação Nacional. Por outro lado, a expectativa por um novo conflito mundial recolocou a idéia de “zonas liberadas” em contraposição à iminente ameaça de colonização. (DEL ROIO, 2000, p. 85)

Implantar aqui a via chinesa do processo revolucionário, por intermédio da estratégia do “campo cerca a cidade”, tornar-se-ia o objetivo de vários quadros da Direção Central do Partido. Os sinais pareciam apontar para este horizonte. Por isto, no final da década de quarenta, o Jornal *Voz Operária* fazia menção às primeiras ocupações de terras, nas localidades de Populina, de Guarani D’Oeste e de Brasitânia, em São Paulo. No início dos anos 50, houve resistência armada na Linha 9 de Abril e em Américo de Campos, em

²⁷ Falcão, 1988, p. 378.

São Paulo, em Campo Mourão, no Paraná, e em Canápolis, no Triângulo Mineiro. Em Américo de Campos e em Canápolis, os conflitos estavam relacionados às condições vigentes dos contratos de arrendamento. Em Canápolis, os arrendatários fizeram uma “operação arranca-capim” e montaram grupos de auto defesa. Em Américo de Campos, o oficial de justiça, que trazia a ordem de despejo, foi recebido à balas.²⁸ Por outro lado, os proprietários recorriam à violência, seja por meio de jagunços, seja por meio da polícia. Os episódios da luta camponesa de Porecatu (PR), em 1948, e os de Formoso e Trombas (GO), nos anos cinquenta, seriam a maior evidência da via chinesa.

Campanhas pela Paz e a “O Petróleo é Nosso”, os camponeses e o Manifesto de 1954

O Manifesto de Agosto de 1950 anunciava a formação de um exército da Frente Democrática de Libertação Nacional na luta pelo poder, ao mesmo tempo em que conclamava o povo “à luta pela Paz e contra a guerra, meta que se inspirava no internacionalismo proletário e no amor à União Soviética”. (FALCÃO, 1988, p. 380) Foram as Campanhas pela Paz e a do “O Petróleo é nosso” que mantiveram ativos alguns quadros do Partido. Toda a repressão governamental não foi suficiente para conter o envolvimento do PCB em tais campanhas. A campanha do “O Petróleo é nosso” sobreviveu ao governo Dutra, pois os comunistas souberam fazer alianças com outros setores, nos movimentos sociais daquele período, em especial com o general Horta Barbosa. A campanha “O Petróleo é Nosso” tornou-se vitoriosa quando, em 1953, Vargas inaugurou a Petrobrás. Já a campanha pela Paz, além do ambiente tenso da Guerra Fria, tinha um objetivo bastante definido, qual seja, a luta contra o envio de militares brasileiros para o conflito na Coréia. (POMAR, 2002, p. 76-77)

O cenário de isolamento do PCB em relação aos movimentos sociais só começou a se reverter em 1952, quando, no “Ativo Sindical Nacional”, foram revistas as questões sobre as organizações paralelas, e se propôs o retorno dos seus militantes aos sindicatos oficiais, a ênfase nas reivindicações próprias, a realização de alianças e, principalmente, a

²⁸ *Voz Operária*, 23/7/1949; 31/03/1951; 17/5/1952 referenciados por MEDEIROS, L. S. de. Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60. IN: *História do Marxismo no Brasil*. MORAES, J. Q. de., DEL ROIO, M. T. (orgs.)- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000, p. 216

luta pela sindicalização e pela unidade sindical. (Vietez, 1999, p. 48-52) Para Moisés Vinhas, a Resolução sindical de 1952

sanciona e generaliza o que a prática estava indicando fazer: determina que os comunistas voltem aos sindicatos existentes, recolham as reivindicações próprias dos trabalhadores, forjem aliança com as forças ali atuantes, especialmente os petebistas, e retornem a luta pela sindicalização e pela unidade sindical.²⁹

A partir dessa correção de rumos, segundo Vinhas, o Partido atingiu algum sucesso na direção das greves do período, inclusive com maior atuação entre os camponeses. A resolução previa a necessidade de se organizar os assalariados rurais, e a ampliação das lutas no campo, para a realização efetiva da aliança operário-camponesa. Entretanto, a defesa da derrubada de Vargas, feita pelo Partido, sob a acusação de ser aquele um “governo de traição nacional”, permaneceu como obstáculo à aproximação dos comunistas ao povo. Mesmo após a morte de Getúlio, apenas se apagaram as referências diretas que se faziam ao Governo Vargas. Em relação aos Manifestos anteriores, manteve-se a leitura de um Brasil “semi-feudal e colonial” governado por “latifundiários e grandes capitalistas”, os quais deveriam ser derrubados à força, por um governo “democrático-popular”. O mesmo documento, segundo Raimundo Santos, perduraria no IV Congresso, em 1954.³⁰

Oto Santos (Calil Chaide) interveio no IV Congresso, para tratar da questão agrária no Programa do Partido. Logo no início de sua intervenção, declarou que a aliança operário-camponesa seria “a base indestrutível da Frente Democrática de Libertação Nacional”. A conquista dos camponeses pelo proletariado se daria somente com um Programa de “reforma agrária radical” que liquidasse com o latifúndio, com “os restos feudais e escravistas”, e que promovesse a entrega gratuita, em forma de propriedade privada, das terras dos latifundiários aos camponeses sem terra ou com pouca terra e que quisessem nela trabalhar. O ponto de partida seria um trabalho diário do Partido, na luta pelas mais variadas e imediatas reivindicações. Os camponeses ricos deveriam ser, ou

²⁹ Vinhas, 1982, p: 130.

³⁰ Santos, 1988, p. 72 ss.

neutralizados, ou conquistados para a ampliação da Frente Única contra os latifundiários e da revolução brasileira.

Em que pese a continuidade de se pressupor a necessidade da formação da “Frente Democrática de Libertação”, alguns aspectos importantes de mudança se faziam presentes nesta intervenção, visto o reconhecimento de que, durante sua legalidade, o Partido “lançou raízes entre as grandes massas camponesas [...] apesar das tendências reformistas”.

Novamente na ilegalidade, o Partido prosseguiu trabalhando para manter e ampliar suas ligações no campo. Muito valiosas foram as experiências adquiridas na legalidade para o desenvolvimento da atividade política entre a massa camponesa.

Os anos de 1948, 1949 e 1950 assinalam um ascenso nas lutas camponesas, sob a direção de nosso Partido. Dezenas de greves de colonos de café e de assalariados agrícolas, inúmeras e combativas ações de arrendatários e meeiros, revelavam que os camponeses e trabalhadores agrícolas não estavam dispostos a aceitar passivamente a exploração a que os submetiam os latifundiários. Nesse período, destacam-se as lutas de Fernandópolis, de Canápolis, de Santo Anastácio e das usinas de açúcar na Bahia. Em outubro de 1950, teve início a luta armada dos posseiros de Porecatu em defesa de suas terras.

Durante 9 meses os posseiros de Porecatu, dirigidos pelo nosso Partido, resistiram ao assalto das forças mercenárias dos latifundiários e do governo, levando-as algumas vezes à derrota. Foi uma luta justa, rica de experiências e que teve uma grande repercussão entre o nosso povo, particularmente entre os camponeses.³¹

Oto Santos entendia que os avanços não haviam sido maiores por causa das tendências sectárias do Partido em relação aos camponeses, especialmente depois de 1950. “Muitas vezes substituímos nas lutas a massa pela vanguarda”. Ainda, segundo Oto, tal sectarismo se manifestaria ao se subestimar o campesinato como aliado fundamental da classe operária, ao se desprezar as mais variadas formas de luta em nome das mais

³¹ SANTOS, O. O Programa do Partido, a Questão Agrária, a Organização e a Luta dos Camponeses [Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil - PCB], Novembro de 1954. In: *Problemas* Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955.

elevadas, e ao se levantar reivindicações de alguns setores das massas, das camadas mais pobres. O primeiro problema estaria relacionado a Fernandópolis e, o segundo, a Porecatu. O sectarismo levaria as lutas ao isolamento e à derrota. Os dois anos decorridos após a autocrítica de 1952 indicariam a melhora na qualidade do trabalho do Partido realizado entre os camponeses.

Para combater essas tendências sectárias, Oto Santos elaborou uma série de proposições:

1. Atuar no campo de acordo com as características locais, levando-se em conta a variação da situação existente de Estado para Estado, de município para município, de fazenda para fazenda, e ligando-se as tarefas do Programa do Partido às reivindicações que mais interessassem aos camponeses;

2. Trabalhar com todos os camponeses, inclusive com os camponeses ricos, mas concentrando o trabalho entre aqueles que fossem assalariados, mais pobres e sem terra.

3. Organizar as grandes massas camponesas. As formas de organização poderiam variar conforme cada situação, levando-se em conta o desejo, a experiência e o nível de compreensão dos camponeses, bem como, os objetivos de luta da organização. As experiências obtidas no campo mostrariam que as massas camponesas preferiam se organizar legalmente em associações e sindicatos rurais. O auxílio dos sindicatos operários seria fundamental para consolidar tais organizações. Os resultados eram positivos quando, no início da organização dos trabalhadores das cidades do interior, os camponeses eram nela incluídos. Assim, organizavam-se associações de ofícios vários para, posteriormente, formarem-se as organizações específicas dos camponeses. Todas as formas de organização, desde as mais elementares e temporárias, até as mais elevadas e duradouras, deveriam ser efetivadas de acordo com as condições particulares de cada lugar. Orientava-se para se trabalhar em todas as organizações já existentes, onde estivessem as massas camponesas, tais como as cooperativas, sociedades de auxílio mútuo, associações rurais, etc., com atenção especial para a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, a primeira organização de caráter nacional criada no País para unificar os assalariados agrícolas e camponeses.

Enquanto, em 1954, o Programa do IV Congresso do PCB praticamente anulava as mudanças políticas sugeridas no Ativo Sindical de 1952, as considerações de Oto Santos

mantiveram o reconhecimento da importância da atuação dos militantes do Partido junto aos sindicatos reconhecidos pelo governo federal. Ainda nesse sentido, a proposta desse militante intermediário, advindo das experiências com as organizações camponesas iniciadas em 1945, na Alta Sorocabana, interior de São Paulo, se referiu à eficácia dos meios legais e ao cuidado às particularidades locais na organização dos trabalhadores rurais. A insatisfação surgida contra as medidas do Manifesto de Agosto se mostrava pela crítica ao sectarismo delas decorrente. Conforme a leitura de Faleiros, essa intervenção de Santos tratar-se-ia de um empobrecimento das “Teses sobre o Problema Agrário” escritas por Lênin, em 1919, visto não formular táticas correspondentes com as classes e camadas sociais existentes³². Paulo Ribeiro da Cunha assinala o esforço de superação dos equívocos anteriores e a tentativa de formular orientações para intervenção prática. Assim, em um momento crítico, Oto Santos, sob a influência da reavaliação da orientação sindical de 1952, e seguindo uma linha oposta ao Programa do IV Congresso, orientava para a atuação entre associações e sindicatos rurais legalmente reconhecidos.

Para Ribeiro da Cunha, a questão era de outra ordem: a falta de quadros camponeses em toda a trajetória do PCB. A dificuldade de inserção entre os camponeses era grande, pois a maioria dos quadros enviados para o campo era de origem proletária, levando, assim, algum tempo, até que os militantes fossem aceitos. Mas, aos poucos, conseguiram desenvolver a conscientização necessária entre os trabalhadores rurais, nas mais variadas lutas que se travavam no campo. Seria do conflito armado, geralmente pela posse de terras, que surgiriam várias lideranças que comporiam os futuros quadros. Além dessa dificuldade, havia outras, como a de formular uma estratégia única ante a complexidade de situações encontradas no campo; a falta de quadros preparados e originários do campo; a subalternidade ao projeto vanguardista do proletariado a que eram submetidos os camponeses; o isolamento e a dependência em relação ao grande proprietário; a repressão da ordem vigente aos movimentos do campo, e a exclusão dos camponeses da legislação trabalhista. Por tais razões, a atuação do Partido se dava, em várias situações, de modo autônomo e de acordo com as demandas locais, o que gerava descompasso e contradição com as diretrizes nacionais do Comitê Central.³³

³² Faleiros, 1989, p. 180

³³ Cunha, 2007, p. 76 ss.

Em sua intervenção, Oto Santos considerou que os resultados da I e da II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas – CNTA seriam o início de uma nova etapa para uma aliança operário-camponesa e um novo patamar para a organização dos camponeses e assalariados agrícolas, como assim o demonstrava a formação da ULTAB, elaborada na II Conferência. A análise de Oto Santos foi corroborada por Carvalho Costa, por este entender que se processaria, a partir da resolução de 1952, uma mudança lenta e gradativa na linha de confronto direto do PCB. Conforme Carvalho, o ano de 1953 marcaria o início de uma nova fase do sindicalismo rural, quando o Partido organizou associações civis de lavradores e trabalhadores agrícolas, atuando de acordo com o Direito. Tal atitude, além de afastar a repressão, tornava o homem do campo mais receptivo ao trabalho político. Para Costa, a reversão da marginalidade dos camponeses em relação à política, que eclode na década de 60, precisa ser compreendida a partir desses antecedentes. Essa reversão se verifica em um processo mais amplo, e tem, no Estado, um parâmetro imprescindível.³⁴

A primeira CNTA realizou-se em setembro de 1953, na cidade de São Paulo, com mais de 142 delegados; em Campina Grande, PB, com 140 delegados e, no Ceará, com 210 delegados. Nessas reuniões, definiu-se a Comissão Permanente da CNTA. Após divulgação da CNTA pelo jornal *Terra Livre*, órgão do PCB, iniciou-se, em junho de 1954, a mobilização de diferentes setores dos trabalhadores rurais (arrendatários, colonos, foreiros, meeiros, peões, pequenos proprietários, assalariados rurais, etc.), por meio de assembléias. A partir da análise das condições de cada segmento, levantar-se-iam reivindicações, formando-se organizações para lutar por elas. Nacionalmente, realizaram-se 23 conferências, em 14 Estados. Em São Paulo, as conferências aconteceram em Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Franca e Igarapava. Em setembro, São Paulo sediou a II CNTA, que contou com 212 delegados de 16 Estados. Nesse evento, foi criada a ULTAB, graças, principalmente, ao estímulo dado pela União Internacional dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAF), com sede em Roma. Uma delegação eleita na I CNTA, com oito integrantes, entre os quais Lyndolpho Silva e Heros Trench, foi enviada para a I Conferência da UISTAF, em Viena.

Lyndolpho Silva, eleito primeiro secretário da ULTAB, relata que tentava efetivar o plano de trabalho, por telefone, tanto para o interior de São Paulo, quanto para o restante

³⁴ Costa, 1996, p. 26ss.

do Brasil. Eram recebidas ligações de diversos lugares do País, em busca de orientações quanto à organização dos camponeses. A informação era que os sindicatos de trabalhadores rurais estavam apoiados no Decreto-lei nº 7. 038, de 1944. O foco dos sindicatos era o assalariado sem terra. Entretanto, a resistência violenta dos camponeses ocorria entre os posseiros expulsos de suas terras, pelos grileiros. Além de Porecatu, no norte do Paraná, episódios semelhantes também ocorreram em Santo Antônio, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os confrontos terminavam com a repressão da polícia, ou com a garantia da posse da terra, a muitos desses trabalhadores rurais, mediante a figura do usucapião.

Se a gente começou acompanhando uma luta e outra e tal, essa coisa toda, não era para ficar lá permanentemente, mas apenas tentar ajudar orgânica e politicamente essas lutas ali, em cada lugar procurando caminhos, buscando caminhos para todos os lados, dentro e fora das repartições públicas e principalmente no terreno da justiça.³⁵

Conforme demonstra o depoimento de Lyndolpho, as diretrizes gerais do Partido precisaram, de fato, abrir espaço às demandas locais de cada categoria de trabalhador rural e aos meios possíveis determinados pelo contexto. Isso confirma a percepção de Faleiros, para quem o PCB oscilava, de acordo com as especificidades locais, entre “as lutas altas e vigorosas”, o meio ilegal e o legal, o imediato.³⁶ Tal oscilação certamente demonstrava a realidade se impondo às diretrizes do PCB, entretanto, as categorias do marxismo-leninismo característico da leitura do Partido puderam incorporar e dar significado a essa realidade, adaptando-a às diretrizes. A Carta de Reivindicação aprovada na II CNTA e adotada pela ULTAB também comprova este aspecto ao acoplar as linhas gerais de combate ao latifúndio e aos restos feudais às demandas por melhores condições de vida, enfim, às reivindicações “mais sentidas” pelos trabalhadores rurais. A Carta exigia a distribuição das terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas; título de propriedade aos posseiros, ocupantes ou colonos de terras, e a todos os trabalhadores contemplados pela reforma agrária. Cobrava-se, ainda, a ajuda do Estado, através de implementação técnica, crédito barato e de longo prazo, fornecimento de maquinaria e ferramentas, adubo e

³⁵ Depoimento de Lynolpho Silva a CUNHA, 2004, p. 57.

³⁶ Faleiros, 1989.

sementes, facilidade para organização, estímulo ao cooperativismo, garantia de preços, etc.. Propunha-se, também, a proibição da meia e da terça, do trabalho gratuito, do pagamento em espécie, e de outras formas de parceria; a garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas; a aplicação das mesmas garantias e direitos dos trabalhadores da indústria aos trabalhadores agrícolas; a garantia de estabilidade no emprego; a proibição de despejo até que o trabalhador encontrasse outro emprego, etc..

É importante ressaltar que a mudança na postura crítica do Partido, em relação aos meios legais, não significou o abandono do confronto aberto. A insistência na palavra de ordem pelas “lutas altas e vigorosas”, mais do que o exercício de um dogmatismo, parecia cancelada por episódios violentos no campo. Lyndolpho Silva nos lembra que as lutas pela garantia da posse da terra não eram pacíficas. Não havia uniformidade na relação com a terra e nas relações de trabalho vividas pelo camponês. Neste sentido, precisamos relembrar a contradição entre o legal e o ilegal em que oscilava o PCB. Não há como simplificar ou desvincular a atuação do Partido, do *Bloco Histórico*, ou seja, da complexa interdeterminação entre estrutura e superestrutura que, no caso brasileiro, colocava a aliança operário-camponesa em posição estratégica na construção de uma hegemonia antagônica ao *Bloco Social Agrário-Industrial*. Nem mesmo pressupor, como Gorender, que não houve tentativa de generalização dos movimentos sociais no campo, e, tampouco, afirmar o contrário: que o Partido só procurasse implementar a luta armada, ou, como disse Souza Martins, que o PCB tentasse, a todo momento, controlar e tutelar os movimentos sociais camponeses.³⁷ A tentativa de espriar a luta camponesa existiu, uma vez que a leitura da via chinesa estava presente no Manifesto de 1950, e o objetivo era tornar episódios, como o de Porecatu, “a centelha que iria incendiar o campo brasileiro, dar início à revolução agrária”.³⁸ De acordo com Cunha, as dificuldades e as distâncias geográficas impediam o Comitê Central de ter total controle sobre tais lutas e, por essa razão, as lideranças locais tinham autonomia em relação à direção do Partido, além das contradições entre as várias tendências internas do PCB, mesmo no período em que era hegemônica a política de áreas liberadas. (2007, p.85)

³⁷ GORENDER, (1987); MARTINS (1981).

³⁸ Entrevista de Armênio Guedes, membro do Comitê Central no período da luta de Porecatu, à FALEIROS, 1989, p. 166

A imprensa vermelha e o campo

O jornal foi um dos meios primordiais para o trabalho do Partido no campo. O primeiro jornal semanário comunista, após o retorno do PCB à legalidade, intitulado *O Momento*, foi formulado pelo Comitê Regional da Bahia, em 1945, e contava com o apoio de dirigentes do Partido, como Giocondo Dias, Alberto Passos Guimarães e João Falcão. O periódico anunciava as atividades do Partido, fazia um trabalho de “educação das massas” e aglutinava intelectuais antifascistas de esquerda. A partir de 1946, o jornal tornou-se matutino e circulava por todo o interior da Bahia, veiculando reportagens de interesse geral e denunciando o imperialismo e o monopólio do açúcar da *Magalhães & Cia*. Na tentativa de enraizar-se no povo, a equipe do jornal decidiu marcar reuniões, em locais e horas determinados, ocasião em que um veículo do jornal, munido de alto-falantes, levava militantes para debater, com os trabalhadores, os problemas que estes enfrentavam. No dia seguinte às reuniões, os problemas levantados e as subseqüentes reivindicações eram publicados. O Departamento de Ordem Política e Social tentou proibir os debates e as sabatinas realizadas pela equipe jornalística. Entretanto, a onda de protestos, promovida pela imprensa baiana, garantiu a liberdade de reunião e de imprensa. O último número do jornal saiu em 1957, em conseqüência do clima gerado pela denúncia confirmada do “culto à personalidade de Stálin”.³⁹

No Rio de Janeiro, era publicado o novo jornal da imprensa vermelha, *Tribuna Popular*. Após a III Conferência Nacional do Partido Comunista, em outubro de 1946, Prestes lançou a Campanha Pró-Imprensa Popular, que visava conseguir fundos para o Partido, cobrir a enorme demanda do trabalho de arregimentação e integrar seus milhares de filiados. Através da venda de cheques Pró-Imprensa Popular, de rifas e realização de festas beneficentes arrecadaram-se recursos. A organização e divulgação dessas atividades abrangeu desde as células de bairros, setores profissionais, empresas, até comitês distritais e municipais, que competiam entre si, a partir das cotas pré-fixadas. Como resultado, a *Editorial Vitória*, principal publicadora do PCB, ganhou mais uma impressora e, a partir daí, *O Momento* passou a ser diário. Em março de 1947, Falcão é enviado para o Comitê Nacional no Rio de Janeiro. Lá, ficou responsável pelo jornal *Tribuna Popular*, de cujo

³⁹ FALCÃO, 1988, 265 ss.

conselho diretor fazia parte Carlos Drummond de Andrade. De acordo com Falcão, o *déficit* nas contas do jornal se dava em virtude da queda na circulação; falava-se até em boicotá-lo, pois estaria pouco noticioso, mal impresso e muito sectarista.⁴⁰ O jornal *A classe operária*, que circulou pela primeira vez em maio de 1925, volta em 1946, sob a direção de Maurício Grabois, e, em 1949, passa a ser chamado de *Voz Operária*. Em São Paulo, foi fundado o jornal *Hoje*, que circulou de 05 de outubro 1946 até o início de 1948. Em seu lugar, passou a circular *O Popular* e, de 1949 até 1959, o *Notícias de Hoje*.⁴¹

Voltado para as questões do campo, em 1949, foi fundado o jornal *Terra Livre*, que, de início, circulava clandestinamente, sendo impresso na oficina e distribuído de madrugada, para fugir do enalço da polícia. Não se podia dizer que o jornal era ligado ao PCB. O local da redação não era fixo, suas edições circulavam por meio de trens e pelo correio, para escapar da repressão, e eram recebidas pessoalmente pelos assinantes, ou por sindicatos, entidades estudantis, bibliotecas, etc.. O jornal contribuiu para a divulgação dos episódios de Formoso e de Trombas, para a organização da I CNTA, em 1953, e para a organização dos trabalhadores rurais de um modo geral. A edição do jornal não teve tiragens regulares, devido à falta de verbas, teve amplo alcance nacional e circulou até abril de 1964, quando a polícia fechou o jornal.

Com a organização da ULTAB, o jornal foi legalizado, o que, afirma Lyndolpho Silva, “ampliaria o trabalho que o PCB estava desenvolvendo.” Uma equipe da ULTAB juntou-se à redação do jornal, possibilitando que o mesmo circulasse por todo o país.

A gente saia por esse Brasil afora, trazia a notícia do que acontecia por lá, e achávamos que deveria se publicado o resultado daquilo porque era uma forma de estimular movimento de organização e de luta do campesinato do nosso país. Aqui tem um negócio muito interessante: o progresso que a Ultab conseguiu em primeira mão foi aí desses estados e municípios onde havia organização do partido, ou seja, uma organização de base,[...] o Terra Livre recebia cartas do interior, de camponês, e publicava aquilo. Assim dava uma informação maior. Isso foi ampliando.

⁴⁰ Idem, p. 336.

⁴¹ RUBIM, 1986, p. 44. Ainda sobre a imprensa comunista conf. KOSSOY, Boris. *O Jornalismo Revolucionário Ilustrado*. A Imprensa Confiscada pelo Deops: 1924-1954. São Paulo: Ateliê editorial; imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003.

Aqui, um cidadão que era jornalista da *Folha* fazia aquele jornal e foi chamado para isso, para dar a imagem que interessava, com o espírito que interessava dar ao trabalhador do campo, entrevistas, visitar o jornal *Terra Livre*. O jornal tinha um caráter que interessava mais ao camponês e passou a ter atividades em todas as questões camponesas. Uma das formas de o partido ajudar – quer dizer, os órgãos do partido nos estados, nos municípios – foi chamar esse pessoal. Aí o *Terra Livre* jogou na prática esse papel grandão e efetivamente deu uma ajuda enorme. Naturalmente, tinha uma parte no jornal ensinando a lei, a interpretação de documentos, como se faz um estatuto, como se faz uma ata, etc.⁴²

O relato de Lyndolpho demonstra a imprensa partidária como uma via de mão dupla, entre os camponeses e os organizadores do jornal e, evidencia a importância da presença das bases da organização do PCB, nos municípios. Boa parte destas bases era composta pela pequena e a média burguesia locais, para quem chegava a orientação do Partido. Nesse sentido, a leitura que priorizava a condição dos assalariados rurais fez sentir sua determinação, pois os quadros mais experientes na luta camponesa foram enviados para as regiões do interior do Estado de São Paulo, onde se concentrava o maior número dessa categoria de trabalhadores. O déficit do jornal *Tribuna Popular* e a ameaça de boicotá-lo eram o sinal de que o Partido deveria compor com a pequena e a média burguesia. Além do mais, para serem publicados aleatoriamente em vários lugares, os jornais comunistas dependiam de sindicalistas, estudantes, bibliotecários, entre outros. Para serem estocados e distribuídos, foram imprescindíveis os funcionários dos correios, das linhas férreas e os comerciantes.

A Declaração de Março de 1958 e a mobilização dos camponeses

Levando em conta a conjuntura histórica da morte de Vargas, Raimundo Santos entende que o PCB despertou para a realidade imediata a partir das mobilizações antigolpistas que vinham desde agosto de 1954. Depois do suicídio de Vargas e da posse de Juscelino, que venceu com o apoio decisivo dos comunistas, visto que a margem de votos

⁴² Depoimento de Lyndolpho Silva a CUNHA, 2004, p. 58-59.

que garantiu a vitória foi mínima, o Partido sentiu a necessidade de intervir para impedir o golpe. Os comunistas começaram a ver a possibilidade de uma Coalizão Democrática, passaram a valorizar as liberdades democráticas como meio de atender as reivindicações populares e consideravam viável um governo mais progressista e democrático.(SANTOS, 1988, p.99) Todavia, em novembro do mesmo ano, o IV Congresso do PCB só efetivou poucas e tímidas mudanças na linha política. Em sua essência, permaneciam as orientações da política de Agosto de 1950. (SEGATTO, 1995) Estas mudanças seriam adaptadas, posteriormente, na Declaração de Março de 1958, quando os movimentos sociais no campo e a sindicalização rural se amplira ainda mais. A necessidade de aceitar, com extrema cautela, as mudanças sugeridas no Ativo Sindical de 1952, decorria da inflexão gerada pelas denúncias de culto à personalidade de Stálin, realizadas no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, que gerou, no PCB, uma grave crise interna.⁴³

No campo, a ampliação do número de sindicatos, de associações, de uniões, as propagandas e agitações, por meio da Campanha pela Reforma Agrária, foram praticamente interrompidas, o *Terra Livre* sai de circulação, indo de 19 para 2 números apenas. A I Conferência da ULTAB, que seria em 1956, realizou-se somente em setembro de 1959. (Faleiros, 1989, p.206) Inicialmente, o impacto interno entre os militantes foi paralisante.

A denúncia do culto causou preocupações, ressentimentos, e partindo do fato da educação, da orientação que se tinha mantido antes durante o tempo todo, é claro que a gente ficou num primeiro momento imobilizado.⁴⁴

De acordo com Segatto, as divergências formaram três correntes no interior do PCB. Uma era a Corrente Renovadora, autodenominada sinédrio. Sua composição era formada por uma maioria de intelectuais, membros ligados à imprensa partidária, à Juventude Comunista, à Comissão de Agitação e Propaganda, de massas, de finanças, entre outros. Essa Corrente abriu os debates sobre as denúncias de culto à personalidade de Stálin feitas no XX Congresso do PCUS, criticando o dogmatismo, o mandonismo, as análises e a política do Partido e o “internacionalismo proletário” do PCUS. Em abril de 1954, Agildo

⁴³ Sobre detalhes do processo ver COSTA, 1976 e SANTOS, 1988.

⁴⁴ Conforme a memória de Lindolpho Silva, CUNHA, 2004, p.66.

Barata sintetizou em uma plataforma as propostas dessa Corrente. Devido a intervenção na imprensa partidária, ao controle e ao encerramento dos debates, pela Direção do PCB, os renovadores abandonaram as fileiras do Partido e fundaram a Corrente Renovadora do Marxismo, que teve curta duração.

A Corrente Conservadora, por sua vez, envolvia o núcleo dirigente: Luiz Carlos Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois, Carlos Marighella, além de outros líderes intermediários. Apesar de admitir a existência de erros nas orientações dos Manifestos anteriores, os conservadores preservavam o Programa de 1954 e as doutrinas marxistas leninistas. Alvos de críticas, alguns de seus integrantes foram substituídos no Secretariado e na Comissão Executiva do Comitê Central, em agosto de 1957. No V Congresso, em 1960, a Corrente Conservadora opôs-se às teses então aprovadas e seus membros não foram reeleitos para o Comitê Central. Assim, em fevereiro de 1962, fundaram o PC do B.

Uma outra vertente se formou ao longo dos debates, constituindo o que Segatto denominou de Centro Pragmático. Esta corrente criticava o stalinismo e defendia a abertura dos debates, desde que, sob controle. De início, postava-se contra os renovadores, com a saída destes do PCB, voltou-se contra os conservadores. Seus integrantes, Giocondo Dias, Mário Alves, Jacob Gorender, além de outros, propugnavam uma política conciliatória. Desse modo, o grupo incorporou o próprio Prestes e mais alguns membros das correntes conservadora e renovadora. Vitorioso, o Centro Pragmático absorveu as teses fundamentais dos renovadores, conservando e adaptando as novas teses aos elementos, noções e princípios da doutrina marxista-leninista. (Segatto, 1995, p. 63 ss.)

O Centro Pragmático formou uma nova maioria no PCB e no Comitê Central. Neutralizados os conservadores e excluídos os renovadores, os pragmáticos se consideraram os portadores da linha justa e elaboraram a nova política do Partido, a Declaração de Março de 1958. Nesta Declaração, entendiam que o erro dos conservadores seria o de, entregues ao subjetivismo, ficarem presos aos dogmas sem se darem conta do movimento real da revolução brasileira. Tal erro tê-los-ia impedido de enxergar a burguesia interessada no desenvolvimento independente da nação, o que estaria demonstrado na composição do governo JK. Transformações na estrutura e na ação das forças progressistas seriam a causa da ampliação do processo democrático da política nacional. A revolução seria um processo gradual de acúmulo de reformas profundas de acordo com a etapa de

desenvolvimento em que o País se encontraria naquele momento. A radicalização dos Manifestos anteriores teria levado a uma radicalização artificial, pois a realidade brasileira apontaria para a via do desenvolvimento pacífico, ou seja, para a atuação dentro da legalidade democrática e constitucional. Para tanto, seria necessária a reeducação dos dirigentes e militantes do Partido. Entretanto, agora, rechaçando os renovadores, tais mudanças não poderiam significar o “reformismo”, pois deixaria o proletariado a reboque da burguesia, impossibilitando a sua hegemonia e a de sua vanguarda, o PCB.

Diferentemente da linha política anterior, a contradição imediata deixaria de ser a existente entre a burguesia e a classe operária, para ser a que existiria entre progresso e nacionalismo e o imperialismo e estrutura tradicional. A revolução, portanto, seria antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática, e objetivaria a independência em relação aos Estados Unidos e à liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas. A partir dessa leitura, para realizar essa tarefa, tornar-se-ia imprescindível uma aliança entre a classe operária, os trabalhadores rurais, a pequena burguesia, a burguesia nacional e setores do latifúndio que tivessem contradição com o imperialismo, inclusive a burguesia ligada aos monopólios rivais aos dos norte-americanos. Tal seria a composição da Frente Única, refletindo a heterogeneidade da realidade social brasileira e, por isso, cheia de contradições. Portanto, de imediato, importaria a unidade entre esses setores em volta da luta antiimperialista. A conquista da hegemonia, pelo proletariado, seria lenta e paulatina.

De acordo com Mazzeo, já em julho de 1952, o Partido havia determinado a dissolução dos Centros Operários e a volta aos sindicatos oficiais, abrindo caminho para que, no Manifesto de 1958, o PCB deixasse de privilegiar a base material da sociedade. Dessa forma, abandonava-se a luta politizada, na disputa pela hegemonia do movimento sindical, para privilegiar o campo das amplas alianças, subordinando a luta do proletariado ao viés liberal e institucionalista. (Mazzeo, 1999, p.85)

Assim, ao longo dos debates até a Declaração de Março de 1958, a questão agrária girou em torno da discussão sobre as fases da luta antiimperialista e do caminho pacífico da revolução brasileira, ao lado de outros problemas, como o culto à personalidade de Stálin, a hierarquia autoritária, o centralismo, entre outros. No artigo publicado pelo renovador Agildo Barata, a questão agrária aparece subsumida à luta antiimperialista. Barata admitia a

possibilidade de que setores do latifúndio, que não mantivessem relações feudais, participassem da Frente Única contra o imperialismo norte-americano, devido à penetração do capitalismo na agricultura e ao monopólio do comércio exterior.

A Declaração de Março de 1958 incorporou aspectos de sua análise ao considerar que o Estado brasileiro refletia, não só os interesses dos latifundiários e dos setores capitalistas ligados ao imperialismo, como também os da burguesia interessada no desenvolvimento autônomo da economia nacional, possibilitando diversas alianças entre classes. O atraso do desenvolvimento do capitalismo nacional ainda era entendido como causa da resistência de elementos econômicos retrógrados e da pressão do imperialismo. No campo, a presença do capitalismo na agricultura implicava a conservação do monopólio da terra e das velhas “relações semifeudais”, o que permitia que os trabalhadores rurais fossem mais explorados, e aumentava as desigualdades regionais, fazendo com que as regiões Leste e Sul se industrializassem e o restante do País ficasse quase inteiramente agrário. (COSTA, 1996, p. 46 ss.)

A Frente Única lutaria contra a submissão ao imperialismo norte-americano, em nome do progresso nacional. O PCB deveria ser um fator unitário dentro da Frente Única Nacionalista e Democrática. Os sindicatos serviriam à unidade dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas, na luta por suas reivindicações imediatas, pelo direito de greve, pelo melhoramento da previdência social, etc. O movimento entre os camponeses partiria do nível atrasado e desorganizado em que ele se encontrava. A base seriam as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa do valor do arrendamento, a garantia contra os despejos; deveriam ser evitadas, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontrassem condições maduras para a sua realização. O Manifesto também considerava que, no campo, era a atuação por meios legais de luta e de organização que permitiria alcançar êxitos na formação de associações rurais e cooperativas, na organização dos assalariados e semi-assalariados em sindicatos. A defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses e a ação de massas seriam indispensáveis para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento. Essas atitudes favoreceriam a aprovação de leis que contemplassem os interesses dos trabalhadores agrícolas, possibilitando até mesmo a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo. Entre os objetivos da Frente Única, para o campo eram previstas:

Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas — Redução das taxas de arrendamento e prolongamento dos seus prazos contratuais. Defesa dos camponeses contra a grilagem e os despejos. Facilitar aos camponeses o acesso à terra, particularmente junto aos centros urbanos e vias de comunicação. Garantia da posse da terra e entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros. Aplicação dos direitos dos trabalhadores do campo já consolidados em lei. Legislação trabalhista adequada ao campo. Facilitar aos camponeses o crédito bancário, particularmente do Banco do Brasil, os transportes, a armazenagem e a assistência técnica.⁴⁵

O caminho para a revolução seria pacífico, por meios legais, explorando a via eleitoral, estendendo os espaços políticos às massas, resolvendo os problemas a partir de reformas profundas na estrutura econômica e nas instituições políticas, que propiciariam o caminho necessário às transformações revolucionárias pretendidas pelo Partido.

Esta orientação resultou na concentração de esforços nas regiões Sudeste e Sul e em alguns Estados do Nordeste, onde aumentaram o número de organizações voltadas para o trabalhador do campo. As conferências realizadas em vários Estados, a I Conferência Sindical Nacional, em 1958, e os pactos e acordos realizados possibilitaram maior coordenação às lutas, já que não havia uma instituição que os agregasse horizontalmente. A I Conferência da ULTAB realizou-se em setembro de 1959, tendo por objetivo sensibilizar a opinião pública sobre a necessidade de transformação da estrutura fundiária do país. A questão agrária não deveria ficar atada à soluções parciais, mas atingir o monopólio da posse do solo, pois tratava-se da democratização da propriedade da terra. Além da garantia da posse da terra pelos milhões de camponeses, essa reforma visaria o aumento da produção e, para isso, o Estado deveria dar assistência técnica, facilitar o crédito, o cooperativismo, além de oferecer educação, saúde, etc.⁴⁶

Dinarco Reis, militar e antigo militante comunista, criticava a pouca atenção dada pelo Partido à questão agrária, e terminou por ser colocado, pelo Comitê Central, como

⁴⁵ Declaração Sobre a Política do PCB, *Voz Operária*, 22-03-1958.

⁴⁶ Carta da reforma agrária. I Conferência da ULTAB, São Paulo, 20/09/1959

responsável pela Seção de Trabalho no Campo. Dinarco Reis concedeu autonomia a Heros Trench, Nestor Veras e Lyndolpho Silva para tomarem as iniciativas, visto a maior experiência que possuíam em relação às questões campesinas.

Na verdade o trabalho do campo começou a avançar com o Dinarco Reis, efetivamente foi com ele.[...] Aí ele disse o seguinte:- Bom, eu fiz essa crítica e tal e lá, como sempre aconteceu, me jogaram esse negócio por cima. E eu não sei disso, não eu não sei fazer isso concretamente. Quer dizer, na medida dos erros e dos acertos que a gente cometer nisso aí e vai aprendendo, né?[...] Conseguimos encaminhar rapidamente o projeto dos sindicatos, mas também estivemos trabalhando uma porção de tempo e com muita gente no Ministério do Trabalho. Esse foi um lado muito interessante, muito positivo, quer dizer, o contato político com o pessoal de lá. Os elementos do Ministério do Trabalho tiveram o prazer de trabalhar conosco, inclusive o presidente daquela comissão, que era dirigida pela Superintendência da Reforma Agrária (Supra) e pelo Ministério do Trabalho; ela que organizava, examinava os processos, e isso tudo para o reconhecimento da nossa entidade. Chegamos nessa data com 21 federações, a maioria esmagadora dos sindicatos.⁴⁷

Assim, a ULTAB tornou-se um organismo de poder decisório, e se reorganizou, de modo a dar maior mobilidade à tomada de decisões, melhorando o desempenho da organização. A intenção de realizar sua segunda Conferência correspondia ao anseio por um encontro nacional. A ULTAB decidiu convocar um congresso, reunindo as Ligas Camponesas de Francisco Julião e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul, sendo convidados o então Presidente da República, João Goulart, o Primeiro Ministro, Tancredo Neves e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Em novembro de 1961, o Congresso de Belo Horizonte reuniu 1.600 delegados, anteriormente eleitos em conferências realizadas por todo o país. A iniciativa visava a socialização de experiências particulares para se alcançar diretrizes gerais que oferecessem unidade ao movimento camponês.

⁴⁷ Depoimento de Lyndolpho Silva (CUNHA, 2004, p. 86-87)

Nesse Congresso, houve intenso debate entre o PCB e Francisco Julião sobre a validade de medidas parciais, como a regulamentação do arrendamento e da parceria. O que revelava a incorporação, pelo Partido, dos interesses concretos dos trabalhadores rurais, pois, ao invés de falar-se em extinção da parceria, argumenta-se a sua regulamentação. Ao final, prevaleceu a postura de Julião, que defendia uma reforma radical e negava a existência de etapas para se chegar ao socialismo. Entretanto, a justificativa para implementar a reforma agrária atendia, em grande medida, à leitura que o Partido Comunista já vinha fazendo e às propostas dela decorrentes. Entre as medidas propostas para a reforma agrária, constavam: a liquidação do monopólio da propriedade da terra, mediante a desapropriação dos latifúndios, a serem substituídos pela propriedade camponesa, individual ou associada, e pela propriedade estatal; a garantia da posse da terra ou de seu uso para quem nela quisesse trabalhar; a liberdade dos camponeses para organizarem associações de classe independentes; o reconhecimento dos sindicatos dos assalariados e semi-assalariados; a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores agrícolas; a elaboração de um Estatuto de legislação trabalhista adequado às condições do campo; e, ainda, assistência efetiva aos camponeses.

Algumas medidas parciais e imediatas precisariam, de acordo com a Declaração do Congresso, serem adotadas, dentre elas a:

[...] imediata modificação pelo Congresso Nacional do artigo 141 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de "indenização prévia, justa e em dinheiro" para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Esse dispositivo deverá ser eliminado e reformulado, determinando que as indenizações por interesse social sejam feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos; - Desapropriação, pelo governo federal, das terras não aproveitadas das propriedades com área superior a 500 hectares; - Adoção de um plano para regulamentar a indenização em títulos federais da dívida pública, a longo prazo, e a juros baixos, das terras, desapropriadas, avaliadas à base do preço da terra registrado para fins fiscais; - Regulamentação da venda, concessão em usufruto ou arrendamento das terras desapropriadas aos latifundiários, levando em

conta que em nenhum caso poderão ser feitas concessões cuja área seja superior a 500 hectares, nem inferior ao mínimo vital às necessidades da pequena economia camponesa; - As terras devolutas, quer sejam de propriedade da União, dos Estados ou Municípios, devem ser concedidas gratuitamente, salvo exceções de interesse nacional aos que nelas queiram efetiva-mente trabalhar; - Outorga de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem.⁴⁸

Leonilde Sérvolo de Medeiros, como boa parte dos intelectuais preocupados com os movimentos sociais no campo, entende que o Congresso de Belo Horizonte, em 1961, foi um marco para os movimentos sociais no campo. De acordo com Medeiros, além da disputa entre o PCB e Francisco Julião pela liderança das mobilizações rurais, o evento de Belo Horizonte implicou o reconhecimento social e político da categoria “camponês”, como síntese das forças heterogêneas dos trabalhadores rurais. Ainda, segundo essa autora, a presença dos líderes do governo, a ampla cobertura da imprensa nacional e as inúmeras delegações de diversas categorias do campesinato mostraram que era impossível reduzir a questão agrária à medidas localizadas, fossem medidas repressivas, fossem acordos imediatos e parciais. (Medeiros, 1989, p. 57 ss.) Paulo Ribeiro da Cunha entende que, no período anterior ao golpe de 1964, a atuação do PCB, no campo, não passou imune às contradições, por exemplo, o fato de o Comitê Central não reconhecer lideranças de origem camponesa, tais como Lyndolpho Silva, Gregório Bezerra, Nestor Veras, José Ribeiro e outros. A complexidade da questão agrária se expressou na dificuldade do Partido, em seu Programa, de unir os diferentes segmentos dos trabalhadores rurais aos representantes da “burguesia” e do “proletariado”. A proposta de reforma agrária sofreu forte oposição, sendo mesmo rejeitada, do *Bloco Agrário-Industrial*, composto por representantes das oligarquias agrárias e setores da burguesia industrial, e que detinha a maioria no Parlamento Nacional. Assim, a reforma agrária, na prática, cedeu lugar ao aprofundamento da organização dos assalariados e semi-assalariados agrícolas. (CUNHA, 2007, p. 102 ss)

⁴⁸ Declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Sobre o Caráter da Reforma Agrária 1961. Ib: *Revista Estudos Sociais*, abril de 1962.

O discurso radical de Julião, inspirado pela Revolução Cubana, sobre a possibilidade da implementação do socialismo a partir das lutas camponesas, não se enraizou amplamente nos movimentos dos trabalhadores rurais. No campo, o PCB e a Ação Popular, entidade católica envolvida com movimentos sociais, conseguiram ampliar a organização dos trabalhadores rurais. Em 1963, foi formada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, sob os pressupostos do Programa aprovado no Congresso de Belo Horizonte; sua direção ficou a cargo dos comunistas e da Ação Popular.

CAPÍTULO II

A Política da “União Nacional” e a organização dos camponeses no interior de São Paulo

Em São Paulo, logo no início do Estado Novo, o PCB foi desmantelado pela repressão. Somente em 1941, Davino dos Santos, Frederico Bonimani e José Maria Crispim tentaram reorganizar o Partido, mas foram impedidos pela polícia e pelo Exército. Em abril do mesmo ano, os dirigentes comunistas baianos, Milton Caíres de Brito, Armênio Guedes e Diógenes de Arruda Câmara, vieram para São Paulo e criaram a Comissão Executiva Provisória do PCB. O contato desse grupo com Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabois e Amarílio Vasconcelos, integrantes da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), garantiu a hegemonia desses dirigentes no esforço de reconstrução do Partido, após a Conferência da Mantiqueira, no Rio de Janeiro, em 1943.⁴⁹

A partir da redemocratização do País, em 1945, os dirigentes nacionais do PCB, Milton Caíres, Arruda e Pomar, eleitos na Conferência da Mantiqueira, dividiram a liderança do Partido, no Estado de São Paulo, com antigos militantes, como, por exemplo, José Maria Crispim, e também com os consagrados nas eleições municipais de novembro de 1947, como Mário Scott, João Sanches Segura, João Taibo Cadórniga, Osvaldo Pacheco, Roque Trevisan, Armando Mazzo e outros. Após a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, em 1948, Carlos Marighela, com a colaboração de Jacob Gorender, tornou-se o principal dirigente paulista, na reestruturação do Partido, que havia sofrido drástica redução em seus quadros.⁵⁰ Segundo Pomar, havia uma grande afinidade política e uma influência recíproca entre o Comitê Estadual e a Direção Nacional do Partido Comunista. As diretrizes organizacionais e a linha eleitoral, adotadas em diferentes ocasiões, eram as mesmas e, quando não, a Direção Estadual antecipava formulações que seriam encaminhadas pela Direção Nacional. (Pomar, 2002, p.72)

O PCB de São Paulo contava com a militância de intelectuais, como Caio Prado Júnior, que se elegeu deputado estadual; Cândido Portinari, que disputou mais de uma eleição e patrocinou reuniões para discutir uma possível reforma agrária no Brasil; e, ainda,

⁴⁹ DULLES, J. F. 1985, p. 215 e ss.

⁵⁰ AZEVEDO, R.; MAUÉS, F. 1997, p. 185.

com intelectuais simpatizantes, como Monteiro Lobato. Paulo Emílio Salles Gomes, historiador e crítico de cinema, rompeu com o PCB e fundou a Esquerda Democrática, posteriormente, Partido Socialista Brasileiro - PSB, atraindo intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Candido e outros.⁵¹

Os resultados eleitorais demonstraram que as principais bases do Partido, em São Paulo, eram compostas pelo operariado dos grandes centros industriais, como acontecia na própria Capital e nos municípios de Santo André e Sorocaba. Já nas cidades menos industrializadas do interior do Estado, à composição do Partido incorporavam-se outras camadas sociais e em percentuais diversos dos verificados nos grandes centros. Os Comitês Municipais, base para as mobilizações dos camponeses, tinham, ao longo dos trilhos de ferro que cortavam a Alta Sorocabana, uma composição social formada por 38% de prestadores de serviços e trabalhadores autônomos (alfaiates, pedreiros, carpinteiros, carroceiros, etc.), 19% de ferroviários, 11% de camponeses, 9% de comerciantes e 2% de médicos e advogados.⁵² Na Alta Paulista, a composição do PCB era formada por uma maioria de prestadores de serviços e trabalhadores autônomos da cidade (domésticas, carroceiros, mecânicos, barbeiros, alfaiates, jornaleros, eletricitas, etc.), seguidos pelos camponeses e assalariados agrícolas, comerciantes, funcionários públicos, operários, ferroviários, médicos, advogados e jornalistas. Os Comitês Municipais quase sempre contavam com a adesão de vereadores, como aconteceu em Quintana, Pompéia, Garça, Marília, sob várias legendas - PSP, UDN, PTB, PSD, etc..⁵³

Apesar de não perceber o caráter reacionário do governo Dutra, e tendo esperanças de que o Partido retornasse à legalidade, Luís Carlos Prestes tinha a clara percepção das diferentes condições de inserção da militância entre um núcleo urbano industrializado e outro atrelado ao campo. Desse modo, ao convocar as bases para se empenharem nas eleições que ocorreriam em novembro de 1947, ele diagnosticava

[...] que na grande maioria dos municípios mais atrasados, em que predominam os latifúndios, a economia semi-feudal e o poder quase absoluto da oligarquia dos senhores da terra, poderosas ainda hão de ser

⁵¹ RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a Organização. In: FAUSTO, B. (dir), 1983, p. 411-412.

⁵² Prontuário Nestor Veras, AESP.

⁵³ Pasta Delegacia Regional de Marília. 09/1957. OS. AESP

nas próximas eleições as influências anti-democráticas daquelas forças mais reacionárias que se apóiam nos governos federal e estaduais, senhores da força, do dinheiro e dos cargos públicos. Mas, em compensação, nos municípios mais importantes e adiantados, já se elevou bastante o nível político do povo nesses dois anos que se seguiram a derrota militar do nazismo, mau grado os inúmeros obstáculos criados no caminho da redemocratização da vida política da nação. E, nessas condições, já não será assim tão fácil a intervenção oficial nos pleitos municipais mais importantes.⁵⁴

Eleições Municipais e os *Vereadores de Prestes* no interior de São Paulo

A estratégia da União Nacional, colocada em prática na “Política Municipal Realista e Objetiva”, garantiu a sobrevivência do Partido durante os momentos de maior desencontro entre as diretrizes definidas na cúpula do PCB e suas bases. Graças à formação cultural e política, à habilidade e à rede de relações dos *intelectuais desenraizados*, eleitos vereadores, o PCB pode permanecer ativo.

No *Informe*, direcionado à participação dos comunistas nas eleições locais, Prestes recomendava entendimentos políticos com os demais partidos, não só quanto à eleição para prefeito, mas, também, sempre que possível fosse, na eleição para vereadores. As condições desses acordos variariam de município a município, na proporção da influência e da força eleitoral do PCB local. Onde fosse mais forte, o Partido indicaria um candidato a prefeito e candidatos à vereança, na legenda que atraísse maior número de eleitores. Nas cidades onde a influência dos comunistas fosse menor, oferecer-se-ia apoio ao candidato a prefeito que tivesse maior ligação com o povo. O Comitê Local ofereceria seu apoio, tentando conquistar mais defensores do registro dos candidatos comunistas a vereador.

É claro que nesses entendimentos devemos ser tão realistas quanto os políticos da classe dominante e não esquecer jamais que entre aqueles partidos não há diferenças fundamentais, sendo todas organizações heterogêneas cuja composição varia de município a município e que

⁵⁴ PRESTES, L. C. Participemos ativamente das eleições municipais. In: *Problemas*, Revista Mensal de Cultura Política, nº 2, setembro de 1947.

devem por isso ser por nós apreciadas objetivamente em cada município pelo que realmente valham e não pelo título mais ou menos democrático que usem ou pela atitude de seus dirigentes na política nacional ou estadual. Só teremos sucesso na medida em que soubermos fazer em cada município, uma política municipal realista e objetiva.⁵⁵

Além do pragmatismo, após o fracasso da tentativa de tornar o Partido Popular Progressista (PPP) uma alternativa legal ao PCB, os comunistas de São Paulo tentaram ocupar a legenda do Partido Social Trabalhista - PST, em algumas cidades. Assim, o PCB elegeu duzentos e cinquenta vereadores, por todo o Brasil, sendo cento e cinquenta deles só no Estado de São Paulo, embora apenas cem fossem empossados, pois o TSE cassou os que foram eleitos pelo PST.⁵⁶

Passadas as eleições, temos, no interior de São Paulo, um mosaico, resultante da orientação da “política municipal realista e objetiva”. Em Campinas, 6 candidatos elegeram-se pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB; em Ribeirão Preto, 3, pelo Partido Social Democrático - PSD; em Jundiaí, 3, pelo PSB. Nas cidades interligadas pelos trilhos da Mogiana, 2 foram eleitos, em Franca, pelo PSB; 3, em Morro Agudo, pelo PSD; 2, em Guará, pela coligação entre o Partido Social Progressista – PSP e a União Democrática Nacional - UDN; 1, em Pedregulho, pela coligação PSP-PSD; em Miguelópolis, 1 foi eleito pela coligação entre o PSD e o Partido Republicano – PR. Em Igarapava, o candidato comunista se elegeu pela coligação PSD – PSP - PR - PRP – PTN⁵⁷; 2, em Altinópolis, pelo PSP; 1, em São João da Boa Vista, pelo PTN; outro, ainda, em Americana, mas este foi cassado, por pertencer ao PST.⁵⁸

Na Alta Paulista, no município de Garça, pelo PST, o Partido elegeu o lavrador Paulo Miguel de Oliveira, juntamente com outros 6 *candidatos de Prestes* (1 médico, 3 comerciantes, 1 alfaiate e 1 ferroviário). Em Marília elegeram-se, pela UDN, os médicos Dr. Reinaldo Machado e Dr. João Rodrigues de Faria; em Oriente, pela legenda do PSP, foi eleito Juvenal Alves de Oliveira, ferroviário; em Pompéia, também pelo PSP, elegeu-se Sérgio Francisco Barguil e, finalmente, em Vera Cruz, pela coligação PSP-PTB, foi eleito o

⁵⁵ PRESTES, L. C. *idem*, *ibidem*.

⁵⁶ POMAR, 2002, p. 97

⁵⁷ PRP - Partido de Representação Popular; PTN – Partido Trabalhista Nacional.

⁵⁸ *idem*, *ibidem*, p. 114.

comerciante Augusto Ferrite Filho. (Querino, 2000, p. 163) Na cidade de Tupã, desde junho de 1947, “ex-membros” do Comitê Municipal do PCB tentavam organizar o Partido Popular Progressista. O delegado local identificou os comunistas envolvidos nessa tentativa: Temístocles da Silva Braga, barbeiro; Hermenegildo Bitencourt Dias, comerciante de tecidos; João José Sabongi, comerciante de jóias e possível chefe do Comitê local, além de João Camilo Sobrinho, sem profissão, que vivia às expensas do PCB.⁵⁹

A linha política do Partido deixava espaço para a livre atuação de seus militantes em nível local, onde valiam as redes de relações pessoais mantidas por eles. A variação das alianças políticas e das legendas era relativa à mudança dos presidentes de cada partido. No município de Tupã, para as eleições de novembro de 1947, o PSD indicou, como candidato a prefeito, seu próprio presidente, o sr. Luís de Souza Leão.

Luís de Souza Leão era um latifundiário, dedicado ao plantio do café e à pecuária. Era o maior acionista da empresa de especulação imobiliária Souza Leão & Rocha e, também, co-fundador do banco Bradesco. Era, portanto, um legítimo representante da oligarquia agrária brasileira, oligarquia essa que se caracterizava pela dominação mediante a coação extra-econômica, e que, na concepção do PCB, equivalia aos “senhores feudais”. Souza Leão gostava de enfatizar suas origens, afirmando que descendia das mais tradicionais e antigas famílias de Pernambuco, que era neto dos barões do Engenho de Morenos e do comendador Permírio de Paula Mesquita. Nas memórias que publicou, valorizava a coragem e o “espírito de aventura” que o movera para o interior de São Paulo. O modo como se refere à escolha do nome da cidade, que fundou nos fins da década de 1920, revela a mentalidade de um bandeirante do período colonial:

Assim foi tomando corpo, a fundação da futura cidade, que deveria ser construída em plena selva. [O nome Tupan seria uma homenagem] aos índios, verdadeiros donos das terras do Brasil, que ainda tinha uma vantagem – Seria uma advertência aos Brasileiros, para que procurassem pela inteligência e pelo esforço, formar uma Nação, para não suceder a eles, o que sucedeu aos índios, que foram derrotados pelos seus conquistadores! (Leão, 1968, p.17)

⁵⁹ Radiotelegrama. Doc. n° 43, 07/06/1947. Circular n° 174. CEDHUM

Em conformidade com o que determinavam as diretrizes de Prestes, os comunistas de Tupã, em 1947, optaram por fazer aliança com o advogado Jamil Dualibi, candidato da coligação PSB, PTB e PSP. Dualibi enfrentava ameaças de Souza Leão desde que aqui chegara, em 1934, para instalar um Cartório, por meio do qual se abriram processos judiciais contra o oligarca⁶⁰. O candidato Dualib, em oposição ao “senhor feudal” Souza Leão, representaria “as forças progressistas e democráticas” que deveriam compor a “União Nacional”, almejada pelo Partido.

Como as tentativas de invalidar a coligação e até mesmo a candidatura de Dualibi não obtiveram sucesso, a UDN lançou um candidato próprio para enfraquecê-las. Por outro lado, Dualibi conseguiu anular a candidatura de Souza Leão, argumentando que, conforme os artigos 139 e 140 da Constituição Federal, ele só poderia concorrer à vereança, pois já era deputado Estadual.⁶¹ Para substituir a candidatura de Souza Leão, o PSD local escolheu Alonso Carvalho Braga. O novo candidato era antigo conhecido do presidente do PSD local, pois ambos haviam atuado no Partido Republicano Paulista, em Marília, durante a Revolução Constitucionalista de 1932. No discurso de aceitação de sua candidatura, Carvalho Braga dizia não ser político e nem tampouco grande pecuarista ou fazendeiro; ele se considerava “um pequeno lavrador como tantos outros”. Na sua biografia conta, ainda, que fora vice-prefeito de Potirendaba, onde, também, exercera a função de juiz de paz.⁶²

No contexto da Guerra Fria, do retorno do PCB à ilegalidade e do processo de cassação dos mandatos dos deputados ligados ao Partido, o Comitê Municipal do PSD aproveitou-se do apoio dos comunistas à candidatura de Dualibi, para desmoralizá-lo. O *Jornal de Tupã*, “imparcial e noticioso”, publicava, constantemente, na primeira página, uma foto, em destaque, de Souza Leão e, logo abaixo, uma outra, de Alonso Carvalho Braga. Boa parte do espaço do periódico era ocupada com anúncios e apresentações dos candidatos do PSD, enquanto os outros partidos, como a UDN e o PSP, tinham uma nota quase imperceptível ao leitor desatento, e a coligação PSB, PTB e PSP sequer aparecia.

Durante a campanha das eleições municipais, de novembro de 1947, o *Jornal de Tupã* intensificou publicações de artigos claramente anticomunistas, entre os meses de

⁶⁰ Diário História, ano I, n° 6, setembro de 1991.

⁶¹ *Jornal de Tupã*, ano V, 12 jan.1947, n° 310.

⁶² Idem, 02 set. 1947, n° 384 e 12 out. 1947, n° 387.

outubro e novembro. Ao ler tais artigos, pode-se perceber a construção da noção de brasilidade e de identidade nacional, às quais o comunismo serviria de contraponto. Nesse sentido, Alonso (e quem o apóia) era retratado, nos artigos, como conhecedor da necessidade nacional, como o verdadeiro representante do pensamento tupãense, como um demiurgo. Nessas edições do jornal, os valores do catolicismo eram confundidos com os do patriotismo. Os que apoiavam Carvalho Braga eram aqueles que defendiam a trilogia: “Fé, Família e Pátria”. Assim, o tupãense seria brasileiro e todo brasileiro seria católico, homens que trabalhavam e mulheres atentas e de consciência pura, e ambos não “mercadeja[ria]m com o comunismo”.

A campanha do PSD proclamava que a luta não seria entre os candidatos, mas entre “católicos e comunistas”, “civilização cristã e comunismo” e que Dualibi, candidato da oposição, era o “corcel das incapacidades”. No entanto, houve, de fato, a instrumentalização do comunismo para os fins eleitorais da verdadeira e objetiva disputa entre Alonso Carvalho Braga e Jamil Assuf Dualibi. A idéia de comunismo foi o verdadeiro “corcel” dos interesses em jogo, pois, de um lado, serviu como apoio político direto dos comunistas e, de outro, ela foi instrumentalizada, em sua negativização, para formar um determinado consenso em torno de uma dada “verdade”.

O comunismo foi apresentado ao eleitorado como “inimigo”, como algo exterior à Nação, como uma “invasão de Moscou”, uma “ameaça”, um “carro de fogo da Rússia” e uma “doutrina de importação”. O comunismo não era percebido como “o mesmo”, relacionado à Pátria, mas, sim, como um “outro” diferente do “mesmo”. Por ser exógeno, não deveria ser aceito ou tolerado, não poderia deitar raízes nas “consciências puras”, pois “infelicit[ria] a pátria”. Seria, ainda, um “inimigo ateu”, um “lodaçal”, “um vírus” que corroía a “civilização brasileira”. Usando imagens metafóricas do universo cristão, o jornal apresentava o comunismo como a “víbora”, e o candidato da oposição como aquele que a alimentava, como o “Judas que vende[u] o Cristo por 30 moedas de prata”. O candidato da oposição, portanto, seria aquele que “mercadeja a honra, a dignidade e a moral da nação”.

Um dia antes das eleições de 1947, denunciando a presença de um “enviado de Prestes”, no comício da oposição, o *Jornal de Tupã* escancarou o que seria a “verdadeira luta”, a disputa entre Jamil Dualibi e Alonso Carvalho Braga. Citando, pela primeira vez, o nome de Dualibi, cujo discurso, proferido na varanda do Hotel Tamoios, teria sido

“cuspidado” aos ouvidos dos tupãenses, enquanto que o de Alonso seria pautado na “paz e no amor”. Já não se fazia distinção entre Dualibi e o comunismo. Dualibi já não seria mais o “corcel”, e sim, conforme o próprio título do artigo publicado, um “candidato comunista”. Portanto, se Alonso Carvalho Braga, homens, mães, filhos e filhas, pátria e religião seriam equivalentes, tudo o que fora publicado sobre comunismo estaria relacionado a Jamil Dualibi. Portanto, a negativização do comunismo colaborou para a disseminação do anticomunismo, criando preconceitos em relação aos comunistas e orientando as atitudes que deveriam ser tomadas a respeito deles: “a pátria repudia, coloca-o fora da lei, que a família o detesta, tem pavor e pânico e que a igreja excomunga-o”.

Nas eleições de novembro de 1947, confirmou-se a eficácia do anticomunismo, pois colocou em evidência o nome de Carvalho Braga e lhe garantiu a vitória na disputa eleitoral, com 38% dos votos, contra 25% da oposição. Nessas eleições, o PSD, partido hegemônico no município, obteve 61% das cadeiras da Câmara que, se somadas aos partidos que se aliaram em seguida (PR e UDN), chegou aos quase 70%. Luís de Souza Leão foi o vereador mais votado, com 530 votos, o que indicou a importância que continuava desfrutando na política da cidade.⁶³ Tupã tipifica a dificuldade que o PCB encontrava para inserir-se entre os camponeses e a sua baixa participação nos resultados eleitorais nas cidades dominadas pelos “coronéis”; demonstra a necessidade de se fazer alianças com outras forças locais para continuar atuando na vida política.

Primórdios da organização dos camponeses: a breve legalidade

Conforme os pressupostos da política de União Nacional, de Ordem e de Tranquilidade, como vimos no capítulo anterior, a orientação do Partido era a de mobilizar os trabalhadores agrícolas por meio de organizações elementares que evitassem as dificuldades burocráticas decorrentes das diferentes categorias de trabalhadores rurais. Em discurso no Estádio do Pacaembu, Prestes destacou a necessidade da organização dos camponeses, colonos, moradores, agregados, meeiros, etc., deu ênfase à alfabetização da

⁶³ O segundo mais votado, também do PSD, obteve 276 votos. *Jornal de Tupã*, nº V, 13 nov. 1947, nº 396. 1ºp.

população sertaneja e tratou da dificuldade de lidar com a dominação exercida pelo latifundiário. A II Conferência de 1946 recomendava que as palavras de ordem mais gerais cedessem às demandas imediatas, que os Comitês locais servissem de ponto de informações e denúncias, pois, segundo Prestes, os camponeses voltavam, cada vez mais, suas esperanças em direção aos comunistas. Veremos como estas orientações chegaram ao interior do Estado de São Paulo, quais foram, de fato, as demandas encontradas e o trabalho realizado pelos militantes do Partido.

Em 1945, na região de Marília, formou-se a célula camponesa Manuel Mas, no Córrego do Figueira. Em 1946, na cidade de Tupã, constituiu-se a célula Nelson Rodrigues Vasconcelos, além da célula Granada.⁶⁴ O Comitê Municipal do PCB, em Garça, instalou a célula Augusto Pinto e planejava, por intermédio dela, criar uma escola de alfabetização e proporcionar assistência médica. Na região de Marília, militantes do PCB conseguiram mobilizar, pelo menos, 150 camponeses para fundar as células Córrego Branco e Garcia Lorca. Um ano após o final da II Guerra Mundial, em comemoração ao dia da vitória do Exército Vermelho em Berlim, no ano anterior, o PCB decide inaugurar a Liga Camponesa de Marília.

Na região de Marília, os comunistas organizavam diretórios municipais e tentavam conscientizar os operários e os trabalhadores da lavoura a se unirem na defesa de seus direitos políticos e civis. (BUSETTO,1991,p.209) Em janeiro de 1948, Reinaldo Machado⁶⁵, a partir da Câmara Municipal de Marília, convocou as massas para participarem da política como um todo, colocando que os candidatos comunistas seriam a esperança dos camponeses. Sob várias legendas partidárias, os comunistas realizavam

⁶⁴ Prontuário Delegacia de Tupã, AESP.

⁶⁵ Nascido em Curitiba, Paraná, Reinaldo Machado mudou-se para Marília, em 1939. Atuou no PCB desde 1937. Havia sido secretário político no Estado do Paraná. “Médico é um homem do povo, estimado por todos e um dos mais destacados dirigentes comunistas de Marília.” No dia 25 de dezembro de 1946, realizou comício em Marília e ajudou organizar as células camponesas do bairro da Ligação e do Córrego Branco. Era tesoureiro do Comitê Democrático Progressista da Alta Paulista e secretário político do Comitê de Marília. Foi eleito vereador da comarca de Marília pela UDN nas eleições de 1947. Machado recebia publicações de propaganda do PCB, em novembro de 1948, fez um comício da campanha do Petróleo na cidade de Marília. No dia 30 de fevereiro de 1948, elaborou um requerimento pedindo a devolução de livros e folhetos, apreendidos na sede do comitê do PCB em função de seu fechamento. Sempre atuando entre os políticos locais, pedindo aprovação da Câmara Municipal para moção de protesto (contra Adhemar, contra a polícia, etc.) ou de solidariedade (à Campanha do Petróleo, da Paz, do Congresso de Lavradores, etc.). No seu consultório, na principal avenida de Marília, exibia uma placa: “Jornal Hoje – Dr. Reinaldo Machado, Dr. João Rodrigues Faria”. Benino Del Mazo, guarda livros, trabalhava em seu escritório e escrevia para os jornais da cidade, “censurando as autoridades e em defesa dos comunistas.” CC 11/05/1949, nº 372. In: Pastas Temáticas, Camponeses/Agitação Rural. AESP

palestras com camponeses dos diversos municípios, para ampliar a discussão dos problemas que os afligiam, além de difundir o programa mínimo a ser defendido pelos “vereadores de Prestes”, nas Câmaras Municipais.⁶⁶

Pelo material apreendido pela polícia no Comitê de Tupã, em maio de 1947, é possível constatar a ênfase dada ao trabalho de conscientização dos trabalhadores rurais. No Comitê, encontraram-se desde selos de mensalidade, fichas de inscrição, folhetos, especialmente os folhetos “PCB na organização do trabalho de massas” e “O problema da terra”, até cédulas eleitorais e livros sobre as revoluções camponesas na Alemanha e sobre socialismo de um modo geral.⁶⁷

Entre Lucélia e Marília, Luiz Franceschini, jornalista do *Diário de Marília*, era um dos dirigentes do Partido, responsável pela mobilização dos camponeses. Ele promovia comícios em fazendas e conseguia agregar grande número de trabalhadores rurais. Em entrevista ao jornal *Notícias de Hoje*, denunciava que, nas fazendas da Alta Paulista, viviam mais de 4 mil assalariados, cujas condições de habitação eram piores do que a situação dos estábulos das fazendas.

O trabalho repercutiu entre os camponeses, que passaram a procurar integrantes do Partido para denunciar abusos, buscar ajuda na defesa de seus direitos, etc.. No início de 1947, na cidade de Oswaldo Cruz, um arrendatário de uma das propriedades de Max Wirt pagou adiantado o valor da colheita. Entretanto, na época própria da colheita, o filho de Wirt chegou à residência do arrendatário, com capangas, e o expulsou da propriedade, além de queimar-lhe a casa. O arrendatário procurou o delegado de polícia e reuniu outras pessoas para testemunhar o fato, o que de nada adiantou. Logo mais, foi até ao Departamento de Trabalho e ao Comitê Local do PCB. Resolveu-se, então, enviar uma carta à comissão jurídica do Comitê Estadual do Partido, na capital do Estado.

Um grupo de camponeses da cidade de Duartina organizou um protesto coletivo, em frente à delegacia de polícia de Bauru, reclamando do delegado de sua cidade, o qual pretendia obrigá-los a trabalhar gratuitamente para manter capinadas as margens da estrada. Em Quintana, um fazendeiro propôs aumento de salário aos seus empregados, sem definir o ano agrícola. O Comitê Local do PCB aconselhou os camponeses a não assinarem o

⁶⁶ *Jornal Hoje*, 26, nov., 1947. IN: Doc. 30851-541. Série Dossiês. Acervo Deops. AESP.

⁶⁷ Prontuário DOPS, Comitê de Tupã. AERJ.

contrato sem a cláusula que definisse o ano agrícola. O proprietário entregou ao juiz os salários e determinou que os colonos só os receberiam caso assinassem o contrato. Sob todo tipo de pressão por parte do latifundiário, inclusive de perseguição, os trabalhadores recorreram ao Comitê Estadual do Partido, que colocou seus advogados para lutarem na Justiça, em favor dos reclamantes.⁶⁸

Em Garça, o PCB organizava os trabalhadores em células, em determinada fazenda. Em reação, os proprietários da terra procuraram o delegado, para “intimidar” os camponeses que se envolviam com os comunistas. Prestaram uma queixa coletiva à polícia, alegando que, na fazenda, havia “comunistas entusiastas” fomentando a greve entre os trabalhadores rurais. O camponês que era o secretário político da célula recebeu, inclusive, ameaça de despejo. No Comitê do Partido, na cidade de Marília, o militante João Klesqui era o encarregado do trabalho do campo. Enquanto ele orientava trabalhadores rurais em uma reunião na célula Diamantina, capangas mandados por Sampaio Vidal Filho, proprietário da fazenda, arrancaram-no à força e o expulsaram sob ameaça de espancamento. Como o fazendeiro acompanhasse toda movimentação, João Klesqui o interpelou, dizendo que o direito de organização era respaldado pela Constituição Federal, a que Sampaio Vidal Filho respondeu: “Na minha fazenda quem manda sou eu. Eu sou a lei dentro de minhas terras”.

Na região da Alta Sorocabana, em 1945, o advogado Érico Magalhães da Silveira, debatendo sobre o *Informe* de Prestes, preconizava a necessidade de se fundar um sindicato agrário, em Presidente Prudente⁶⁹. Na cidade de Santo Anastácio, o PCB organizou uma Liga Camponesa, com mais de duzentos camponeses, sendo a maioria deles arrendatários, sitiantes, meeiros e camaradas. A liga enviou ao Secretário da Agricultura, Hugo Borghi, um relatório, seguido de um abaixo assinado com cento e cinquenta assinaturas, apresentando as condições do trabalhador rural, fazendo reivindicações, etc.. Os plantadores de algodão exigiam melhor preço para o seu produto, os arrendatários reclamavam de taxas superiores ao valor venal da própria terra, além da falta de instrumentos agrícolas e de alimentos. Também pediam apoio para a formação de sindicatos para os assalariados rurais.

⁶⁸ BARRIGUELLI, 1982, p.242 e ss.

⁶⁹ Relatório de investigação, Presidente Prudente, out., 1945. IN: Pastas Temáticas, Camponeses/Agitação Rural. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

Ainda no ano de 1946, mesmo sob a legalidade do PCB, a polícia fechou a Liga Camponesa de Santo Anastácio, o maior núcleo comunista da região. A Liga de Santo Anastácio aguardava o registro do cartório do 2º Ofício, e já havia publicado sua ata no Diário Oficial do Estado. Nestor Veras, presidente da Liga, disse haver procedido de acordo com as orientações do próprio delegado local. Mas, o que ele não sabia, era que o delegado recebera uma circular do DOPS, a qual orientava que se dificultasse e mesmo impedisse a legalização da organização. Tanto assim que, em junho de 1946, a polícia fechou a Liga de Santo Anastácio, que contava com o apoio da Cooperativa Agrícola Mista da cidade. A Cooperativa tinha associadas 800 famílias de meeiros e arrendatários da região e estava atrelada à Liga; esta, por sua vez, oferecia alfabetização aos filhos dos camponeses associados, programava festas juninas, etc. Em virtude do fechamento da Liga, seus integrantes enviaram telegramas de protesto ao presidente Dutra, às bancadas do PSD, da UDN, do PTB e do PCB.

Nas regiões que margeiam a linha férrea Noroeste, temos, na cidade de Lins, colonos organizados em Liga Camponesa e com o apoio dos espíritas da cidade, combatendo o decreto anti-greve e procurando meios jurídicos para pleitear a sindicalização dos trabalhadores do campo. Não tão longe dali, na cidade de Getulina, inúmeras famílias de colonos estavam em greve em protesto contra a mesma lei, quando vários camponeses foram presos. A imprensa do PCB denunciou e condenou tais prisões.

No município de Birigui, pequenos proprietários enviaram dez cartas ao jornal *Notícias de Hoje* reclamando contra um fazendeiro que estaria transformando em pastagens as plantações de seus vizinhos, embora fosse ele quem arrendasse faixas de suas terras a esses pequenos proprietários. Como a cobrança do prejuízo pelos lavradores, por meio de um advogado, não tivesse dado resultados, recusavam-se a arrendar as terras deste fazendeiro e, também, a colherem a meia ou a terça parte do que plantaram que eram devidas ao proprietário.⁷⁰ Já em Guararapes, um latifundiário cortou o fornecimento de alimentos e insumos, previstos em contrato, aos colonos e arrendatários, simplesmente porque estes não teriam votado no brigadeiro Eduardo Gomes. O fazendeiro exigiu o pagamento integral da renda, sem descontar o prejuízo causado pelo corte do fornecimento, além disso, embargou as roças de subsistência dos trabalhadores. Os camponeses

⁷⁰ BARRIGUELLI, op.cit, op.cit, pp. 164-210

procuraram a Justiça, em Araçatuba, depois de escaparem de jagunços contratados pelo latifundiário controlar a ordem e a movimentação dos trabalhadores na fazenda.

Nas localidades entre os trilhos da Mogiana e da Araraquarense, temos, por exemplo, em Guará, no ano de 1945, um Comitê do Partido que contava com um proprietário da rádio local, por meio da qual, pedia o apoio dos trabalhadores rurais à convocação da Assembléia Constituinte. Os militantes também distribuíram entre os camponeses o jornal *Hoje*. Enquanto que, em São José do Rio Preto, o PCB divulgava, por meio de auto-falantes, o discurso de Prestes, na tentativa de “reunir e esclarecer os camponeses”.

Em Viradouro, trabalhadores da terra já haviam organizado, anteriormente, uma sociedade, denominada “União Operário-Camponesa”, em defesa de seus direitos. Todavia fora fechada com a formação do Estado Novo. Essa sociedade é retomada no ano de 1945, quando já contava com cem sócios, cujos planos eram formar uma cooperativa, além da abertura de duas escolas de alfabetização.

Durante o ano de 1946, militantes do Partido fundaram ligas camponesas em Mirassol, São José do Rio Preto, Vila Neves, Monte Aprazível e Tanabi. O problema identificado como o mais incômodo aos campesinos era o alto valor do aluguel das terras, previstos em contratos de arrendamento. Se da parte dos trabalhadores rurais isso implicava a redução de seus ganhos com a produção do campo, para os fazendeiros-proprietários, o aluguel de suas terras, era a garantia de rendimento certo e de menor preocupação, já que o empregado implicava custos muito altos.

Seguindo pelos trilhos da Mogiana, chega-se a Bebedouro, onde a Liga Camponesa Tiradentes procurava formas de organizar os camponeses e estudar os problemas que esses enfrentavam, a fim de atender suas necessidades mais prementes. Como resultado de tal empreendimento, a Liga constatou a precária condição em que viviam aqueles trabalhadores rurais e, ainda, publicou a queixa dos arrendatários em relação ao baixo preço da saca de arroz. A Liga observou a falta de escolas rurais na região.⁷¹ Em Guaraci, colonos procuraram o Comitê Local do Partido para denunciar os espancamentos sofridos por eles quando pediam dispensa do trabalho, ou quando a lavoura de café não vingava.

⁷¹ Todos os artigos referenciados se encontram em BARRIGUELLI, J.C.op cit, op. Cit., 165-213.

Ainda, entre a Araraquarense e a Mogiana, temos, logo no início do ano de 1947, no município de Olímpia, noventa famílias de colonos que decidiram entrar em greve depois de pedirem 30% de aumento no valor estabelecido no contrato a ser pago pelo trabalho executado. O fiscal da fazenda ameaçou mandar para a cadeia os grevistas. A polícia prendeu um funileiro ferroviário, um morador da fazenda e um comerciante a pretexto de terem participado da greve. Um correspondente do jornal *Hoje*, ao tomar conhecimento do fato, tentou impetrar um *habeas corpus*, mas sem resultado, pois não havia juiz na cidade. O proprietário da fazenda vizinha, assim que tomou ciência do que ocorria ao lado, avisou a seus colonos que concederia o aumento exigido pelos grevistas se não entrassem, eles também, em greve. As ligas camponesas daquele município estariam procurando meios de liquidar os contratos de arrendamento, que estabeleciam limites ao arrendante e vantagens ao arrendador, argumentando a necessidade de se promover uma reforma agrária. Como a polícia intimidava os colonos grevistas, o PCB propôs a organização de um comício de protesto.

Em José Bonifácio, a Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais denunciou, em artigo publicado no jornal *Hoje* e em carta enviada ao governo do Estado, que colonos estavam cerceados do seu direito de ir e vir, além de limitados quanto ao que podiam comprar nos armazéns. A carta exigia do governo a reforma agrária. Em Alfredo Castilho, camponeses se manifestaram contra o aumento do valor cobrado pelo beneficiamento do arroz. No município de Jardinópolis, sitiantes protestavam contra os comerciantes intermediários.

Houve camponeses que procuraram a Associação Rural de São José do Rio Preto, depois de terem solicitado à polícia ajuda, em relação à ação de despejo a que foram submetidos, por proprietários das terras em que trabalhavam, para reclamar que o Cartório e a Justiça locais estariam boicotando os processos perpetrados contra aquela ação. Já na cidade de Mirassol, a Associação dos Camponeses enviou uma carta reivindicatória ao presidente Dutra solicitando dele melhores condições de vida, de habitação, como, também, melhores contratos de arrendamento, a eliminação do trabalho assalariado, o direito à jornada de trabalho, descanso semanal, férias e, ainda, o direito à greve.

Pelas informações veiculadas pelos jornais do Partido, nas regiões do interior do Estado, cortadas pelas malhas ferroviárias da Noroeste, é possível conferir que o número de

fundações de associações ou ligas camponesas era em número menor em relação às demais regiões do interior. A única Liga, a que o jornal faz alusão, entre 1945 e 1947, é da cidade de Lins, quando o periódico faz referência ao comício realizado no dia 1º de maio, quando os integrantes da Liga saíram em passeata pela cidade. Segundo o artigo do jornal *Hoje*, fazendeiros tentavam impedir que os camponeses participassem das comemorações.⁷² No curto período que antecede a cassação do Partido, no ano de 1947, não há praticamente registros de qualquer mobilização de trabalhadores rurais na Noroeste e na Sorocabana, e, no caso específico da Sorocabana, muito provavelmente, o fechamento da Liga de Santo Anastácio explica esse vazio de informações.

Como pode-se verificar, em todas as regiões estudadas, os comunistas conseguiram instalar suas organizações de base, especialmente, células e ligas entre os camponeses, no período da política da União Nacional, ou seja, entre 1945 e 1947. Nas regiões cortadas pelos trilhos da Araraquarense e da Mogiana, também se formaram associações de trabalhadores rurais. Exceto na Alta Paulista, em todas as demais regiões houve mobilização para a formação de sindicatos que atendessem aos assalariados rurais. O Partido estimulava a formação de sindicatos, por entender que estes seriam a melhor forma de acabar com os restos feudais (meia e terça), nas relações de trabalho, no campo. Entretanto, o que se constatou foi que, na região, onde se concentrava o maior número de trabalhadores rurais assalariados, no interior do Estado, nas regiões cortadas pelas linhas férreas da Mogiana e Araraquarense⁷³, uma das reivindicações dos trabalhadores era, justamente, a eliminação do trabalho assalariado. Merece atenção, ainda, o que aconteceu em Birigui, quando pequenos proprietários arrendavam terras de um determinado fazendeiro, cultivavam-nas para, posteriormente, verem parte de suas plantações destruídas, o lugar transformado em pastagem, e como represália, não entregavam a meia e a terça parte (famosos restos feudais) como forma de enfrentar à arbitrariedade do grande proprietário.

Já a greve, que passou a ser entendida pelo Partido como um meio democrático de luta, ocorreu, predominantemente, entre os colonos da Noroeste. Entretanto, as cartas de denúncia das condições dos trabalhadores do campo, bem como, suas reivindicações de

⁷² BARRIGUELLI, op.cit, op. cit, p.245-250

⁷³ Segundo dados do Senso Agrícola de 1950, nessas regiões, o trabalho assalariado representava 62% do pessoal ocupado no campo.

melhorias, remetidas ao governo Dutra, refletiam a ingenuidade do PCB quando este considerou a lei anti-greve obra dos fascistas e não do próprio Dutra. Como sabemos, até o momento da cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, o discurso do Partido revelava esperanças de legalidade, daí a orientação de se evitarem críticas ao governo Dutra.

Um ponto de convergência entre as diversas regiões do interior paulista na militância comunista no meio rural, eram as denúncias feitas aos Comitês e difundidas pelos jornais do Partido. Tais denúncias tornavam públicas, tanto as péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais, quanto às ações de despejo perpetradas pela polícia ou efetivadas pelos jagunços dos fazendeiros, o que revelava a condição de dependência do colono em relação ao grande proprietário. Razão, pela qual, Sodré e Gorender enfatizam o hibridismo da formação brasileira, composta de traços do escravismo colonial (ou restos feudais – segundo Sodré) e traços do capitalismo, que em sua forma pura, não utiliza a coação extra-econômica.

A coação extra-econômica revelou-se na violência dos latifundiários contra os camponeses, quando estes desafiavam-lhes os interesses, o poder de mando. Revelou-se, ainda, na complacência de instituições judiciárias e policiais locais, bem como na interrupção do fornecimento de alimentos, ferramentas de trabalho, sementes e adubos. Se os oligarcas agrários, respaldados pelo Estado, pretendiam, simultaneamente, desfrutar das benesses herdadas do sistema arcaico da economia colonial (título de renda, dependência dos seus agregados, grande propriedade) e dos frutos do novo sistema (título de propriedade privada, liberdade de mercado); os colonos, então, pretendiam ter acesso à lavoura de subsistência e aos direitos trabalhistas do assalariado urbano. Por isso, podemos entender como era possível esses camponeses exigirem a extensão das leis trabalhistas e, ao mesmo tempo, a abolição do trabalho assalariado.

A condição de arrendatário carregava, em si, uma série de complicações, pois sua autonomia era relativa, já que deveria cumprir prazos e entregar áreas de pastagens formadas, ao proprietário das terras. Além disso, as taxas de arrendamento comprometiam a lucratividade do arrendatário. A categoria arrendatário também enfrentava riscos, tais como: o de obter uma safra ruim, o de se deparar com os intermediários, que a restringia no mercado e, ainda, o de pagar preços extorsivos aos proprietários das máquinas de

beneficiamento. O atendimento às reivindicações dos arrendatários e dos colonos, portanto, era o mais urgente a se fazer, em todas as áreas do interior paulista pesquisadas.

Em alguma medida, Luis Carlos Prestes tinha razão ao entender que os camponeses voltavam suas esperanças ao PCB, todavia, tratava-se de uma aproximação complexa dos trabalhadores rurais ao Partido, geralmente, buscavam-no como último recurso. Pelos casos de conflitos, no setor agrário, já destacados, o que fica claro é que os trabalhadores agrícolas, quando não tinham meios de resistir à oposição e a opressão exercidas pelos proprietários de terra, procuravam as instituições locais da Justiça e até as delegacias, como forma de se protegerem dos latifundiários. Frustradas todas as tentativas de defesa, procuravam os Comitês ou Ligas do Partido, quando, então, entravam em greve, faziam protestos, abaixo-assinados, declarações nas rádios locais, nos jornais do Partido, etc.. Neste sentido, o PCB, como mediador, era fundamental para que as demandas dos camponeses emergissem no cenário político. O elo entre os militantes comunistas e os camponeses, por sua vez, era o apoio de parte da pequena burguesia e dos intelectuais dos municípios interioranos.

O Informe da II Conferência, sobre a questão agrária, acerta na orientação quanto ao apoio político a ser dado aos advogados, médicos, professores, etc. A presença destes *intelectuais desenraizados*, nas fileiras do Partido, por meio de sua rede de relações locais foi o que garantiu a sobrevivência da militância comunista, em muitas cidades, e serviu de ligação entre o Partido, os camponeses, as instituições legais e a conquista de direitos.

Outro aspecto comum a todas as regiões, foi a necessidade de assistência e de alfabetização dos camponeses, principal obstáculo à propaganda do Partido, que fora contornado por meio do rádio, do serviço de auto-falantes, dos comícios, das palestras e dos estudos realizados durante as reuniões das bases. Ismênia Machado, que fez sua ficha de membro do PCB, aos doze anos de idade, e que, durante muito tempo, atuara nas cidades ligadas pelos trilhos da Araraquarense, na região de São José do Rio Preto, relata que os militantes liam o jornal, *Terra Livre*, para os camponeses,

[...] mas eles entendiam o que agente dizia para eles. A gente levava um camponês para casa e passava para ele as instruções e era o nosso porta voz nas fazendas. Era muito penoso para o camponês, eles vinham e eram honestos com a gente, porque éramos honestos com eles. [...]

Ninguém chegava impondo. A luta dos camponeses era a reivindicação deles. A gente chegava, a gente sabia qual era a situação deles, mas queríamos ouvir deles as reivindicações. Havia muita participação dos camponeses. A gente tinha o Dinart, camponês que formou os filhos, a sua luta foi grande junto ao Partido e aos camponeses.⁷⁴

A aproximação dos militantes aos camponeses exigia bastante cautela, pois se fazia necessário conquistar-lhes a confiança. O passo seguinte, o de formar quadros entre os próprios camponeses, era fundamental para a continuidade da organização entre eles, já que, ao Partido, faltavam militantes com experiência suficiente para atuar no meio rural. Por isso, os primeiros contatos se davam em botequins, nos dias de compra, nos dias de festa, nas quermesses e nas pescarias. Quem se apresentasse aos trabalhadores, não poderia fazê-lo como comunista, pois podia causar espanto e desconfiança. Ao relatar sua aproximação dos posseiros de Bangu, em 1947, Lyndolpho afirma:

Porque a questão camponesa fazia parte da revolução, pô, a aliança da classe operária. A gente vai chegando na prática, vai pegando confiança, não ia à base de forçar a obrigação, mas ia demonstrando o que aconteceu, aqui e ali, porque a gente só sabia por teoria. Mas, na verdade, o que a prática estava ali indicando era o seguinte: não adianta ir na ignorância, na violência, para defender as coisas que podem ser defendidas, que podem ser resolvidas pela própria lei que existe ou pela autoridade que está obrigada a cumprir.⁷⁵

Certamente, foi esta capacidade de adequar-se às condições locais e imediatas e de explorá-las, que permitiu, em algumas cidades, o estabelecimento de organizações entre os camponeses, uma vez que suas reivindicações eram ouvidas e o Partido, via de regra, apresentava possibilidades de encaminhá-las a quem de direito, para que fossem atendidas, como “as coisas que podem ser defendidas, que podem ser resolvidas pela própria lei”.

Os recursos jurídicos que fizeram valer os direitos trabalhistas aos colonos, aos camaradas, aos empreiteiros, aos assalariados agrícolas e aos arrendatários garantiram

⁷⁴ Entrevista de Ismênia Machado concedida ao autor, 17 de abril de 2009.

⁷⁵ Depoimento de Lyndolpho Silva prestado a CUNHA, 2004, p. 49.

conquistas a essas camadas. A proposta da extensão da legislação trabalhista e do salário mínimo aos trabalhadores do campo surgiu em 1946, no Congresso Sindical, que formou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (substituindo o Movimento Único dos Trabalhadores - MUT). Já em 1947, o juiz de direito da comarca de Monte Aprazível deu parecer contrário à defesa de um fazendeiro, processado por um colono, que exigia o direito de receber férias. O fazendeiro argumentou que colono não podia ser considerado empregado, mas apenas empreiteiro. O juiz, no entanto, concluiu que “não está excluído da proteção das leis trabalhistas o contrato de empreitada dos pequenos trabalhadores, sem outra base de vida senão o salário”. Outras vitórias, nesse sentido, ocorreriam diversas vezes nos processos judiciais abertos pelos advogados do Partido, até que, em 1951, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, finalmente, reconheceu, aos colonos e aos assalariados agrícolas, o direito à férias remuneradas.⁷⁶

A leitura que a cúpula do PCB fazia em relação à questão agrária, ao enfatizar a organização dos assalariados rurais e a extinção dos restos feudais, sofreu, no chão da militância, a imposição da realidade. Veja-se o exemplo das regiões araraquarense e mogiana, onde os trabalhadores rurais exigiram o fim do trabalho assalariado. Sem respaldo para compreensão das demandas reais dos trabalhadores do campo, o militante, diante de uma situação concreta, contava com o imprevisto e, quando não, terminava encontrando outras formas de manifestação e protesto, de organização, de encaminhamento pelos meios legais para apoiar as reivindicações desses trabalhadores e atendê-las, formas e meios, por vezes, contraditórios à orientação do Partido. O erro de leitura limitou o alcance do movimento político no campo, pois concentrou o maior número de quadros do PCB nas regiões de maior índice de trabalho assalariado rural. No entanto, o diálogo estabelecido, a duras penas, entre o militante e os camponeses não permite pensar em uma relação, “de cima para baixo”, pura e simples, entre a Direção do Partido e as bases. Como explica Ismênia Machado:

A mudança, os camponeses foram entendendo nossa luta. Eles vinham para os nossos piqueniques pelos rios, porque os rios não eram propriedade de ninguém. Lá surgiam as idéias. Não havia televisão, não

⁷⁶ BARRIGUELLI, 1981, p.263.

tinha como ser formado de cima para baixo. Na época tinha a “Universidade do Ar”. Tinham uns discos de vinil. A gente escutava aquilo e levava para as reuniões. A juventude sentada no chão escutava as aulas. Participei da Universidade do Ar. Isso abria a mente do jovem, fazia o jovem pensar. A gente escutava aquilo e levava para as reuniões.⁷⁷

Mais do que enfrentar a desconfiança dos camponeses, os comunistas tinham que driblar os donos das terras. Para tanto, era necessário criar estratégias, encontrar meios e pretextos para se entrar em uma fazenda e reunir os trabalhadores rurais. Os militantes preferiam ir à noite, pois a escuridão enfraquecia o domínio do fazendeiro sobre seu território e, teoricamente, amparava quem transpunha limites da propriedade, além do que, era, naquele momento, que os trabalhadores tinham condições de estabelecer um contato coletivo. Segundo Ismênia:

Em Bálsamo, fui de trem, como se estivesse indo fazer pesquisa escolar. Eu fazia um curso no Senac. Fui na casa do fazendeiro fazer a entrevista. Pedi licença para falar com o pessoal da colônia. Ele deixou a vontade, eu era uma burguesinha bem apanha para fazer esse trabalho. As casas eram longe uma da outra. Eles [os colonos] não podiam ficar perto um do outro, senão ficam indo um na casa do outro e o mato fica crescendo. Contou-me a mulher do fazendeiro. [Os colonos] Encontravam-se somente em festas de santo (juninas) para rezar o terço. “E se a gente se reunir aqui para falar dos direitos do trabalhador. Vocês também podem ser donos de seu pedaço de terra.” “Nós trazemos a carne, o pão...” Eles tinham fornecimento da fazenda de quinze em quinze dias. Caso não trabalhassem eles já descontavam os dias no barracão. Eles trabalhavam em troca de comida, até os tecidos eram vendidos pela proprietária. “O justo era vocês comprarem a própria roupa e não ficar tomando roupas doadas.” Eles pediam roupas usadas. Não tinham o direito de explorar um trecho de terra, tudo era fornecido pela fazenda, eles tinham um barracão de mantimentos para fornecer.⁷⁸

⁷⁷ Ismênia Machado, entrevista ao autor, 17/04/2009, CEDEM, São Paulo.

⁷⁸ Idem.

O relato de Ismênia revela que a realidade e as condições locais também direcionavam o agir, obrigando a formulação teórica do Partido a adequar-se a elas. Mesmo sem alterar os princípios marxista-leninistas, característicos dos Programas elaborados pelo Comitê Central, tais Programas tiveram que, ao menos, incorporar reivindicações de outros setores do campesinato não previstas.

Desse modo, no discurso de 23 de maio de 1945, em São Januário, a proposta relacionada ao campo traçava linhas gerais de como melhorar a produção de víveres nas propriedades próximas aos grandes centros urbanos. Exigia, ainda, do Estado a distribuição gratuita de terras aos camponeses que pudessem cultivá-las, o apoio ao cooperativismo, a concessão de créditos e condições que garantissem o preço mínimo para a produção.⁷⁹ Dois meses depois, no Pacaembu, em São Paulo, o discurso de Prestes já revela a compreensão, pelo Partido, quanto as diferentes formas de luta, de organização e as múltiplas naturezas das reivindicações oriundas das mais diversas realidades do trabalhador agrícola brasileiro. Por isso mesmo, o PCB distinguia o sindicalismo dos assalariados rurais de outras formas de organizações, ou seja, daquelas que abarcavam mais variadas demandas, advindas dos diversos tipos e combinações de relação de trabalho existentes no campo (pequenos proprietários, arrendatário, meeiros, colonos, peões, etc.). O discurso, demonstrou, ainda, consciência do desafio que representava o acesso às grandes fazendas “semi-feudais” e o “despertar e organizar os servos da gleba”, não somente de um ponto de vista “patriótico”, mas, também, na defesa de “seus interesses mais imediatos”.⁸⁰ O diagnóstico, feito a partir da experiência prática, chegava às pautas do Partido, tanto assim que, já na III Conferência, em julho de 1946, ocorreram críticas às formulações gerais anteriores e foram estabelecidas as reivindicações imediatas:

Melhores condições de trabalho e contrato de arrendamento, a abolição dos vales e barracões, maior prazo nos contratos de arrendamento e garantias ao camponês de poder reformá-lo, liberdade de comércio, diminuição de impostos e fretes, crédito barato, além de outras que

⁷⁹ Prestes, L. C. União Nacional para a Democracia e o Progresso. Edições Horizonte Ltda.

⁸⁰ Prestes, L. C. Organizar o Povo para a Democracia. 15 de julho de 1945. In: *Problemas Atuais da Democracia*, Editorial Vitória, 1947.

possam existir, que variam de Estado a Estado, de município a município e até de fazenda a fazenda.⁸¹

Na fazenda visitada por Ismênia Machado, em Bálsamo, o colono não tinha acesso a um pedaço de terra para o plantio de subsistência, como ocorria em outras fazendas. O barracão, que *a priori*, supria as necessidades do colono, passou a ser alvo de denúncias de exploração, por mantê-los em condição de miséria e dependência em relação ao latifundiário. Ou seja, as condições dos trabalhadores rurais eram específicas demais, o que dificultava a formulação de uma linha geral de atuação, a partir da cúpula do Partido. Muito embora, a noção de restos feudais e a de campesinato permitiram amalgamar um sem número de situações vividas pelo trabalhador do campo, pois estas eram conseqüências da coação extra-econômica exercida pelos grandes proprietários rurais. As reivindicações dos trabalhadores rurais e a forma de encaminhá-las não se restringiram nem à distribuição da posse de terras, nem se resumiram à organização de assalariados rurais.

Como vimos no capítulo anterior, Oto Santos (Calil Chaide), que iniciou sua atuação entre os camponeses da Alta Sorocabana, reconheceu o sucesso alcançado pela militância comunista, durante o período da legalidade, o que teria garantido experiência suficiente para “manter e ampliar suas ligações no campo”, durante a ilegalidade, conforme apresentou no Informe do IV Congresso, em 1954. Os retrocessos na organização dos trabalhadores agrícolas estariam relacionados à exclusão sofrida pelos camponeses, no interior do Partido; à subestimação do papel revolucionário do campesinato, na aliança operário-camponesa; e à substituição das variadas formas de luta pelas lutas “mais elevadas da vanguarda do proletariado”.⁸²

No período da legalidade do PCB, entre 1945 e 1947, a conjuntura, desde o nível internacional até os níveis mais localizados, privilegiou, no interior de São Paulo, a luta pelas reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho em relação à luta pela posse e propriedade da terra. A mobilização dos trabalhadores rurais estava voltada para a conquista de direitos trabalhistas, tais como: férias, aviso prévio, jornada de trabalho, além do direito à greve; o direito político de liberdade de organização; direitos sociais como

⁸¹ III Conferência Nacional do PCB *apud* CARONE, E. *op.cit.*, p. 69 -70

⁸² Santos, O. O Programa do Partido, a Questão Agrária, a Organização e a Luta dos Camponeses [Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil - PCB], Novembro de 1954. In: *Problemas* Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955.

saúde, moradia, educação e melhores contratos de arrendamento. A hipótese de Caio Prado, portanto, parece se confirmar. Não haveria, para o caso brasileiro, “a questão camponesa”, pois não houve, aqui, o campesinato, logo, o interesse não seria pela propriedade da terra.

Entretanto, o Partido apresentou aos trabalhadores rurais a importância da luta pela reforma agrária e, como afirma Ismênia Machado, “eles nos entendiam”, o que também se comprova na greve dos colonos nas proximidades do trilho araraquarense. Os colonos e/ou arrendatários da cidade de Olímpia, na região de São José do Rio Preto, ao invés de reivindicarem melhores contratos de arrendamento, exigiram a liquidação destes contratos e a realização da reforma agrária. Souza Martins entende que o PCB, na tentativa de organizar os lavradores, estaria lhes cerceando a movimentação política⁸³. Se assim o fosse, as reivindicações “mais sentidas e imediatas” não encontrariam, nas organizações e orientações do Partido, repercussão. Da mesma forma, se não houvesse aceitação das propostas do PCB, entre os trabalhadores rurais, a bandeira da reforma agrária não alcançaria a projeção que obteve mais tarde. As contradições e dificuldades, enfrentadas pelo PCB no meio rural, refletiam as demandas das camadas sociais híbridas encontradas pelos comunistas no campo, hibridismo, esse, decorrente da nossa formação social, que combinou relações pré-capitalistas e capitalistas. Com a volta do regime democrático, as oligarquias agrárias acionaram os velhos mecanismos de troca de favores entre os municípios (seus redutos eleitorais) e o governo do Estado, caracterizando o que Victor Nunes Leal denominou *coronelismo*, e os comunistas entendiam como “restos feudais”, consequência do monopólio da terra.

⁸³ MARTINS, 1981

CAPÍTULO III

A Traição da Democracia Formal

O apoio do PCB à candidatura do industrial Adhemar de Barros, ao governo do Estado de São Paulo, nas eleições de 1947, garantiu-lhe a vitória. Mas, não deixou de trazer efeitos perversos a ambos, naquele momento, pois os setores conservadores tinham o respaldo do Presidente Dutra, para quem “a vitória de Adhemar de Barros e seus aliados do Partido representou o maior revés político das eleições de janeiro de 1947.”⁸⁴ O mandato de Adhemar de Barros se completou em meio a crises, geradas pelas ameaças de intervenção federal (facultada pela Constituição de 1946), encabeçadas pelo PSD, UDN e PR. Pressionado, durante o processo de cassação do PCB, Adhemar manteve-se neutro em vez de defender a existência legal do Partido, descumprindo o prometido anteriormente. Tão logo o PCB foi considerado ilegal, Barros endureceu a repressão e, mais do que cumprir a ordem de fechar todas as sedes ou locais de atuação dos comunistas e prender todo material encontrado, o Departamento Estadual do Trabalho depôs dirigentes de centro-esquerda em trinta e seis sindicatos paulistas.⁸⁵ Foram presos militantes e líderes, apreendidos jornais e arquivos vinculados ao PCB. No Estado, fecharam-se 32 células, 22 núcleos distritais e 102 Comitês Populares, além de Sindicatos e Ligas Camponesas. Somente na região de Marília, foram fechados os Comitês Municipais da cidade, de Bastos, de Gália, de Garça, de Lucélia, de Oriente, de Pompéia, de Tupã e de Vera Cruz; além de duas células em Herculândia e uma em Osvaldo Cruz. (Querino, 2000, p.103)

Para French, a repressão exercida por Adhemar, ao Partido, no período de maio à novembro de 1947, foi menor devido a interesses eleitorais, pois ele tinha consciência da desaprovação da classe operária, tanto em relação à cassação do PCB, quanto em relação às intervenções nos sindicatos. (1995, p.213-214) Entretanto, passada a eleição, as forças policiais do Estado, com o apoio do Exército, impuseram um estado de sítio, não declarado, em Santo André, em janeiro de 1948, em obediência às ordens do TSE, impedindo, dessa forma, a posse do prefeito Armando Mazzo e de treze vereadores comunistas.

⁸⁴ FRENCH, J. 1995, p.205

⁸⁵ FRENCH, J. 1995, p. 213.

Temendo intervenção federal, Adhemar apoiou Luis Novelli Jr.. (PSD), sobrinho de Dutra, para vice-governador. Eleito Novelli Jr., ganha fôlego a oposição das oligarquias agrárias paulistas em relação à intenção do secretário da Agricultura, Hugo Borghi, nomeado por Adhemar, de realizar um Congresso de Trabalhadores Rurais, justamente no período em que o PCB implementava uma série de tentativas de organizar os trabalhadores rurais em associações e sindicatos, para defender a extensão dos direitos trabalhistas aos camponeses. O Congresso Rural seria constituído por representantes eleitos, em todo o interior, somando 1.500 lavradores, que discutiriam desde créditos agrícolas até a sindicalização do trabalhador rural. Novelli Jr., então, apoiou a pressão, feita por entidades que representavam o interesse dos grandes proprietários, como, por exemplo, a Federação das Associações Rurais, contra a realização do Congresso, sob pretexto de haver infiltrações comunistas no evento. O Congresso não se realizou e, em março de 1948, Borghi foi afastado da pasta da Agricultura. (SAMPAIO,1982, p. 60-61)

Ao longo do ano de 1949, a repressão contra os militantes de esquerda seria intensa. Em julho de 1949, o pedido de demissão do secretário da Segurança Pública, coronel Nelson de Aquino, é anunciado como causa de uma ordem expedida por Adhemar no sentido de amenizar a repressão aos comunistas, tendo em vista a sua candidatura à sucessão presidencial.⁸⁶ Para substituir Aquino, Adhemar escolheu o general reformado Scarcela Portela, antigo perseguidor dos comunistas. Os acontecimentos que se seguiram não permitiriam argumentar que havia complacência da polícia de Adhemar com os militantes do PCB.

A Frente de Libertação Nacional e a aliança operário-camponesa no interior de São Paulo

Aos idos de dezembro de 1947, Carlos Marighella, dirigente do Comitê Central do PCB, na Capital paulista, oscilou em aceitar que o governo federal fosse pressionado por um “grupelho fascista” e pautasse suas decisões nas “diretrizes reacionárias da ditadura Dutra e seus lacaios à frente do governo estadual” (Adhemar de Barros, diga-se de

⁸⁶ Desencadeia-se em São Paulo Agitação Subversiva. Onda de Greves Comunistas. *A Noite*, 19/07/1949, São Paulo, p.1

passagem). Entretanto, Marighella, ainda, alimentava esperanças de reverter a cassação do Partido. A aliança com o PSD, para a vice-governança, foi explicada, pelo dirigente do PCB paulista, de modo bastante ambíguo e contraditório. Segundo Marighella, a vitória de Novelli Jr., embora revelasse que os diretórios do PSD, do interior, obedeciam aos fazendeiros, seria, mesmo assim, um avanço para a política da União Nacional, pois alianças e acordos, pelo menos, dificultariam os objetivos dos reacionários existentes em todos os partidos.⁸⁷ Em janeiro de 1948, Marighella tentava entender como, no Brasil, “em vez de avançar a democracia, avança[va] a reação”, uma vez que foram fechadas a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, a União da Juventude Comunista, foram empastelados o jornal *O Momento*, a *Tribuna Popular* e o *Hoje*, foram cassados os mandatos dos parlamentares comunistas e foram proibidos comícios. Dutra, agora, seria um governo de traição nacional, ligado ao imperialismo e, conseqüentemente, ao latifúndio feudal. Para a Direção do PCB, em São Paulo, liquidar o monopólio da terra tornou-se palavra de ordem para combater a “reação e o fascismo”, reconhecendo o caráter meramente formal da democracia vigente, rompendo com as “ilusões parlamentaristas e reformistas”. Nesse sentido, alguns aspectos do Manifesto de Janeiro de 1948, do Comitê Nacional, já estavam presentes nos Informes do Comitê Central de São Paulo. Entretanto, ainda se falava em Revolução Democrática Burguesa e em todas as outras formas de luta, na formação de uma Frente Democrática ampla.

O que cumpre fazer é exatamente chegar à solução dos problemas imediatos da revolução democrático-burguesa, entre os quais se incluem a entrega de terras aos camponeses, o controle do comércio externo, a criação do mercado interno. Para isso é necessário concentrar desde já — e sem nenhum receio — todos os esforços NA LUTA PELAS REIVINDICAÇÕES IMEDIATAS.⁸⁸

As orientações presentes no Manifesto do Comitê Nacional refletem, em grande medida, a estratégia para ser seguida no campo, preconizada pelo Comitê Central de São Paulo. Após o Manifesto Nacional, o Comitê Central reitera as mesmas orientações: promover a qualquer custo as diversas formas de organização dos camponeses, o

⁸⁷ Nossa Política, *Problemas* - Revista Mensal de Cultura Política nº 5 - Dezembro de 1947.

⁸⁸ *Problemas* - Revista Mensal de Cultura Política nº 6 - Janeiro de 1948

atendimento às suas “reivindicações mais sentidas” e a entrega de terras aos camponeses, para acabar com a exploração feudal e capitalista.⁸⁹ Conforme verificamos no segundo capítulo, os Manifestos de 1948 e de 1950 propunham uma Frente Democrática de Libertação Nacional, para a qual o campesinato era tido como um aliado fundamental da vanguarda operária, a exemplo da vitoriosa Revolução Chinesa de 1949, quando o campo cercou a cidade.

Os limites da democracia do *Bloco Agrário Industrial* se impuseram sobre o Partido. O Manifesto de Janeiro de 1948 serviu de pretexto para Dutra chantagear Adhemar, ameaçando-o com “intervenção federal. Em 31 de março, deste mesmo ano, o governador de São Paulo recebeu o Ministro da Guerra, Caronbert da Costa. O General exigiu medidas punitivas aos responsáveis pelo Manifesto, sob a ameaça de perpetrar a intervenção, Adhemar, então, concordou em endurecer a repressão contra o PCB.⁹⁰

Entre os trilhos da Mogiana e a Araraquarense, diante da cassação do PCB, em 1948, eclodiram manifestações, entre os camponeses, contra o fechamento das organizações dos trabalhadores rurais e Comitês do Partido em São José do Rio Preto e Miguelópolis. O fato mais marcante e pouco documentado, que aconteceu naquele período, foi o fechamento do Comitê do Partido, em Fernandópolis, quando, 900 camponeses desfilaram armados, com seus instrumentos de trabalho, cortaram os meios de comunicação, afugentaram as autoridades locais, em uma ação conjunta com os trabalhadores rurais de Tanabi. Os fazendeiros, receosos, denunciaram às autoridades, que mais de sessenta famílias de camponeses armados ameaçavam invadir a cidade, em protesto pelo fechamento do PCB; denúncia que o jornal *Hoje*, do PCB, tentava desmentir.⁹¹

Ismênia Machado, que era diretora do Comitê de Zona em São José do Rio Preto, participou do episódio de Tanabi. Segundo ela, Nelson Camargo, proprietário da rádio local, permitiu que a Juventude Comunista fizesse uso da emissora para falar aos camponeses.

Nós queríamos dar apoio à luta camponesa que estava lá. Nós pedimos ao locutor, pela rádio, para informar o povo o que esta acontecendo. Cada

⁸⁹ *Problemas* - Revista Mensal de Cultura Política nº 7 - Fevereiro de 1948

⁹⁰ SAMPAIO, R. 1982, p. 65.

⁹¹ BARRIGUELLI, op.cit, op. Cit., p.259

um falava um pouco, não havia um esquema programado, foi tudo espontâneo. Anunciamos a reforma agrária, que os comunistas estando no poder, vai ter reforma agrária. Falávamos em nome do Partido. “O Partido está clandestino porque não querem dar o registro. Temos o Luis Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança.” Falávamos das reivindicações diretas do povo. Tinha quem fazia a pesquisa para ouvir o que estava acontecendo na cidade. Foram quase 3 horas de informação. Fizemos uma programação especial. Nelson soube que a polícia estava no encaço e disse para retomar a programação. Demos todas as informações do Partido. As reivindicações anunciadas pelos militantes eram do Partido. Era uma juventude honesta interessada em mudança.⁹²

De fato, segundo Ismênia Machado, foi o maior movimento de camponeses, da época, envolvendo os de Fernandópolis, de Tanabi, de Votuporanga, de Bálamo, de Valentim Gentil, de Santa Salete, de Santa Fé do Sul, de Jales e de Três Fronteiras. Todos se reuniram em Fernandópolis e “[...] tomaram a cidade literalmente, mas, depois ocorreram prisões para todo lado.”⁹³

Com o agravamento da repressão policial, o Partido intervém para conter os descontentes, assim como acontecera em Miguelópolis, quando os trabalhadores resistiram ao fechamento do PCB local. O homem do Partido, que fazia a ligação entre a direção do Comitê Central, em São Paulo, Irineu Luís de Moraes, o Índio, comunista de origem rural, chegou até a sede do PCB, em Miguelópolis, e se dirigiu aos militantes, que até então estavam irredutíveis e não aceitavam a ilegalidade do Partido, dizendo:

Olha, o Partido, para infelicidade nossa, foi fechado, foi cassado. Nós não podemos ficar com a sede aberta porque a polícia pode vir aqui invadir o prédio e , às vezes, fazer prisões. Me admiro que a polícia não veio aqui ainda fazer a prisão de vocês. Lá em Ribeirão já fechou.⁹⁴

⁹² entrevista ao autor, 17/04/2009, CEDEM, São Paulo.

⁹³ Ismênia Machado, entrevista ao autor.

⁹⁴ WELCH, Clif, Geraldo, Sebastião. Lutas Camponesas no interior paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 98

Na Alta Sorocabana, o DOPS já tentava conter as ações do Partido, entre os camponeses, desde 1946, quando foi fechada a Liga de Santo Anastácio. O líder comunista da região, Nestor Veras, eleito vice-presidente da Câmara Municipal, de Presidente Prudente, pelo PR, em novembro de 1947, acabou preso por distribuir panfletos aos trabalhadores rurais, orientando-os sobre contratos de trabalho e estimulando resistência às ações de despejo, além convidá-los para o “Congresso Rural”, que o governador do Estado, Adhemar de Barros, realizaria na Capital paulista. Libertado, Veras voltou às atividades, realizando comícios para a Campanha do Petróleo, em Santo Anastácio e Alfredo Marcondes. Em Presidente Prudente e em Presidente Bernardes, o médico Dr. José da Silva Guerra, vereador comunista, tentava atuar entre os trabalhadores rurais da região. Guerra também recebia visitas semanais de líderes comunistas e era ele quem realizava os comícios da “Campanha do Petróleo”.⁹⁵

Ao longo de 1949, as tentativas de reorganização de células e ligas camponesas são abortadas pela polícia. O primeiro episódio de intervenção policial deu-se em Santo Anastácio. Calil Chaide, que mais tarde se tornaria um dos dirigentes do PCB, atuou em Santo Anastácio entre os trabalhadores rurais, até ser chamado pelo Comitê Central, na Capital paulista. Em Presidente Prudente, o maior centro urbano da Alta Sorocabana, dois “vereadores de Prestes” elegeram-se: o advogado Eurico Magalhães da Silveira e o dentista Clemente Funari. Juntamente com Nestor Veras e o médico, Dr. Guerra, esses dois procuraram contatar os trabalhadores agrícolas, atuando em todas as vilas e centros de trabalho e em reuniões na roça. Tentaram, por duas vezes, fundar uma Liga Camponesa, conforme ocorria em outros pontos do Estado. Eles contavam, ainda, com o apoio do proprietário da Tipografia Comercial, de Presidente Prudente, “onde é impresso e de onde se irradia a difusão de todo material de propaganda do partido Comunista”.⁹⁶

Nestor Veras, José da Silva Guerra e outros líderes vindos da cidade, incumbidos pelo Comitê Central de organizar os camponeses e auxiliar na Campanha do Petróleo, organizavam reuniões nas casas dos camponeses. O Dr. Guerra ia, de fazenda em fazenda, chamando os trabalhadores, em toda região de Presidente Bernardes,⁹⁷ visando a

⁹⁵ Radiotelegrama nº188, Presidente Prudente, 29/09/1948. In: Pastas Temáticas, Camponeses/Agitação Rural. AESP.

⁹⁶ prontuário 82. 320, Nestor Veras, AESP.

⁹⁷ Radiotelegrama, 29/09/1948, nº 188. In: Pastas Temáticas, Camponeses/Agitação Rural. AESP.

reorganização dos trabalhadores rurais, da Alta Sorocabana, por meio da formação de uma “União dos Camponeses”. O convite da comissão organizadora, “credenciada pelo grande número de camponeses nas reuniões em Santo Anastácio, Presidente Bernardes e Presidente Prudente”, foi distribuído entre os trabalhadores rurais, para que estes enviassem representantes à reunião, no dia 20 de março, para que participassem e escolhessem, por meio do voto, os membros do conselho que dirigiria a “União dos Camponeses”.

Militantes, percorrendo as fazendas e propriedades rurais de Rio Claro, Costa Machado, Colônia Tupi, Ribeirão dos Índios, Saltinho, Chave do Manzano, Piquerobí e toda Alta Sorocabana, distribuíam boletins subversivos. Sempre havia a casa de um membro do Partido que serviria de posto de alistamento, ou sede de Liga Camponesa, em que se realizavam “bailes” para arrecadação de fundos.

Um lavrador, fazendo menção da repressão policial, conclamava os camponeses a lutarem para que o Congresso se realizasse, alegando que, ele próprio, iria armado com sua garrucha.⁹⁸ O Congresso ocorreu no dia vinte de março de 1949, na Cooperativa Mista de Santo Anastácio. Guerra trouxe para o evento simpatizantes do Partido, vindos de Costa Machado e Palmital. Outros líderes e membros do Partido vieram de Presidente Prudente. Todavia, a polícia interrompeu o Congresso e deu voz de prisão a todos os presentes. Houve tiros de garrucha e uso de armas brancas. O tumulto culminou com 87 presos, inclusive o camponês que teria atirado contra o cabo França, da Força Pública, que veio a falecer.⁹⁹

Inconformado com o ocorrido, Nestor Veras escreveu um manifesto sobre o Congresso, que o Partido fez circular por toda região. No manifesto, Veras se dirigia aos camponeses de Santo Anastácio e da Alta Sorocabana, afirmando que as resoluções já estariam aprovadas e que a fundação da “União dos Camponeses da Alta Sorocabana” já estaria concluída, quando a polícia interferiu. O militante entendia que a União estava “consagrada” com o “sangue dos irmãos do campo” e que, portanto, “[...]ela nunca mais poderá desaparecer [...]”, ele exaltava “a coragem e o espírito de sacrifício” daqueles que estiveram no Congresso e não teriam vacilado ao enfrentar a polícia, para proteger os documentos, as atas e as resoluções, que foram aprovadas. E declara:

⁹⁸ prontuário 82. 320, Nestor Veras, AESP.

⁹⁹ Relatório, 18/04/1949, nº 296. In: Pastas Temáticas, Camponeses/Agitação Rural. AESP

Irmãos do Campo! Adhemar de Barros e os tatuíras, mobilizando a sua polícia e seus capangas, estão implantando o terror, em nossa zona, para amedrontar-nos. As prisões e os espancamentos se sucedem. MAS, MAIS ALTO QUE TODO ESSE TERROR, É A MISÉRIA QUE MORA EM NOSSOS LARES, É A AMEAÇA DE UMA GUERRA A QUE NOS QUEREM ARRASTAR, e que nos levaram a realizar ao nosso Congresso, defendê-lo com nosso próprio sangue e obtermos a vitória que mostrou a todos os brasileiros como os camponeses a exemplo dos trabalhadores das cidades, sabem agir quando lutam pelos seus direitos.¹⁰⁰

Veras tomou, como exemplo de pressão popular bem sucedida, a libertação de Gregório Bezerra, eminente líder do Partido e militante entre os camponeses do Nordeste, alegando que, da mesma forma, seria possível libertar os companheiros presos na luta, em Santo Anastácio.¹⁰¹ Nestor Veras conseguiu escapar da polícia, graças à ajuda de outros membros do Partido do Comitê de Álvares Machado.¹⁰²

No mês de abril, as tentativas de unir camponeses deram-se nas cidades ao redor de Marília. Reuniões preparatórias, para organização da “União dos Trabalhadores da Lavoura da Alta Paulista”, foram realizadas em fazendas, vilas, distritos e municípios, de toda a região. A convocação se dirigia aos trabalhadores da lavoura, sitiantes, camaradas, colonos e arrendatários, para que comparecessem à reunião que oficializaria a União, no dia 08 de maio de 1949.

Em Marília, o maior líder comunista era o médico comunista Reinaldo Machado. Eleito vereador pela UDN, ele tinha a incumbência de manter a coesão entre os militantes, após a ilegalidade. Machado atuava entre os políticos locais, pedindo aprovação da Câmara Municipal para moção de protesto contra Adhemar, contra a polícia, etc., ou de

¹⁰⁰ Aos Camponeses de Santo Anastácio e da Alta Sorocabana, março/1949. IN: OS 0768 Delegacia Regional de Presidente Prudente. AESP

¹⁰¹ idem. Ibidem. AESP. As resoluções aprovadas foram as seguintes: 1. Baixa do arrendamento; 2 melhores preços para a colheita do café, melhores contratos e melhores ordenados para os camaradas; 3 melhores preços para os produtos da lavoura; 4 conseguir créditos fáceis e baratos; 5 redução dos impostos para os pequenos proprietários; 6 redução dos impostos dos veículos dos pequenos proprietários e 7 defesa da paz e da liberdade.

¹⁰² relatório, 13/09/1949. In: OS 0768 Delegacia Regional de Presidente Prudente. AESP.

solidariedade à campanha do Petróleo, da Paz e ao Congresso de Lavradores. A reunião aconteceria na sede do Sindicato dos Alfaiates, às 10 horas. João Camilo Sobrinho, militante que era mantido pelo Partido, distribuía os boletins no Córrego Branco, e Sérgio Francisco Barguil, vereador da cidade de Pompéia, divulgava o evento em sua cidade. O alfaiate Osório Alves de Castro preparava o discurso que leria na sessão do “Congresso”. Um outro alfaiate, Turilo Borcia, viajava pela Alta Paulista, vendendo casimiras e, ao mesmo tempo, trabalhava para o Partido.

Duas células foram reestruturadas e estavam em atividade pró-instalação do Congresso que fundaria a “União dos Trabalhadores Rurais da Alta Paulista”. Uma das células era organizada pelo Dr. Reinaldo Machado e por João Camilo Sobrinho, no bairro Córrego Branco. Eles indicaram três lavradores para estarem à frente do movimento. A outra célula localizava-se na Fazenda Santa Helena, a 29 km de Marília. O pastor-evangelista e membro do PCB, Manoel Tavares Faria, que tinha em sua casa um calendário com uma foto de Prestes e recortes de jornais com fotos dos ex-deputados do Partido, era quem orientava os dirigentes dessa célula. A direção de fato da célula foi deixada a cargo do camponês Evaristo Zaparolli, em cuja casa se reuniam os trabalhadores da “Fazenda Nova”. Todavia, o DOPS, em articulação com outras delegacias regionais, logo na véspera da realização do Congresso, prendeu alguns militantes e a “União dos Trabalhadores Rurais” não se efetivou.¹⁰³

Vítimas do ódio: a chacina de Tupã

Seria no município de Tupã que ocorreria um dos episódios mais dramáticos daquele ano de 1949. O homem do PCB, na região, que surgia como liderança política entre os militantes e os camponeses, era Edgar de Almeida Martins.¹⁰⁴ Nas declarações que

¹⁰³ Comunicado da Chefia, 11/05/1949, nº 372. In: Pastas Temáticas, Camponeses/Agitação Rural. AESP

¹⁰⁴ No livro "*Combate nas Trevas*", Edgard foi citado por Gorender como quem colaborou com a repressão, inclusive vindo a ser, analista de interrogatórios do DOI-CODI. Taelman Carlos Machado de Almeida, filho de Edgard, nega que isso tenha procedência e que os arquivos do DOPS mostram que havia um torturador com o codinome “Edgard”. No depoimento que prestou ao DOI-CODI, Edgard cita nomes de companheiros de militância, codinomes, mas não é possível afirmar que as informações prestadas por ele auxiliavam a repressão a localizá-los. A hipótese de que ele pudesse ser um infiltrado surge da perspectiva de sua cunhada, Ismênia Machado, pois na década de setenta ele chegara com os homens do DOPS em sua casa, quando ela foi levada e torturada, enquanto Edgard jantava com os policiais. Renato Guimarães, escrevendo sobre os meios de resistir à tortura, aclara as várias possibilidades que envolvem uma suspeita deste tipo, bem como os

prestou ao DOPS, em 1971, quando foi preso, ao voltar da China, atuando pelo PC do B, Edgard afirmou que teria se filiado ao PCB em 1946, no período da legalidade, e participado das campanhas de Adhemar de Barros, a do Petróleo e a da Paz. Ele agia na Alta Paulista e o centro de sua atuação era Tupã; suas atividades se resumiam em manter contatos e tentar reorganizar os antigos membros do Partido, devido à cassação do PCB, em 1947.

Lá fiz camaradas, campanhas, assinaturas, pixações murais, reuniões, etc. Em 1949 tomei parte na convocação de um congresso de lavradores que seria realizado em Marília, porém foi proibido pela polícia. Por esse motivo fui preso em maio de 1949, sendo libertado oito dias após, sob fiança, para responder em liberdade.¹⁰⁵

Em julho desse mesmo ano, Edgard Almeida Martins (que havia sido libertado sob fiança) e outros militantes do PCB mobilizaram moradores dos bairros Córrego 7 de Setembro e Córrego Pilar, para elaborarem um abaixo-assinado solicitando tanto a permissão para que eles viajassem em veículos de carga, quanto a instalação de uma linha regular de ônibus entre Tupã e aqueles bairros. Chegou-se a um total de oitenta e seis assinaturas. Quando levaram o abaixo-assinado às autoridades, na cidade, o delegado estava de férias e, no estádio municipal, acontecia o jogo entre o Tupã Futebol Clube e o Marília.

A passeata iniciou-se na avenida principal da cidade. Edgard entregou aos manifestantes faixas com os dizeres: “defendemos o nosso petróleo”; “abaixo o monopólio do transporte coletivo”; “viva os caminhões”. Ao mesmo tempo em que empunhavam as faixas, os manifestantes marchavam, dando “morras” às autoridades e “viva ao povo livre”, “abaixo o monopólio do transporte coletivo”, “viva os caminhões”. Como os que deixavam o estádio apuparam os manifestantes, estes reagiram e produziu-se grande rebuliço,

diversos mecanismos de tortura ou de se obter informações dos comunistas. Por vezes, um bom militante abria o jogo na primeira encenação de tortura. Segundo Taelman, Edgard também foi torturado pelos homens do DOPS. Portanto, esta suspeita merece uma investigação mais precisa, resta-nos, apenas, mostrar as versões sobre o caso. Dados colhidos da entrevista com Ismênia Machado, no dia 17 de abril de 2009, no CEDEM em São Paulo, Capital; com Taelman Machado de Almeida, via atonais@hotmail.com, em 15 de maio 2009, site consultado: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/10/292172.shtml>, em 15 de maio de 2009; Gorender, J. *Combate nas Trevas*, 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1999, pp. 200; 231; e Guimarães, R. *Travessia*, as tortura e dos meios de resistir a ela. Editora Revan. 1999.

¹⁰⁵ Atividades de Edgard Almeida Martins. In: Pastas Nominais OS 1396 – Edgard de Almeida Martins. AESP

havendo, até, tiros para o alto. O sargento que, sozinho, tentava conter os agitadores, foi desobedecido, aos gritos de: “passa por cima”, “mata esse filho da puta”. Nesse ambiente, a passeata deu mais duas voltas na avenida e parou nas proximidades da rodoviária, onde se iniciou um comício.

Ao usar a palavra, João Camilo Sobrinho, segundo o relator do DOPS, teria feito o seguinte discurso: “Nós classe operária, os camponeses, estamos cansados de sofrer e precisamos acabar com os capitalistas, com o monopólio, com Souza Leão, esse capitalista carrasco”. O “fundador” da cidade e grande “coronel” da política local era o prefeito em exercício, já que Alonso de Carvalho Braga estava enfermo e em licença.¹⁰⁶ Foram distribuídos boletins endereçados aos colonos do café, e leu-se o “Manifesto” de Nestor Vera sobre o Congresso de Camponês de Santo Anastácio, entre outras atividades.¹⁰⁷ Terminado o comício, a população rasgou e queimou as faixas deixadas pelos manifestantes.¹⁰⁸ Sobre essa passeata, Edgard afirma que

Em julho do mesmo tomei parte em uma passeata realizada em Tupã, como protesto contra as autoridades que perseguiram aos motoristas e proprietários de caminhões que conduziam passageiros da zona rural até a cidade. Essa perseguição variava desde multas até prisões e “achaque” dos mesmos, tomando-lhes documentos, dinheiro, etc.. Fui responsabilizado por esse movimento, tendo sido condenado [...]¹⁰⁹

Por essa razão, Almeida Martins fugiu de Tupã, em 1949, e atuou pelo PCB, ao lado dos trabalhadores rurais, em outras regiões do interior paulista.

Um dos participantes da passeata publicou uma nota no *Jornal de Tupã*, declarando jamais haver pertencido ao PCB. Explicou que “iludido por elementos comunistas”, havia tomado parte nos acontecimentos do dia 10 de julho, como muitos outros lavradores, na esperança de conseguir melhores condições de transporte. Declarou,

¹⁰⁶ relatório do inquérito instaurado contra agitadores comunistas. Prontuário Delegacia de Tupã. AESP.

¹⁰⁷ Sobre o assunto: Radiotelegrama de 11/07/1949, nº 485. Pastas Temáticas: Camponeses/ Agitação Rural. AESP; Atividades de Edgard Almeida Martins. In: Pastas Nominais OS 1396 – Edgard de Almeida Martins. AESP e Querino, op. cit., p.170

¹⁰⁸ relatório do inquérito instaurado contra agitadores comunistas. Prontuário Delegacia de Tupã. AESP.

¹⁰⁹ Atividades de Edgard Almeida Martins. In: Pastas Nominais OS 1396 – Edgard de Almeida Martins. AESP.

inclusive, que era “católico apostólico romano” e que fazia questão de manter essa tradição. Por isto, de “coração e espírito”, publicamente, pedia às autoridades católicas que não o incluíssem no rol dos “renegados comunistas”. Prometeu, ainda, comparecer perante as autoridades católicas locais, para manifestar o seu espírito religioso, o seu amor à família e às instituições pátrias.¹¹⁰ O DOPS, que arquivou um recorte desse artigo, ressaltava que o delegado local suspeitava que a referida declaração era forjada pelo advogado do manifestante, e que tinha sobejas provas de que ele era um proeminente comunista em Tupã.¹¹¹ De qualquer forma, está claro que a pressão era grande: se, de um lado, pesavam os valores religiosos arraigados na sociedade, de outro, a polícia pressionava, buscando meios de taxá-los de comunistas violentos, para incriminá-los.

O propósito de organizar os trabalhadores rurais não cedeu diante do trabalho “preventivo” do DOPS. Dário de Paula, que viajava frequentemente pela Alta Paulista, recebia visitas de “companheiros comunistas camponeses”, em sua casa, na Fazenda Luar, em Tupã. Irineu de Moraes, o Índio, ligado à Direção do Partido no Estado, trazia orientações para Tupã, responsável que era pela articulação dos movimentos rurais no interior paulista e pelo estabelecimento de contatos com os antigos comitês municipais. A casa de Dário, na Fazenda Luar, teria sido o lugar escolhido para a reunião pró-paz, objetivando a fundação da “Associação Camponesa do Estado de São Paulo”.¹¹²

No dia 23 de setembro, chegou, em Tupã, uma moça de dezenove anos, “Vani”, que vinha organizar camponeses e militantes para participarem daquela reunião. “Vani”, na realidade, era Aparecida Azedo, militante de Vera Cruz, e que já fora manchete em Tupã por causa da sua intervenção no comício da UDN, em Osvaldo Cruz, meses antes.¹¹³

¹¹⁰ Jornal de Tupã, ano VII, 02 out. 1949, n° 552.

¹¹¹ Radiotelegrama de 27/09/1949. In: OS 0906. Pasta Delegacia Regional de Tupã. AESP.

¹¹² Declaração de Edgard Almeida ao DOPS, 1971. prontuário Edgard Almeida Martins. Pasta Nominais. AESP.

¹¹³ Tratava-se de um comício do candidato a governador da UDN, Prestes Maia, segundo Aparecida o povo compareceu pois achava que fosse um evento em homenagem à Luís Carlos Prestes e ela não perdeu a oportunidade de ler um manifesto escrito pelo padre Arruda Câmara. O artigo do Diário Paulista de Marília, publicado também no Jornal de Tupã, dizia que a “mocinha do barulho”, que não era senão uma “camarada comunista” iniciou sua intervenção dizendo que falava em nome das mulheres de Osvaldo Cruz em apoio à Prestes Maia, mas em seguida começou a ler o manifesto pedindo apoio aos candidatos comunistas. Desligaram os microfones enquanto ela gritava: “Viva a Paz”, em seguida ela desceu e deu de frente com o delegado local, para quem entregou o manifesto. Seu pai, o companheiro de Marília, Honório e o camarada Godói trataram logo de tirá-la dali pois a polícia já vinha no encalço para prendê-la. Alves Filho, op. Cit., p. 64; Poeira nos Olhos, Jornal de Tupã, 14 ago. 1949, ano VII, n° 589.

A dona da fazenda vivia dando queixa de Dário, na Prefeitura, sob as mais diversas alegações. Sabedora desse fato, Aparecida Azedo disse ao camarada que não era bom fazer a reunião na casa dele. Afinal, “Tupã tinha uma história social tensa, porque houve muita grilagem de terra por lá [...] E griladas pela violência. Os fazendeiros contratavam jagunços para fazer esse serviço.” Souza Leão “era um homem violentíssimo”¹¹⁴. A militante lembra que Dário contava que, ao arar a terra, encontrava “ossos de gente”. Ele avisou o Partido e este o aconselhou que os levasse à Prefeitura.¹¹⁵

Alcides Antoniete, camponês integrante do PCB em Tupã, disse-nos, em entrevista, que também avisara ao Dário de Paula do risco em ceder sua residência, porque este morava no “meio de dois inimigos”, especialmente de “um espanhol lá”.¹¹⁶ Fora esses indícios, soma-se ainda o peso da formação ideológica da Igreja, sobre a maioria católica da população, bem como, o anticomunismo, que servira até de combustível na campanha eleitoral de 1947, no município. Mas, nenhum outro lugar foi considerado viável, e a reunião terminou por ser realizada naquele mesmo sítio. Pois, “com o Dutra e as perseguições que havia na época, não havia local para as reuniões porque quase ninguém queria ceder a casa e aí o Dario cedeu a casa dele [...]”¹¹⁷ Aparecida Azedo lamenta não terem tido cuidado com a vigilância, mas o fato é que, segundo um morador da fazenda,

O pessoal da fazenda todo sabia que ali era um sítio de comunista, mas como a gente não tinha comunicação com ele a gente tinha medo. A gente tinha medo, lembro disso muito bem até hoje. Tinha medo. Comunista eles eram comunistas e a gente retira deles, era assim.¹¹⁸

A estratégia dos militantes era a preparação de um congresso legal sobre a questão do campo, para atrair a participação de personalidades políticas e vereadores de toda região.

¹¹⁴ Alves Filho, op. Cit., p.56-7

¹¹⁵ Ainda atualmente isso ocorre nos arredores da cidade, em sítios, chácaras, etc. só que chegam aos ouvidos dos cidadãos como mero boato e não se encontra ninguém disposto a falar sobre o assunto.

¹¹⁶ Alcides Antoniete, antigo militante do PCB na cidade, em entrevista ao autor, 21 de junho de 2007, Tupã - SP.

¹¹⁷ Entrevista de Aparecida Azedo à Querino, op. Cit., p. 172

¹¹⁸ Avelino, entrevista com o autor, dia 04 de outubro de 2004, em Tupã-SP

Em princípio seria baseado em Bauru não em Tupã. Nós deveríamos levantar aí o problema da carteira assinada e a questão do salário mínimo para o homem do campo [...] isso era considerado uma heresia. Com o impacto do congresso nós esperávamos sensibilizar a opinião pública de forma que a Assembléia Legislativa de São Paulo tomasse a si a discussão desses assuntos. [...] meu trabalho consistia em conversar com as pessoas do campo, mostrar a eles os nossos objetivos e intenções. (ALVES FILHO, 2003, p. 58)

Após a reunião, no dia 25 de setembro de 1949, os militantes contavam com diversos nomes de integrantes do PCB, de fazendas e de trabalhadores que deveriam ser visitados, e com mapeamento dos problemas enfrentados em cada localidade. Dos doze que estavam reunidos, três, que moravam em, Tupã foram para casa¹¹⁹ e os demais, que eram de outras localidades, permaneceram no local da reunião, esperando o horário do trem.

Um parente da fazendeira, ao perceber a movimentação no sítio arrendado, foi procurar um oficial de Justiça da cidade, que o acompanhou até a delegacia, para que formalizasse a denúncia. Diante disso, o delegado Renato Imparato organizou, imediatamente, uma caravana, composta de um sargento, alguns praças e mais três guardas noturnos, e foi ao local da reunião. Por volta das 19 horas, ao se aproximarem da casa de Dário, abandonaram as viaturas e continuaram a pé, para não serem notados, surpreenderem os comunistas.¹²⁰ Cercada a casa e, segundo a relatoria do DOPS, após haver perguntado àqueles “elementos” no banco o que faziam naquele local, a polícia verificou se os presentes portavam arma. No momento em que o policial Sebastião Jacinto Lima procedia a revista em um dos comunistas, recebeu deste um tiro no rosto, caindo morto. Novos disparos foram ouvidos, generalizando-se o tiroteio. Segundo Aparecida Azedo, o delegado teria assumido o comando porque o sargento, que até então comandava a comitiva, recusava-se a atirar. Ao assumir o comando da operação, o delegado começou a gritar: “Atirem! É a polícia” (ALVES FILHO, 2003, p. 60)

¹¹⁹ Radiotelegrama de 30/09/1949, n° 5960. OS 0906- Pasta Delegacia Regional de Tupã. AESP.

¹²⁰ Radiotelegrama de Tupan, 27/09/1949. Ibid.

Avelino Alves, morador na fazenda Luar, graças ao emprego que o prefeito em exercício, Souza Leão, dera ao seu pai para trabalhar naquele local, testemunhou o incidente, e nos contou, em entrevista, que:

Daqui da nossa colônia nós enxergávamos só que pela distancia não dava para ouvir a conversa, mas as pessoas a gente via chegando por lá. Quando foi dali um pouco chega que nós já percebemos foi o tiroteio, nós na nossa colônia todo sossegados, quando ouvimos os tiros arrebentando por lá, tiro daqui, dali. Só via fumaça dos tiros que estucava. Era tiro aqui, tiro dali, gente correndo para aqui para ali, de forma que não sabemos quem que foi que denunciou, mas o certo é que a polícia apareceu lá nesta atitude.¹²¹

Um livro, que conta a história de Tupã, afirma que se tratou de uma tocaia preparada por mais ou menos oito policiais, e que a Força Pública foi quem abriu fogo, considerando, ainda, que o *Jornal de Tupã* confirmava a versão da polícia (MONTES, et al., 2004, p.499) A polícia pretendia provar que houve resistência à voz de prisão; todavia, de acordo com Aparecida Azedo, os policiais teriam “plantado provas” disso, como, por exemplo, uma espingarda que colocaram em sua bolsa e tiros que deram, aleatoriamente, para marcar as paredes da casa. “Além do mais eles tinham posto arma nas mãos dos nossos e disseram que eu também estava armada. Eles tentavam me ridicularizar me chamando de ‘Cavaleira da Esperança’”.¹²²

A versão aceita pelo Juiz de Bauru foi a do 2º Sargento de Tupã, Nilo Cipriano Oliveira, que comandava o destacamento. O sargento afirmou que havia quatro comunistas fora da casa, aos quais o delegado pedira que ficassem parados para serem revistados. Quando o soldado Sebastião Jacinto Lima foi revistar um dos presentes, este “fez fogo”. “Imediatamente um soldado da escolta atirou matando-o”. Dois dos que estavam dentro da casa saíram correndo em fuga, houve nova descarga de tiros (foram mais de cinquenta disparos) e o sargento teve de se deitar. Neste momento, Miguel Rossi, um dos comunistas que fugiam, foi baleado. Quando o sargento se aproximou da casa, o delegado constatou

¹²¹ Morador à época da fazenda Luar, entrevista com o autor

¹²² Entrevista ao Ivan Alves Filho, *A pintura em Conto de Fadas*, 2003, p. 66.

que dois comunistas e um soldado estavam mortos. Revoltado, o sargento, em seu depoimento ao Juiz, confessou que os revólveres 32 e 33 colocados sobre os dois cadáveres, bem como, a carabina 44, colocada em uma sacola, eram armas da Delegacia, que foram levadas a fim de serem fotografadas e de serem encontradas, em uma busca posterior. Miguel Rossi, militante comunista da cidade de Garça, ferido, foi levado, horas mais tarde, para a cidade, no mesmo caminhão em que eram levados os mortos. O caminhão passou antes no necrotério, apesar dos gemidos do ferido, o qual, só depois, foi levado à Santa Casa, onde faleceu, no dia seguinte. Os comunistas mortos, no local, foram o policial marítimo Pedro Godói, autor do disparo que matou o policial, e o lituano comunista Afonso Marma.¹²³ Por fim, o delegado de Tupã abriu processo para anular o depoimento de Nilo Cipriano, sem sucesso.¹²⁴

Após a chacina, o delegado deixou uma guarnição no local e foi a Tupã, avisar a Regional de Marília e receber instruções. Voltou com um fotógrafo,¹²⁵ prendeu Honório Tavares de Faria, Aparecida Azedo (que seria identificada só depois) e o material de propaganda comunista, informes manuscritos referentes a Santo Anastácio, Fernandópolis e outras atividades do “extinto” Partido Comunista.¹²⁶ Aparecida pode, em tempo, destruir em um fogareiro, sem que os policiais percebessem, algumas listas de nomes de militantes, propostas, etc.. Dário de Paula conseguiu fugir, sua mulher e filha ficaram na casa. Aparecida e Honório foram liberados pelo DOPS, em 06 de outubro de 1949, e transferidos para Tupã, permanecendo presos até o julgamento, em março de 1950. (QUERINO, 2000, p. 176)

¹²³ Marma seria conhecido pela polícia desde 1929, ano em que começou ater passagens pelas cadeias como “adepto do credo vermelho”. Marma fora expulso do país, em 1930, pelo Estado, residiu em Montevideu e voltou clandestino ao Rio Grande do Sul. Em São Paulo, foi um dos mentores da “fração lituana”, fundador e diretor da “Associação de comunistas lituanos”, denominada “Cruzeiro do Sul”. Mantinha relações com comunistas lituanos em Montevideu. Em Utinga, interior de São Paulo, foi membro do “Comitê Russo”, sub comitê lituano, órgão de arregimentação da colônia eslava. *Imprensa Popular*, 13 de agosto de 1949; Godói que estava armado no momento da chacina), fora um dos “candidatos de Prestes” em Guarujá, e, em 1948, tentou a mobilizar paralisação do Porto de Santos. *Jornal de Tupã*, ano VII, 13 out. 1949, n° 554.

¹²⁴ *Imprensa Popular*, 14 de dez. de 1949. Série Dossiês, pasta 1640, Comitê Municipal de Tupã – PCB. Acervo Público do Estado do Rio de Janeiro

¹²⁵ Foram fotografados os cadáveres ao lado das armas para simular o confronto. Montes, A.V., et al., op. Cit., p.500

¹²⁶ A polícia, na busca que fez na casa de Dário de Paula, conseguiu prender uma folha escrita à tinta com o título “Problemas da Terra”, Tupã 26 jun. de 1949; um boletim mimeografado “Trabalhadores – Porque o Dr. Reinaldo Machado foi Preso”, exemplares de “Zé Brasil”, do jornal *Nossa Terra*, editado em São Paulo, n° 1 de 08 de jun. de 1949; o impresso “Prestes Fala!”, e segundo a relatoria do DOPS, estava manuscrito no final: “Venham armados para responder [...]”, etc. Radiotelegrama de Tupã de 30 set. 1949, n° 5960. OS 0906-Pasta Delegacia Regional de Tupã. AESP.

Denunciando a parcialidade do relatório divulgado pela polícia, quatro advogados publicaram, no jornal *O Estado de São Paulo*, um texto, elaborado a partir do testemunho de parentes das vítimas e de outros moradores do local da chacina. Os familiares reclamavam que as vítimas foram enterradas como indigentes, envoltos em uma mortalha, e que, só posteriormente, foram identificadas (apesar dos documentos que levavam nos bolsos) e colocados em caixões ordinários. Os advogados argumentavam que os testemunhos apresentados no inquérito policial eram dos próprios policiais que participaram da comitiva, e havia uniformidade nos seus depoimentos. Seria pouco plausível a justificativa da polícia, segundo a qual, as vítimas eram comunistas. “Isso demonstra que [...] pretende manter um verdadeiro clima de terror usando não apenas os comunistas, mas todo e qualquer democrata, todos os cidadãos dignos e livres, que exercem direitos incontestáveis [...]” Finalmente, anunciavam o risco de uma ditadura fascista, exigiam a libertação de Maria Aparecida e Honório, detidos antes mesmo de encerrado o processo judicial, e que fosse incriminado o delegado Renato Imparato, pois este seria o maior responsável pelo desfecho do dia 25 de setembro de 1949. A tragédia entraria para a história do PCB como a “chacina de Tupã” e teria repercussão nacional por meio da grande imprensa e de personalidades políticas que repudiavam e criticavam a violência policial.¹²⁷

Por outro lado, o enterro do praça Sebastião Jacinto Lima, segundo o *Jornal de Tupã*,¹²⁸ foi seguido por mais de mil pessoas, o comércio foi fechado e, no dia 27, “A cidade se encontra[va] em absoluta calma e a sua repulsa à atividade dos comunistas, que repetiram nessa cidade o sangrento acontecimento de Santo Anastácio.”¹²⁹ O anticomunismo, propagado pelo *Jornal de Tupã* como “saneamento ideológico”, desde o início da Guerra Fria, e como defesa da pátria cristã, durante a campanha da eleição de novembro de 1947, contribuiu para que houvesse a denúncia que desencadeou tal massacre. A recusa aos comunistas não se expressou somente nas urnas. Entretanto, esse fato não foi preponderante na determinação do desfecho trágico da tentativa do PCB em organizar os

¹²⁷ Houveram manifestos de protesto de deputados federais como Euzébio Rocha e Pedro Pomar e estaduais como Porfirio da Paz e Manuel Nóbrega, vereadores Cid Franco e Jânio Quadros de São Paulo, Djalma Moscoso de Campinas, Sílvio Ferreira de Cruzeiro, Maria Valentina de Taubaté, Reinaldo Machado de Marília, Luís Gonzaga da Silva de Cubatão, Nestor Vera de Santo Anastácio e ex-deputados do PCB como Caio Prado Jr., João Taibo Cadórnia, Roque Trevisan, Armando Mazza, etc. *Folha da Manhã*, 3/12/1949 e *O Estado de São Paulo*, 11/11/1949

¹²⁸ Abalada Tupã Com O Monstruoso Atentado Entre Elementos Extremistas e a Polícia. *Jornal de Tupã*, 29 set. 1949, nº551

¹²⁹ Radiotelegrama de Tupan, 27/09/1949. In: Pasta OS 0906 Delegacia de Tupã. AESP.

camponeses. Certamente, o poder do oligarca agrário local, motivado pelo seu espírito aventureiro e de conquista, foi fator determinante nesse episódio.

Entre os populares e seus aliados políticos, Souza Leão era aquele que concedia benesses ao município, com vultosas doações à Santa Casa de Misericórdia, à Igreja, e especialmente, favores que prestava aos camponeses. Segundo entrevista com Avelino Alves, morador da fazenda Luar à época, Souza Leão mantinha um escritório onde os trabalhadores podiam lhe pedir auxílios ou favores diversos, que se materializavam em empréstimos, moradias e empregos. “O caso que nós viemos da Varpa, onde morávamos, ele deu serviço para o meu pai aqui na fazenda Luar”.¹³⁰ A dependência entre os camponeses e o grande proprietário justifica o porquê da denúncia e dos protestos de populares contra a passeata realizada pelos comunistas, em plena avenida, que, entre outras ações, atacava Souza Leão, prefeito em exercício naquela ocasião.

Para o PCB, o massacre de Tupã representou o limite das possibilidades democráticas de um processo revolucionário baseado no *Bloco Agrário Industrial*. A não realização do Congresso de Lavradores, que deveria ter acontecido em São Paulo, Capital, e a ameaça de intervenção federal do Presidente Dutra no governo de Adhemar de Barros, caso este não reprimisse os comunistas, refletem a mesma barreira encontrada, no Congresso Nacional, para as propostas de reforma agrária durante, a Constituinte de 1946: o interesse das oligarquias agrárias em manter o monopólio da terra.

No plano local tupãense, a relação entre o governo do Estado e o grande proprietário, banqueiro e investidor imobiliário, Souza Leão, que se constituía no chefe político do município, tinha, na força policial, o item de barganha oferecido pelo governo. Desse modo, podemos entender o controverso apoio de Adhemar de Barros ao PCB: por um lado, o Governador defendia a legalidade do Partido; por outro, cedia às pressões das oligarquias agrárias e do governo Dutra, para aumentar a repressão contra os comunistas, mantendo, assim, sua vida política. A situação política dominante no Estado dispunha do erário dos empregos, dos favores e da força policial “que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça”. (LEAL, 1997, p.64) Souza Leão afirma, em suas memórias, que estabeleceu uma “relação pessoal com o delegado [...] a quem [ele se] reportava

¹³⁰ Ex-morador da fazenda Luar, entrevista ao autor, em 4 de outubro de 2004, Tupã, SP.

diretamente para solicitar algum serviço”.¹³¹ Souza Leão contava, até mesmo, com uma guarda pessoal armada, vestida em uniforme caqui, que exibia um brasão com o símbolo de seu sobrenome, símbolo esse presente até nos calçamentos da cidade, demarcando o “dono” do território. Segundo relatou artigo do jornal comunista *Imprensa Popular*, o cemitério da cidade fora apelidado de “Casa dos Mortos” devido a uma vala comum, na qual eram deitados à baioneta os desafetos do mandão.¹³²

A revolução agrária contra a “ditadura feudal-burguesa”

O contexto político imediato, que explica a agudização dos confrontos entre a repressão e a militância comunista entre os trabalhadores rurais e, também, a guinada à esquerda efetivada pelo PCB, inicia-se quando este vê anulada a esperança de vencer a cassação de seus deputados. O Manifesto de Janeiro de 1948 do Comitê Nacional do Partido radicalizou o discurso e serviu de pretexto a Dutra para chantagear Adhemar, pois ameaçava a sagrada propriedade. O mesmo sentimento de ameaça à propriedade animou o golpe militar de 1964. Em 1949, este sentimento levou ao aumento da repressão contra os comunistas. Diante desse quadro, como defender aliança com uma burguesia que, ao invés de progressista, revelava-se reacionária? Como defender uma “ditadura feudal-burguesa”¹³³ travestida de democracia? No Manifesto, o imperialismo e o latifúndio eram considerados a causa da miséria da população; por isso, não deveria ser alimentada ilusão em relação ao “reformismo” ou com a democracia formal do “traidor Dutra”. Para o Partido, a revolução

¹³¹ Conf. Leão, op. cit., p. 49.

¹³² Jornal *Imprensa Popular*, 3 de nov. de 1949. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹³³ A noção “bloco feudal-burguês” já estava presente no livro *A caminho da revolução operária e camponesa*, de Leôncio Basbaum, publicado em 1934. Sob o pseudônimo de Augusto Machado, Basbaum entendia que o poder político no Brasil era dominado pelo latifúndio, por uma burguesia agrária e por proprietários feudais, constituintes do bloco feudal-burguês. Considera, ainda, que a crise de 1930 seria produto da contradição entre o sistema feudal e o capitalista, pois ambos não podiam se anular por haver entre eles interesses vitais comuns. A unidade contraditória seria possibilitada pela presença do imperialismo. Por isso, as massas operárias e camponesas promoveriam a “revolução agrária e antiimperialista” contra a composição do feudalismo com a burguesia, no “bloco feudal-burguês”, e contra o imperialismo. Em sua abordagem sobre as camadas sociais existentes no campo, o autor entendia serem os colonos, os trabalhadores agrícolas e, em menor medida, os camponeses e os reideiros os aliados do proletariado urbano. MACHADO, A. *A caminho da revolução operária e camponesa*. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1934 *apud* DEL ROIO, M. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*, a política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 216 ss.

agrária estava na ordem do dia, e o confronto não se fez esperar. Como já se pode verificar, os comunistas tentavam, “a todo custo”, organizar os trabalhadores rurais, no interior do Estado.

Desse modo, no “Manifesto aos Camponeses, Operários e ao Povo em Geral de Santo Anastácio”, distribuído logo nos primeiros meses de 1949, os vereadores Nestor Veras e Benedito Francisco Bernardes conclamaram o povo a se posicionar contra o projeto Ivo D’Aquino de cassação dos mandatos de parlamentares comunistas, contra a “traição” de Adhemar de Barros, que “atira a sua polícia fascista contra os democratas, contra o povo e prende deputados e vereadores [...]”; e chamaram para a “luta pelas nossas indústrias, pelo petróleo, melhoria de salários aos operários, pelo Abono de Natal a todos trabalhadores [...]”. Ainda, incitavam luta contra os latifundiários, “que mandam seus capangas armados de carabinas despejar os infelizes camponeses de suas terras, espancando-os e queimando os seus ranchos, [...]”; contra os altos arrendamentos; por mais escolas; por assistência médica hospitalar, dentária e jurídica; por conservação e abertura de estradas de escoamento, etc.¹³⁴ Também, orientavam os trabalhadores do campo a aproveitarem o momento da colheita e, deste modo, efetivarem as reivindicações aprovadas no Congresso do Partido, em Santo Anastácio.¹³⁵ O Programa da “União”, que se formaria na Alta Sorocabana e na Alta Paulista, continha reivindicações por melhores preços para os produtos da lavoura, por crédito fácil e barato, por redução de impostos dos pequenos proprietários e de seus veículos, por melhores contratos aos colonos e por melhores salários aos camaradas. Assim, as reivindicações formuladas, a partir das “necessidades mais sentidas”, não deixaram de refletir as orientações do Manifesto de 1948. Não se perdeu, de todo, as diferentes demandas locais das muitas camadas do campesinato.

As ligas e associações lançaram um “apelo aos camponeses” e aos colonos, aconselhando a não assinarem ou reformarem seus contratos a qualquer custo, e a resistir às ações “reacionárias” de despejo. Aos arrendatários, recomendava-se, entre outras coisas, buscar orientação das Ligas, antes de assinar um contrato, e a não sair da terra, a não ser

¹³⁴ Março de 1949. In: Pastas Temáticas, Camponeses/Agitação Rural. AESP.

¹³⁵ Idem, *ibidem*. As resoluções aprovadas foram as seguintes: 1. Baixa do arrendamento; 2 melhores preços para a colheita do café, melhores contratos e melhores ordenados para os camaradas; 3 melhores preços para os produtos da lavoura; 4 conseguir créditos fáceis e baratos; 5 redução dos impostos para os pequenos proprietários; 6 redução dos impostos dos veículos dos pequenos proprietários e 7 defesa da paz e da liberdade.

por vontade própria ou conveniência e, quando necessário, se unirem aos demais, contra a expulsão.¹³⁶

Essa tônica no enfrentamento direto, na resistência às arbitrariedades, demonstra as tentativas dos militantes, no interior de São Paulo, de “assoprar” as “centelhas revolucionárias”, a partir do campo, contra o latifúndio e, mais do que isto, contra uma “ditadura feudal-burguesa”, representada, naquele momento, por Adhemar de Barros. No Manifesto de 1950, não só se evitou falar em burguesia progressista nacional¹³⁷, como a proposta da Frente de Libertação Nacional se referiu a uma “ofensiva brutal da burguesia e da ditadura de Dutra contra a vida e os direitos dos trabalhadores” e à “derrubada da ditadura feudal-burguesa.” Agora, associando também a burguesia ao imperialismo, ao latifúndio e ao fascismo de Dutra, Prestes declara:

O assassino Ademar de Barros, o novo aliado do tirano Vargas e patrono de sua candidatura, esmera-se no assalto em Tupã, onde caem a vítima do ódio das classes dominantes aos camponeses que lutam pela paz e pela terra os três heróis do nosso povo – Pedro Godói, Afonso Marma e Miguel Rossi.¹³⁸

Em que pese o equívoco de não apoiar Getúlio Vargas e o sectarismo característico do Manifesto de Agosto, as Campanhas pelo Petróleo e pela Paz possibilitaram a continuidade e o aprofundamento da organização dos trabalhadores rurais, devido à participação de outros setores sociais, especialmente a da pequena burguesia. Em outubro de 1948, Prestes dizia:

É conhecido o caso da revista PANFLETO que chegou a apelar em editorial para que os comunistas não mais participassem da campanha em defesa do petróleo e isto, como afirmava, para que a campanha pudesse prosseguir sem a pecha de comunista — teoria oportunista que pretende separar a luta em defesa do petróleo da luta pela democracia, pelo direito

¹³⁶ Prontuário 82. 320, Nestor Veras, AESP.

¹³⁷ Em que pese, o Manifesto fala de progresso e nacionalismo.

¹³⁸ Nossa Política: As Tarefas Atuais dos Comunistas para a Organização, a Unidade e as Lutas da Classe Operária. Comitê Nacional do PCB Agosto de 1950. In: *Problemas* - Revista Mensal de Cultura Política nº 30 - Outubro de 1950

que têm todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas ideologias ou pontos de vistas políticos, de participar da luta contra a entrega de nosso petróleo aos trustes imperialistas. Uma capitulação dessa espécie seria o passo decisivo para que fosse em seguida silenciada a voz do povo, liquidado por completo o movimento de massas em defesa do petróleo.¹³⁹

A luta antiimperialista foi uma das razões de o PCB tomar a Frente da Campanha pelo Petróleo iniciada pelo PSB¹⁴⁰. Por meio dela, o Partido fazia alianças com “brasileiros, quaisquer que sejam suas ideologias ou ponto de vista político”. Nesse sentido, em um momento em que o Comitê Central propugnava organizações paralelas, dando vazão ao sectarismo, as Campanhas pela Paz e pelo Petróleo abriram um espaço relativo a alianças que poderiam ser entendidas como reformistas, tendo em vista a contradição com o imperialismo.

A repressão perpetrada contra os comunistas pelo governo de Adhemar de Barros, entretanto, evidenciava ao PCB a contradição com a burguesia. Reinaldo Machado, redator do Manifesto dos Candidatos de Prestes, lido no II Congresso das Municipalidades, em Ribeirão Preto, reitera a luta contra a submissão de Adhemar e Dutra ao imperialismo e ao latifúndio, pois estes seriam a causa da manutenção do regime “semi-feudal” no campo e da miséria dos trabalhadores.

[...] governo de latifundiários, de submissão ao imperialismo, de escandalosas negociatas, de terror policial e de demagogia de tipo fascista. [...]

No campo, a exploração dos camponeses chega ao extremo. Nas usinas de açúcar, nas fazendas de café e nos latifúndios de arrendamento, a miséria dos trabalhadores é cada vez maior, enquanto crescem os lucros de seus exploradores protegidos pelo governo de Dutra e de Ademar, que lançam sua polícia contra os camponeses que lutam contra a fome e a

¹³⁹ A Luta Contra a Guerra e o Imperialismo Exige Uma Vanguarda Combativa e Esclarecida. In: *Problemas - Revista Mensal de Cultura Política* n° 14 - Outubro de 1948

¹⁴⁰ POMAR, 2002, p. 75.

miséria, como aconteceu em Santo Anastácio, Marília, Votuporanga e outros lugares.¹⁴¹

O exemplo do que ocorria na China e também dos episódios de Porecatu, no norte do Paraná, certamente comprovavam, aos olhos da liderança do Partido, a necessidade de uma revolução agrária contra o latifúndio, contra a burguesia e contra o imperialismo. Para além destas condicionantes, os desdobramentos da relação entre o governo federal e o governo do Estado de São Paulo, que levaram ao choque, no interior deste Estado, a organização dos trabalhadores rurais, intentada pelo PCB, e as forças policiais, sob soldo pago pela própria burguesia paulista, mostravam que os limites do regime liberal democrático não comportavam a maior parte da população brasileira, que vivia no campo. Nesse sentido, a leitura do Partido entendia a democracia formal exercida no Brasil como uma verdadeira “ditadura feudal-burguesa”.

¹⁴¹ Os vereadores de Prestes, do II Congresso de Câmaras Municipais reunido em Ribeirão Preto dirigem-se ao Povo. In: *O Estado de São Paulo*, 19/06/1949

CAPÍTULO IV

Entre o legal e o ilegal: o avanço da organização dos trabalhadores rurais

Como reconhecia o *Informe* de Oto Santos (Calil Chade), no IV Congresso do PCB, em 1954, a legalidade foi um período que deixou experiências importantes para o avanço da luta camponesa e para a organização dos trabalhadores rurais, realizada tanto mediante mecanismos legais quanto por revoltas armadas, como em Porecatu, Canápolis, etc. No âmbito legal, eclodiram inúmeras greves entre os colonos do café e os assalariados agrícolas, revoltas e reivindicações dos arrendatários e camponeses por melhores contratos, por melhores condições de trabalho e por direitos trabalhistas.

Com a morte de Getúlio, a percepção dos rumos dos movimentos sociais, das alianças a serem feitas com “setores da burguesia interessados no progresso da nação”, com o PTB, e com a candidatura de JK, a qual oferecia um ambiente de tolerância aos movimentos populares de esquerda, o Partido volta a ter esperanças quanto ao seu retorno à legalidade. Carlos Marighella, dirigente do Comitê Central de São Paulo, analisando, em um texto, as táticas eleitorais do IV Congresso do Partido, propôs, como tarefa, “Intensificar a luta pela legalidade do Partido Comunista do Brasil e pelo registro de nossos candidatos.” Reconhecia os equívocos da linha sindical até então adotada e a importância da aliança com outros setores nacionalistas para a formação da Frente de Libertação Democrática

a frente única com as massas getulistas e com o PTB trouxe grandes vantagens políticas. Inúmeros diretórios do PTB passaram a colaborar com os comunistas, nossas palavras-de-ordem puderam se estender a setores populares mais amplos e o trabalho de organização das massas se ampliou.¹⁴²

Sobre as eleições em São Paulo, em 1955, Marighella destacou os redutos camponeses que, apoiando os comunistas, como em Tanabi, deram maior votação a Prestes

¹⁴² O Programa do Partido, As Experiências das Eleições de 3 de Outubro e As Nossas Tarefas para a Campanha Eleitoral de 1955. [Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil - PCB] In: *Problemas*. Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955.

Maia, candidato do governador Lucas Nogueira Garcez, e não ao demagogo Jânio Quadros. Em Ribeirão Preto e Sorocaba, Wladimir Piza, que tinha o apoio do Partido Comunista, venceu. O insucesso em outros locais foi atribuído à falta de persistência, no trabalho, dos Comitês Regionais do Estado, e ao sectarismo.

Nosso poder de penetração com o Programa no campo é ainda pequeno.
[...]
[...] nas concentrações camponesas de São Paulo, por exemplo, onde ainda arrastamos um número insuficiente de votos dos camponeses. Entretanto, no campo temos infinitas possibilidades de ganhar as massas camponesas, dada a justeza com que o nosso Programa enfrenta a questão agrária. Não foi por acaso que na cidade de Franca, no interior de São Paulo, getulistas se cotizaram e financiaram a impressão do Programa.¹⁴³

A II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses, que formara a ULTAB, representaria um avanço histórico. Entretanto, a principal dificuldade ainda seria no trabalho com os camponeses, e na criação da aliança operário-camponesa. Tal dificuldade atravancaria a formação da Frente Democrática de Libertação Nacional e “as ações revolucionárias de massas pela conquista do governo democrático de libertação nacional”. Para Diógenes Arruda, então secretário do Comitê Central do PCB, o equívoco oriundo do Manifesto de 1950 seria o sectarismo, que confundia camponeses ricos com latifundiários, dificultando a aliança operário-camponesa, pois a reforma agrária radical, proposta pelo Partido, pretendia acabar com os restos feudais e a exploração exercida pelos latifundiários na agricultura, e não com o capitalismo. Tal reforma deveria corresponder às condições já maduras das relações de produção e ao caráter das forças produtivas.

[...] em consonância com isso, devíamos levantar a bandeira que consignasse as mais profundas aspirações dos camponeses, possibilitando ganhá-los mais facilmente para a aliança operário-camponesa e fazê-los aceitar a direção da classe operária e de seu Partido Comunista. Ora, que

¹⁴³ Idem; *ibidem*.

aspiração mais profunda existe entre os camponeses brasileiros do que ser proprietário de um pedaço de terra?¹⁴⁴

Assim, o Programa do Partido, por intermédio da reforma agrária democrática radical, constituiria um elo entre as mais diversas características regionais do país. Por outro lado, Oto Santos (Calil Chaide) entendia que o sectarismo consistia em substituir a luta de massa pela de vanguarda, as demandas imediatas pelas lutas mais elevadas, e, ainda, na concentração da militância em alguns setores do campesinato; nessa colocação, ele se referia aos posseiros de Porecatu. Desse modo, ele explicava o isolamento do movimento camponês. Santos propunha o apoio aos camponeses ricos, desde que fosse primazia o trabalho com os assalariados agrícolas, com os camponeses pobres e com os sem-terra.

A compreensão de Marighella e Arruda sobre a importância das alianças com setores da burguesia interessados no progresso da nação demonstra os aspectos do que Segatto denominou de “renovação conservadora”. Já nas formulações destes dirigentes do Partido, as quais eram posteriores ao IV Congresso, percebe-se a tendência que se desdobraria no Manifesto de março de 1958, seja ela a de atribuir as dificuldades, não a erros quanto à visão que o Programa tinha sobre a questão agrária, mas ao sectarismo e à falta de persistência dos militantes. Nesse sentido, aceitavam-se idéias renovadoras sem, no entanto, superar os limites da forma como o Partido adaptara os princípios marxista-leninistas da cultura política terceiro internacionalista. Desse modo, as possibilidades de ganhar as massas camponesas se deviam a “justeza com que o [...] Programa enfrenta a questão agrária.”

Calil Chaide (Oto Santos) ousou um pouco mais ao considerar o sectarismo como sendo a substituição da luta de massa pela de vanguarda. Todavia, manteve a noção etapista do processo revolucionário, em que a aliança operário-camponesa privilegiava alguns setores dos trabalhadores do campo, especialmente os assalariados rurais, os quais implicariam a superação dos restos feudais. Conseqüentemente, no interior de São Paulo, o problema não foi, como pensou Chaide, a concentração da militância entre os posseiros, categoria minoritária entre os trabalhadores do campo do Estado, mas, justamente, a

¹⁴⁴ Arruda, Diógenes. Programa do Partido Comunista do Brasil Bandeira de Luta e da Vitória. Informe Apresentado, em Nome do Comitê Central, no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCB. In: *Problemas*, Revista Mensal de Cultura Política, nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955.

concentração da atuação do Partido entre os assalariados rurais. Assim, era para as regiões do interior do Estado de São Paulo, onde os assalariados rurais eram maioria, que o PCB enviava seus melhores quadros, a fim de organizar sindicatos de trabalhadores rurais. Essa postura fez com que, apenas em alguns lugares, os comunistas obtivessem êxitos eleitorais entre os camponeses, e menor inserção em outras regiões do interior do Estado.

As regiões com maior índice de assalariados rurais eram a araraquarense e a da Mogiana. Por isso, nelas se concentrava a atividade do Partido, uma vez que este entendia o trabalho rural assalariado como superação dos restos feudais e via maior possibilidade de identificação desses trabalhadores com o proletariado urbano. Ismênia Machado, que atuou nas redondezas de São José do Rio Preto, conta que, nessas regiões, os movimentos eram mais fortes no campo, e tinham o apoio dos sindicatos da cidade, como o da sacaria do café, que era o Sindicato de Ofícios Vários. Entretanto, a condição híbrida das relações de produção no campo dificultava a definição de uma linha programática ampla que agregasse os camponeses sob um interesse comum, como queria Diógenes Arruda, quando falava sobre o desejo de os trabalhadores rurais se tornarem proprietários.

Lyndolpho Silva relata que, em São Paulo, em 1950, já era grande o número de assalariados agrícolas ligados ao café e ao açúcar, mas era difícil convencer os que estavam trabalhando de que poderiam arrumar tempo para se organizar. Esses trabalhadores não eram devidamente registrados, o que facilitava as demissões e o não cumprimento dos direitos assegurados pela CLT, como o salário mínimo, férias remuneradas e recebimento de verbas atrasadas.

Então, se um assalariado descobrisse que não estava recebendo o salário mínimo –estava recebendo apenas metade-, a partir dali saía e ia num juiz qualquer, podia até ser juiz de casamento, e recebia exatamente a obrigação de o patrão pagar o salário para eles. Dessa maneira, se fez muito disso aqui no interior de São Paulo, São José do Rio Preto, Batatais e mais duas cidades lá para o interior. O patrão resolvia pagar, mas mandava todo mundo embora, não se cumpria nada. A única

vantagem era que esses trabalhadores, de modo geral, moravam na própria fazenda.¹⁴⁵

Ou seja, para o trabalhador rural, ser assalariado podia dificultar sua sobrevivência e reprodução de seus modos de vida. Ainda que sob a dependência do grande proprietário rural, o acesso a terra garantia, ao menos, a habitação e o sustento desses trabalhadores. Não era tão absurdo o entendimento, por parte dos camponeses, referido por Ismênia Machado, da necessidade de se efetivar uma reforma agrária que lhes garantisse a posse da terra e, logo, a autonomia diante do latifundiário. Ao mesmo tempo, o Partido foi incorporando, aos poucos, o fato de que a autonomia dos trabalhadores rurais podia ser garantida por contratos mais justos, em termos de valores percentuais de taxas e prazos, entre arrendatários e arrendantes, pela extensão de direitos trabalhistas e regulamentação da condição de colono, que garantisse direitos sociais e, portanto, melhor condição de vida a esta categoria. Assim, mais tarde, em 1961, no Congresso de Belo Horizonte, os comunistas propuseram a regulamentação do arrendamento e, até mesmo, da parceria (resto feudal que, outrora, segundo a leitura que o PCB fazia sobre as condições do campo brasileiro, deveria ser extinto).

Ao longo da experiência da militância entre os homens e mulheres do campo, foi se consolidando outra frente de luta, de acordo com Lyndolpho, seja ela a da camada de camponeses arrendatários, pois os contratos não eram renovados pelos proprietários, gerando ações de despejo que implicavam sérios prejuízos para o trabalhador rural. “Isso dava também grandes movimentos aqui no interior do estado de São Paulo e em outros lugares por aí”. De toda forma, seria a partir de 1953, ainda sob a bandeira da “Libertação Nacional”, que o movimento sindical urbano, fosse comunista ou democrático o suficiente, começou a apoiar fortemente a organização dos camponeses, especialmente em São Paulo.

A Libertação Nacional vem pelos trilhos

Se os trilhos trouxeram o café e o capitalismo, para o interior do Estado de São Paulo, na “primeira classe”, na “segunda” vieram as centelhas da “subversão” e seus

¹⁴⁵ Memórias de Lyndolpho Silva editadas por CUNHA, 2004, p.63

“agentes”: os comunistas. Entretanto, essa subversão viria dos próprios trilhos do capitalismo, por meio do amadurecimento de suas contradições e se daria, portanto, em um segundo momento, de acordo com o modelo etapista, característico do pensamento stalinista, de análise da realidade brasileira. O destino das passagens ferroviárias sinaliza as duas principais frentes e formas de organização e de luta, desenvolvida pela militância comunista, entre os trabalhadores rurais: a Alta Sorocabana, com as demandas dos arrendatários e dos colonos, formando associações, fazendo greves, instaurando processos judiciais; e a Araraquarense, com os assalariados agrícolas organizando-se em sindicatos e exigindo a extensão dos direitos trabalhistas também a eles.

Saíamos todo o fim de semana em função de um trabalho desses no interior, e em situação muito complicada, porque a gente ia na segunda classe de um trem e muitas vezes o único dinheiro que havia era para comer, era para comprar qualquer coisa dentro do trem. Às vezes íamos à lugares muito distantes. Nós andávamos de trem quinze horas, dezesseis horas, para Presidente Prudente, pra lá de São José do Rio Preto, era quase na divisa do Mato Grosso, e em outros lugares por aí.¹⁴⁶

Nos trilhos da Mogiana, Ribeirão Preto recebia aproximadamente mil exemplares jornais comunistas¹⁴⁷, que chegavam em fardos pela linha de trem, desde 1949. Os assinantes recebiam diretamente dos correios. Militantes distribuíaam os jornais pela região, nas fazendas, em pensões freqüentadas por lavradores, etc. A distribuição era feita em Batatais, Franca, Ituverava, Igarapava, Altinópolis, Guará, Miguelópolis e, até mesmo, em localidades vizinhas, em Minas Gerais. O material ficava armazenado em dois prédios comerciais em Ribeirão Preto. Os jornais eram distribuídos à noite e eram colocados nas porteiros, ou em locais aos quais o lavrador tivesse acesso, sem que os patrões percebessem, pois estes dispensavam os trabalhadores que tentassem promover greves nas fazendas.

¹⁴⁶ Memórias de Lyndolpho Silva organizadas por CUNHA, 2004, p.60

¹⁴⁷ *O Sol* (antigo *Hoje*), *Voz Operária* (antigo *Classe Operária*), a *Gazeta Sindical* e, ainda, o jornal *Terra Livre*. Por meio do jornal *Terra Livre*, os lavradores recebiam instruções de como deviam agir em conformidade com os de outras fazendas, etc.. Recomendava-se que se organizassem reuniões, passeatas, comemorações de datas, como a de 1º de maio, pintassem as paredes exigindo melhores salários aos patrões, menos horas de trabalho diário.

De acordo com agentes do DOPS, a maioria dos comunistas de Ribeirão Preto seria composta por intelectuais, por estudantes, funcionários dos correios e telégrafos, jornalistas, e os “vereadores de Prestes”, sob as legendas do PSB e do PST. Em Altinópolis, existia uma célula comunista. No município de Guará, atuava um vereador comunista, telegrafista e escriturário da Linha de Ferro Mogiana, o qual controlava com facilidade aquela zona rural, pois mantinha contato direto com São Paulo e transmitia orientações aos trabalhadores rurais para que parassem o trabalho e sabotassem a produção. Na cidade de Ituverava e Igarapava, era um veterinário que atuava entre os camponeses, percorrendo todas as fazendas com pasta de medicamentos para animais e com a mensagem comunista. Em Miguelópolis, eram os vereadores de Prestes que conseguiam ter acesso aos trabalhadores do campo.

Nessa região, as diretrizes e orientações do Partido eram dadas por militantes mantidos pelo PCB, entre os quais Irineu Moraes e José Duarte. Este vinha de São Paulo e passava por todas aquelas cidades, mantendo contato com membros do Partido. José Engracia Garcia, outro militante, também viajava constantemente da Capital para Ribeirão Preto, reunindo-se com os vereadores locais. Estes, ainda naquele ano de 1949, publicariam um manifesto, no qual proclamavam: “Nós, vereadores de Prestes, queremos paz e maior salário para os operários e camponeses de todo o Brasil”.

O militante Edgard Almeida Martins revelou, em inquérito policial instaurado pelo DOPS, que ia de Catanduva até Santa Fé do Sul, fazendo as campanhas do Partido pela paz e contra a bomba atômica, e organizando o movimento de camponeses do Frigorífico Anglo; em Santa Salete, participou de agitações por melhores preços do arroz. Ele percorria as fazendas de café, convocando os camponeses para a conferência na qual se pleitearia a extensão da legislação trabalhista para os colonos e assalariados rurais de São José do Rio Preto, Catanduva, Mirassol e Monte Aprazível.¹⁴⁸

Na cidade de Monte Aprazível, ocorreu a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no dia 29 de novembro de 1953, com, aproximadamente, 200 pessoas, a maioria lavradores. Neste evento, estiveram na pauta de discussão a questão das férias remuneradas de um mês, para os trabalhadores rurais e para as mulheres camponesas

¹⁴⁸ Declaração de Edgard Almeida ao DOPS, 1971. Prontuário Edgard Almeida Martins. Pasta Nominais. AESP.

parturientes; a jornada diária de oito horas de trabalho; a solidariedade irrestrita que os trabalhadores urbanos deveriam ter em relação aos do campo, e, também, a miséria e a falta de assistência médica e de ensino vivenciadas pelos camponeses. Já era possível perceber, na fundação deste sindicato, a influência do Ativo Sindical de 1952, pois a importância de se filiar a sindicatos era apresentada como ordem do próprio presidente Getúlio Vargas.¹⁴⁹

O PCB formou escritórios, assistidos por advogados do Comitê Central do Estado, por toda a região, para esclarecer os trabalhadores rurais e requerer os direitos destes, na Justiça. O Partido criou também comitês do campo, os quais, posteriormente, formariam a base do trabalho de massa da ULTAB. No período de 1953 e 1954, nas regiões da Mogiana e da Araraquarense, foram fundados sindicatos de assalariados agrícolas, nas cidades de Monte Aprazível, São João da Boa Vista, Catanduva, Capivari, Pindorama, Franca, Batatais e Igarapava, e sindicatos de assalariados agrícolas e colonos em Morro Agudo e Ribeirão Preto.¹⁵⁰

Viajava-se muito, por exemplo, para a região de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Batatais, Franca e outras cidades. Cada uma dessas tinha um sindicato, tinha ações, aí tinha pessoal do partido. Esse pessoal que estava na direção do sindicato era ligado ao PCB, embora aí não houvesse um partido muito grande. Então a gente dava assistência a todo esse pessoal. Nessa região a gente corria com a maior facilidade e com bom resultado. (CUNHA, 2004, p.61)

As formas de luta dos trabalhadores rurais variaram ao longo do tempo e de acordo com as situações e com os lugares onde ocorria. Entre as áreas da Mogiana e da Araraquarense, no ano de 1949, estabeleceu-se, no meio rural, uma campanha por greves, reivindicando-se melhores contratos e salários, e a fundação, em cada fazenda, de um Comitê do PCB. Resultaram, dessa campanha, as greves de Batatais e de Jardinópolis. Em Fernandópolis, foram cinco movimentos grevistas, um de colonos que estavam a quatro meses sem receber salário, e outros quatro, nos quais camaradas e fiscais exigiam melhor

¹⁴⁹ Relatório de investigação de 23/05/1949- Guará, Ituverava, Igarapava e Miguelópolis, In: Pastas Temáticas/ agitação rural (OS 0041). AESP

¹⁵⁰ Resumo das organizações no campo, até dezembro de 1955, levantamento feito pela ULTAB, datilografado, s/d. *apud* Carvalho Costa, 1996, p.37-80

remuneração. Na região de Ribeirão Preto, camponeses entraram em greve, motivados pelo jornal *Voz Operária*; em Santa Adélia, a greve, realizada por mais de mais de 200 famílias, durou três meses.¹⁵¹

No ano de 1951, houve greve em Olímpia, envolvendo 40 famílias de colonos pelo aumento do preço pago pelo trato do café; em Franca, pelo pagamento de salários e fornecimento de café pela fazenda; em Catanduva e Ribeirão Preto, por aumento do preço pago pela colheita de mil pés de café. Em 1953, colonos de Fernandópolis entraram em greve para protestar contra um fazendeiro, porque este ordenara a pulverização do cafezal. Segundo Ismênia Machado, protestava-se contra a pulverização e contra as queimadas, pois, além do comprometimento da fertilidade das terras, tais práticas causavam intoxicação aos trabalhadores, e, às vezes, levava-os a óbito.¹⁵²

Em 1954, em São Carlos e Cosmópolis, os colonos paralisaram seus trabalhos porque o proprietário das terras, em que trabalhavam, descontava o aluguel das moradias em seus pagamentos. No meio rural desses municípios, os assalariados agrícolas entraram em greve contra o aumento do preço dos gêneros alimentícios. Nas cidades de Tanabi e Franca, foram os arrendatários que fizeram greve. (COSTA, 1996,p.34) Em Monte Azul Paulista, os colonos pararam, por não receberem férias atrasadas; a greve terminou quando o promotor público determinou o pagamento de todas as verbas em atraso, e exigiu o cumprimento desse direito dos trabalhadores.¹⁵³

Ainda no ano de 1954, eclodiria o conflito mais intenso da região araraquarense. Desde 1951, camponeses de Santa Fé do Sul, solidários à resistência dos posseiros contra a grilagem de terras, em Porecatu, Norte do Paraná, para lá enviavam mantimentos.¹⁵⁴ Em Santa Salete, os trabalhadores também se identificavam com os posseiros de Porecatu, e resistiam com violência às arbitrariedades da polícia e dos jagunços.¹⁵⁵ Ainda em Santa Salete, os trabalhadores rurais já haviam se revoltado contra a CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização). Segundo Ismênia Machado, militante do PCB, a

¹⁵¹ Pastas Temáticas/ agitação rural (OS 0041). AESP

¹⁵² entrevista ao autor.

¹⁵³ Relatório de investigação, Monte Aprazível, 11/1951. Pastas Temáticas, Camponeses/Agitação Rural (0041). AESP

¹⁵⁴ Sobre o episódio de Porecatu conf. PRIORI, A. A. *A Revolta Camponesa de Porecatu. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1955)*. Assis, 2000 Tese (Doutorado em História e Sociedade) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

¹⁵⁵ *Jornal Hoje*, São Paulo, ano VI, nº 910, 30 de março de 1951.

CAIC, na visão do Partido, seria uma companhia de grileiros ávidos por tomar as terras dos camponeses, alegando que eram terras devolutas e que serviriam para formação de sítios. “Meu pai [Gonçalo Machado Lima] estava organizando lá”, relata Ismênia Machado, “os camponeses tomavam armas nas mãos para defender essas terras”. Mas, em dado momento, “Vergara”, companheiro da araraquarense de quem essa militante colhia informações, alertou: “Olha, em Santa Salete, a situação vai pegar fogo, fala para o seu pai que vai ser um massacre. Vem vindo um comboio da Força Pública de São Paulo”. Ismênia Machado, então, se dirigiu à Santa Salete, mesmo sem conhecer nada por lá. “Fui para Jales e de lá fui de carroça para Santa Salete. As casas eram de barro, só havia uma escola. Jales ainda era uma vila. O carroceiro não era do Partido, mas era da luta camponesa”.

A vantagem era a demora do trem. Até o comboio chegar já se havia retirado as armas e resolvido o problema. Os camponeses não tinham armas de fogo, era enxada, foice. A Força Pública vinha com armamento pesado, para os padrões da época. Os camponeses fizeram uma barricada e ficaram esperando. Aquilo era uma loucura. O Vergara mandou avisar: “O comboio esta indo de São Paulo, vai ser um massacre.” Meu pai dizia: “É preferível perder as terras do que a vida.” Então, todos foram para casa. Quando chegasse a policia e invadissem as casas e aí era botar a boca no trombone na cidade. Aí viramos o jogo da CAIC, fomos na rádio de Tanabi, através do próprio dono, e avisamos que CAIC estava levando a Força Pública de São Paulo para acabar com os camponeses. A luta fora vitoriosa dessa forma: sem as armas. Os cabeças foram presos, inclusive meu pai.¹⁵⁶

Em 1954, José de Carvalho Diniz, novo proprietário das terras da CAIC, pretendia formar, a partir delas, pastagens e, para isso, arrendou-as a três prepostos, os quais deveriam entregá-las prontas para a criação do gado. Os prepostos, por sua vez, subarrendaram-nas para mais trezentas famílias. Terminado o prazo dos contratos, os subarrendatários recusaram-se a sair das terras arrendadas e pediram prorrogação dos contratos. Sem acordo, os subarrendatários passaram, então, para a operação “arranca-

¹⁵⁶ Ismênia Machado, entrevista ao autor.

capim”.¹⁵⁷ De acordo com Chaia, do ponto de vista dos subarrendatários, tratava-se da luta para manter um modo de vida caracterizado pela posse provisória da terra. Em 1959, o governo do Estado São Paulo, com Carvalho Pinto, sob a tolerância do governo de JK em relação às posições diversas das da sua, possibilitou que o PCB, mediante a Associação dos Lavradores, agisse em conjunto com o governo estadual, na mediação do conflito em Santa Fé do Sul. O desfecho deste movimento ocorreu em 1960, quando José de Carvalho Diniz soltou seu gado na plantação e nas casas dos subarrendatários e enviou seus jagunços para tapar os poços dos trabalhadores. Diniz conseguiu, assim, retirar os camponeses, e, até mesmo, ignorou os processos abertos pelo Estado contra ele.

Para Chaia, os comunistas e o governo do Estado de São Paulo tinham uma perspectiva urbana e não conseguiram entender que o interesse dos subarrendatários era, somente, a posse temporária da terra. Além do mais, o enfoque do Partido estava voltado para a organização dos assalariados rurais, deixando de lado o seu trabalho junto aos camponeses.¹⁵⁸

A região de Araçatuba (Alta Noroeste), por sua vez, foi marcada, desde a primeira metade dos anos 50, pela repressão policial aos movimentos sociais camponeses. Mal se iniciaram as primeiras mobilizações do PCB para organizar os trabalhadores rurais, em Guararapes, os agentes do DOPS já percorreriam fazendas, fechando células comunistas naquela cidade, em Rubiácea e em Valparaíso. Seis, dessas células, ficavam em fazendas populosas, onde a polícia apreendeu grande quantidade de material, bem como deteve os líderes que não conseguiram evadir-se. As células, pelo que constataram os investigadores do DOPS, eram ativas e funcionavam clandestinamente. Os agentes da polícia alarmaram-se, pois o conteúdo dos boletins apreendidos fazia menção da necessidade da greve, que, uma vez iniciada, estender-se-ia às demais fazendas, produzindo uma espécie de efeito dominó.

Diante do cerco fechado, tanto pela polícia, quanto pelos fazendeiros, as reuniões promovidas pelo PCB aconteciam em altas horas da noite, na casa dos chefes das células, reunindo poucos participantes, a fim de não chamar a atenção dos administradores das

¹⁵⁷ A operação “arranca-capim” consistiu na retirada, pelos camponeses, do capim que o proprietário havia mandado plantar na lavoura daqueles.

¹⁵⁸ CHAIA, V. *Os conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul - SP (1959-1969)*, Dissertação de Mestrado São Paulo, USP, 1980.

fazendas. Para não deixar pistas ou oferecer provas à polícia, as ordens eram dadas verbalmente. Agindo assim, os comunistas tentaram fundar a “União dos Camponeses da Alta Noroeste” e a “União Feminina das Mulheres de Birigui”. Pretendiam, ainda, começar uma greve que deveria ser iniciada, simultaneamente, em várias fazendas. Essa greve foi anunciada abertamente, em um comício, diante de um grande público. Entretanto, a polícia conseguiu impedir que tal greve ocorresse. A prisão de dois operários comunistas da cidade bastou para intimidar essa iniciativa do Partido entre os camponeses.¹⁵⁹

No segundo semestre de 1950, os comunistas, buscando outras formas de mobilização dos trabalhadores rurais, em Guararapes, convocaram um “Congresso de Camponeses”, para o dia 17 de dezembro de 1950. Os objetivos desse Congresso eram: a reorganização da União dos Camponeses do Brasil, para a reivindicação de salários; a formação de comissões de protestos; a criação de comissões para lutar pelo abono de Natal; a discussão sobre a importância dos camponeses se recusarem a assinar contratos; a luta pela posse de terra. A polícia também impediu que o Congresso de Camponeses da Noroeste fosse realizado. Os agentes do DOPS avisaram os fazendeiros e os sitiantes sobre a pretensão do PCB em realizar o Congresso, e sugeriram que os proprietários observassem os camponeses, se estes deixariam em massa o serviço, no dia em que o evento aconteceria. Pela madrugada, o delegado local, com o apoio de um grupo de choque da Força Pública, fechou as entradas da cidade, verificando quem possuía ou portasse armas. A ronda policial se estendeu ao longo de todo o dia 17, alarmada com a circulação de boletins, que reivindicavam abono de Natal para os camponeses. Os referidos panfletos foram distribuídos em todas as fazendas do município, pelos comunistas.¹⁶⁰

Caso não surtisse efeito o trabalho preventivo, por ele realizado, o DOPS apelava para a repressão direta, como aconteceu em Mirassol: uma semana depois da instalação do sindicato, ato que contara com a presença de 500 pessoas, a polícia fechou a Sede do PCB local, espancando quem nela estivesse.¹⁶¹ A repressão objetivava garantir a tranquilidade dos grandes proprietários rurais da Alta-Noroeste, os quais, em 1954, por intermédio da Associação Rural de Lins, enviaram um telegrama ao DOPS, pedindo providências contra

¹⁵⁹ Relatório de investigação 15/06/1950, Região de Araçatuba, Guararapes, Pastas temáticas/Agitação Rural (OS 0041). AESP

¹⁶⁰ Relatório investigação em Guararapes, 22/12/1950. Pastas Temáticas/Agitação Rural (OS 0041).AESP

¹⁶¹ Veras, N. A sindicalização rural em São Paulo. In: *Jornal Novos Rumos*, 21 a 27 de abril de 1961.

dois operários que estariam tentando “desorganizar o trabalho agrícola”. O DOPS, atendendo aos fazendeiros, prendeu os citados operários.¹⁶²

Na região Noroeste do Estado, foi fundamental, para a sobrevivência da militância comunista, os acessos às redes de relações pessoais privilegiadas, utilizados pelos *intelectuais desenraizados* e por classes sociais urbanas, ligados ao PCB. Foi assim que, nessa região, um médico e dois industriais faziam a ligação entre a zona rural e os chefes dos Comitês Municipais do Partido. A polícia de Avanhandava pediu à delegacia central de São Paulo que disponibilizasse os meios necessários para abordar o médico e os industriais comunistas, pois, devido à posição social à qual pertenciam, não haviam sido “interrogados severamente”. O médico era vereador pela UDN e gozava de enorme simpatia entre o povo, enquanto que os dois industriais só compareciam à delegacia assistidos por seus advogados. Desse modo, os recursos e os acessos de que dispunham essas classes urbanas, permitiam-lhes continuar atuando para cumprir as diretrizes do Partido em relação ao campo.

Devido à ausência de lideranças próprias dos camponeses, foi, a partir dessa intermediação exercida pelos *intelectuais desenraizados* entre os trabalhadores rurais e os Comitês Municipais, que outras greves ocorreram, no período de 1950 a 1957, na Região Noroeste. Ainda em 1950, a polícia não pode impedir as greves de Avanhandava, que envolveu 14 famílias de colonos, nem a greve feita pelos colonos do café, em Lins, que reivindicava a aplicação do contrato apresentado pela União dos Camponeses da Alta Sorocabana.¹⁶³ No ano de 1951, em Pirajuí, 150 trabalhadores rurais pediram férias remuneradas; em Lins, colonos e empreiteiros entraram em greve por aumento salarial; na cidade de Valparaíso, 70 famílias de colonos exigiram aumento no preço da saca de café; em Lins, em 1953, colonos de café entraram em greve, novamente, por aumento salarial. Já em 1957, a greve de trabalhadores rurais de Pirajuí visava o pagamento de salários atrasados. Nos municípios de Martinópolis, Valparaíso e Araçatuba, lavradores reclamavam da superprodução do algodão, do endividamento e da impossibilidade de escoar a produção, devido à falta de compradores. Muitos deles se dispuseram, até mesmo, a abandonar o cultivo de suas plantações.¹⁶⁴

¹⁶² BARRIGUELLI, op.cit, op.cit, p.296.

¹⁶³ Jornal *Voz Operária* n° 61 e 62 de 22/07/1950 e 29/07/1950 *apud* Medeiros, 1989

¹⁶⁴ BARRIGUELLI, op.cit, op.cit, p.285

Para atender tantas e tão diversas demandas, em 1952, o PCB enviou, para a região Noroeste, Edgard Almeida Martins, a fim de que ele atuasse na organização de arrendatários e de posseiros, em Araçatuba, em Avanhandava e em Alfredo Castilho. No meio rural de Valparaíso, de Rubiácea e de Muatinga, Edgard Almeida ajudou a formar a Associação dos Lavradores do Patrimônio da Mata, as Associações Rurais de Arrendatários de Andradina e de Birigui. Em Araçatuba, foi ele quem preparou a comitiva de camponeses que participou da I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas, realizada na capital do Estado.¹⁶⁵ Assim, nessa região do interior de São Paulo, até 1955, foram formadas associações de colonos, assalariados e camponeses, em Valparaíso, em Guararapes, em Araçatuba e em Andradina, contando, esta última, com aproximadamente mil sócios.¹⁶⁶

Na Alta Sorocabana, em 1950, os latifundiários também pressionavam o DOPS para que este reprimisse os comunistas que agiam entre os camponeses da região. Em Regente Feijó, um fazendeiro procurou o DOPS para queixar-se dos militantes do PCB que distribuíam panfletos insuflando os colonos a paralisarem a colheita, para reivindicarem novos contratos de trabalho. O Juiz de Martinópolis decretou a prisão preventiva de, pelo menos, três militantes que organizavam células entre os camponeses, na região de Presidente Prudente. Esses militantes percorriam toda a região de Regente Feijó, Indiana, Presidente Bernardes, Presidente Prudente e Santo Anastácio. Também foram presos, no município de Presidente Wenceslau, dois intelectuais ligados ao PCB, os quais intentavam realizar uma conferência pela Liga Humanitária contra a bomba atômica. Essas prisões revelam que, também no governo de Lucas Nogueira Garcez, assim como sucedeu no mandato de Adhemar de Barros, as oligarquias agrárias tinham o DOPS a seu dispor.

Em 1954, no município de Santa Cruz do Rio Pardo, a polícia matou o líder camponês da região, Martins Strunges, e prendeu outros líderes do PCB local, sendo um deles, “vereador de Prestes”. Tempos antes, Strunges teria procurado a Associação Profissional dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Rio Pardo, exigindo indenização por acidente de trabalho e, a partir de então, tomou parte na organização dos trabalhadores do campo. Em 1953, este camponês já ajudava os colonos, os meeiros, os arrendatários e os

¹⁶⁵ Declaração de Edgard Almeida ao DOPS, 1971. Prontuário Edgard Almeida Martins. Pasta Nominais. AESP.

¹⁶⁶ Resumo das organizações no campo, até dezembro de 1955, Levantamento feito pela ULTAB, datilografado, s/d. apud Carvalho Costa, 1996, p.37-80

sitiantes, a pleitearem, na Justiça, o direito à férias. No ano seguinte, foi assassinado. Desde 1953, a polícia da cidade recebera reforços do DOPS para prender vários lavradores, membros da Associação dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz. As prisões causaram a indignação do povo local, por não terem pretexto legal e serem resultado de uma ação policial, a mando dos grandes proprietários.¹⁶⁷

Em Piraju, no ano de 1951, latifundiários pediram ao Ministério do Trabalho, em nome da “preservação da paz social”, enérgicas providências contra a arregimentação de trabalhadores rurais, feita por sindicatos “ilegais”. Em resposta, o Ministério do Trabalho - MT - enviou um Parecer ao secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, no qual se pode perceber, claramente, a relação entre o PCB e os camponeses e, também, os benefícios aos trabalhadores advindos da orientação pecebista, a qual primava pelos meios legais de luta, e, dessa forma, contribuía para um relativo arrefecimento da repressão policial. Afirmava-se, no Parecer do MT, que sindicatos livres, associações civis do tipo sindical, Uniões Gerais de Sindicato, no interior de São Paulo, enfim, diversas bases permitidas e determinadas por lei, eram fundadas e dirigidas por gente do “ex-PCB”. Formaram-se, assim, núcleos a serviço de uma posterior batalha ideológica de cunho revolucionário, pois os remanescentes do PCB, tendo percebido que, como a ação nos centros urbanos “é mais dificultosa por conta da vigilância”, envolveram, então, o interior do Brasil, em um movimento da periferia para o centro, a exemplo da “rebelião bolchevique”, ocorrida na China. Os fatos ocorridos no sertão do Paraná, de São Paulo e da Bahia, e as agitações no interior do Ceará comprovariam tal ação comunista. O Parecer, ainda, fez referência ao Serviço Social Rural,¹⁶⁸ órgão do governo federal que atendia as necessidades prementes do trabalhador rural. O Parecer concluía com a colocação de que esse Serviço seria o instrumento institucional mais adequado para se enfrentar o comunismo no campo.¹⁶⁹

¹⁶⁷ BARRIGUELLI, op.cit, pp.286- 291.

¹⁶⁸ Comunicado, Piraju, 03/08/1951. Pastas Temáticas, Camponeses/Agitação Rural (0041). AESP

¹⁶⁹ Os organismos do governo federal, em 1950, como o Serviço Social Rural e a Comissão Nacional de Política Agrária não geraram políticas mais consistentes e duradouras de intervenção (CAMARGO,1981) João Goulart, quando era Ministro do Trabalho, em 1953, reconheceu que os sindicatos rurais “mais atuantes” eram os dos comunistas. Pode-se dizer que a própria nomeação de Jango esteve relacionada a tentativa do governo Vargas de se aproximar dos trabalhadores insatisfeitos com a carestia e com a inflação. A porta aberta pelo Catete no sentido da organização sindical livre de intervenção e repressão foi, em grande medida, explorada pelos comunistas para legalizar associações e sindicatos rurais. Todavia, Goulart, acusado pela oposição (UDN) de criar um “Republica Sindicalista”, teve que se demitir do cargo quando declarou apoio a

A continuidade do trabalho dos comunistas entre os camponeses, na região Noroeste do interior de São Paulo, também foi favorecida pela base deixada por militantes mais antigos, que não pararam de atuar nos movimentos sociais rurais e na manutenção do contato entre os integrantes do Partido. Na Sorocabana, segundo Lyndolpho Silva, “ele [Nestor Veras] foi iniciante naquela região adiante para lá de Prudente. Ele morava lá, era camponês de lá e na luta de posse organizou desde 1946, se não me falha a memória, e travou batalhas ali.”(2004, p.60)

A Alta Sorocabana, por fazer fronteira com o norte do Paraná, tornou-se lugar estratégico para o Partido auxiliar os posseiros envolvidos no conflito contra os grileiros, em Porecatu. Da perspectiva do Partido, o episódio parecia mesmo tratar-se de uma das centelhas revolucionárias que incendiariam o campesinato por todo o país. Comitês do Partido em Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Santo Anastácio, Martinópolis, Santa Fé do Sul e Assis, junto com os de outras cidades do norte do Paraná, forneciam armas, munição, dinheiro, medicamentos e alimentos aos “guerrilheiros” do conflito entre posseiros e grileiros, em Porecatu. (Faleiros, 1989, p.164)

Na Alta Sorocabana, extremo sudoeste do Estado de São Paulo, a maioria dos trabalhadores rurais também era de arrendatários e pequenos proprietários, como na Alta Paulista e na Noroeste. Fugindo dos grileiros que, atraídos pela construção da rodovia Rio-Bahia, expulsavam-nos de suas terras, inúmeros trabalhadores rurais vieram tentar a sorte nessa região e, terminaram como arrendatários ou colonos, nas terras de latifundiários. Uma das condições do contrato de arrendamento era o plantio exclusivo de algodão. Diante da falta de mercado internacional para esse produto, e a conseqüente impossibilidade de se escoar a safra, esses camponeses se viam obrigados a deixarem a lavoura.

Em 1953, no município de Martinópolis, extremo oeste do Estado, os plantadores de algodão viviam situação dramática, abandonando suas roças por não haver comprador para o produto, o que também ocorria em outras cidades da Alta Sorocabana. Além disso, os arrendatários também se queixavam pois não podiam plantar o que queriam, mas, sim,

duplicação do salário mínimo. Com o suicídio de Vargas, os sucessores no governo restauraram a intervenção, continuando as características do período Dutra, onde havia uma aliança entre o patronato e a polícia de um lado e, de outro, o controle dos processos e resultados eleitorais. Mesmo com a vitória de Juscelino Kubitschek e Jango, com o apoio dos trabalhadores na campanha eleitoral de 1955, sob o compromisso do combate à carestia e à repressão as greves, as delegacias locais da ordem política e social das forças de choque estavam, continuamente, contra os trabalhadores em favor do patronato. (NEGRO&SILVA, 2003, p.65-69)

apenas o que o proprietário determinasse. Portanto, seria extremamente inoportuno se fosse determinado o plantio do algodão.¹⁷⁰

Em agosto de 1954, na Alta Sorocabana, os produtores de algodão realizaram concentrações, reivindicando financiamento do Estado para o plantio. Só em Assis, mais de mil produtores reuniram-se e enviaram um telegrama ao Governo, pedindo a distribuição de ágios cambiais com financiamento. As concentrações aconteceram em Presidente Prudente, Rancharia, Paraguaçu, Martinópolis, Ipê e em outras cidades da cidade. Já nas cidades de Mirante do Paranapanema e de Santo Anastácio, aproximadamente 350 famílias resistiram aos despejos e às expulsões. (COSTA, 1996, p. 33-34)

No centro-oeste do Estado, a linha Sorocabana passava perto das cidades de São Manoel, Botucatu, Jaú, Lençóis Paulista, Piraju e Alfredo Guedes, cidades cujos colonos e camaradas das plantações de café iniciaram um movimento de repartição da terra, expulsando os “exploradores”. Por meio de um advogado, os colonos também requeriam o direito às férias. Logo, colonos de outras regiões procuraram o mesmo advogado, e processos semelhantes foram abertos por mais de dois mil e seiscentos trabalhadores do campo.¹⁷¹ Em Santa Cruz do Rio Pardo, colonos protestaram, por causa da obrigatoriedade de se fazer serviços que não estavam previstos em contrato. Como o administrador da fazenda insinuou que contrataria empreiteiros para realizarem os serviços, às custas dos colonos, estes decidiram entrar em greve e procuraram um Promotor de Justiça, dando entrada em um processo requerendo férias, aumento no valor dos serviços e o direito de plantar mantimentos nas ruas de café.¹⁷² As greves pela Sorocabana vinham desde 1950 e aconteceram, além de em Santa Cruz do Rio Pardo, também em Chavantes (1950 e 1951), Presidente Prudente e Ourinhos (1950 e 1953), exigindo, principalmente, o pagamento de verbas atrasadas e o aumento de salários.¹⁷³

A ULTAB não fez o levantamento de dados, na Sorocabana, sobre as formas de organização desenvolvidas pelo Partido, mas é possível supor que estas se constituíam em associações de trabalhadores rurais. A organização em sindicatos predominou na região da Mogiana, por existir nela um grande número de assalariados agrícolas. Na Região

¹⁷⁰ BARRIGUELLI, op.cit, op.cit, p.297

¹⁷¹ *Folha Socialista*, São Paulo, 5 de agosto de 1950, p. 8.

¹⁷² *Jornal Notícias de Hoje*, São Paulo, VI, n° 751, 15 de setembro de 1954

¹⁷³ Relatório de investigação, Chavantes, 07/05/1951. Pastas Temáticas, Camponeses/Agitação Rural (0041). AESP

Noroeste, como já observamos, havendo maioria de arrendatários e pequenos proprietários, criaram-se associações, e isto se repetiu na Região da Paulista e, provavelmente, foi este também o caso da Região da Sorocabana. Mas, o PCB não atuou apenas em associações de trabalhadores agrícolas.

No início dos anos 50, as reuniões preparatórias para a criação de células e organização de congressos tinham a seguinte pauta: - situação do trabalho no campo; - levar o Partido, sobre todas as formas, para o campo; - trabalhar pelo congresso, organizando conferências; - fazer alicerces no campo, à base de células; - fazer círculo de leitura de jornais, sobre salários; - efetivar, ao lado da estratégia de atuar em organizações paralelas ou nos limites da legalidade, as “lutas mais altas e vigorosas”, nas quais os camponeses recorreriam às armas de fogo e às armas brancas, para defenderem seus ideais, suas causas e suas terras. A partir do *Ativo Sindical de 1952*, a mudança que se processou nas orientações do Partido refletiu-se na organização da campanha da Paz, e na das concentrações de produtores de algodão de Paraguaçu Paulista, Rancharia, Assis, Presidente Prudente e Santo Anastácio, movimentos que tiveram o apoio das associações rurais da região e da FARESP. Ou seja, as associações rurais, antes vistas como reacionárias, tornaram-se espaços com os quais o PCB procurou compor. Nesse sentido, o Partido contribuiu com as Associações Rurais organizadas em Santo Anastácio, em Ribeirão dos Índios, Alto Alegre, Itaúba, Assis, além dos Sindicatos de Colonos em Palmital, Santa Cruz do Rio Pardo e em Ourinhos.¹⁷⁴

O massacre ocorrido em Tupã refletiu o choque entre a diretriz partidária, de organizar os camponeses “a qualquer custo”, e a repressão sistemática adotada pela polícia do governador Adhemar de Barros. Portanto, o ano de 1949, na Alta Paulista, ficou marcado pela repressão, que desarticulou as tentativas de realização do Congresso que formaria uma União de Trabalhadores Rurais em Marília e em Tupã. Ainda nesse ano, na cidade de Garça, os comunistas tentaram formar uma célula camponesa e fundar a associação dos camponeses. Todavia, a polícia reprimiu a atuação do Partido, que contava com quarenta e nove contribuintes.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Declaração de Edgard Almeida ao DOPS, 1971. Prontuário Edgard Almeida Martins. Pasta Nominais. AESP.

¹⁷⁵ Relatório investigação em Garça, 09/1949. Pastas Temáticas/Agitação Rural (OS 0041).AESP

No ano seguinte, 1950, ocorreram inúmeras greves, na Alta Paulista. A que se realizou em Adamantina envolveu camponeses, provavelmente colonos, que reivindicavam aumento de salários; em Vera Cruz, fizeram uma greve de advertência; outra ocorreu em Pompéia, mas não há dados que indiquem que categoria de camponeses nela estava envolvida e qual seu motivo. Combinando as informações do DOPS com as do jornal *Voz Operária*, podemos afirmar que, em Tupã, os colonos do café entraram novamente em greve; como houve quebra do compromisso assumido pelo patrão durante greve anterior, os camponeses ocuparam a fazenda. Segundo o jornal, a luta dos camponeses era pela conquista de suas reivindicações mais sentidas: melhores salários, liberdade de reunião e de associação, direito de plantar nas ruas dos cafezais e férias anuais.

Outra greve aconteceu em Marília, envolvendo 12 famílias de assalariados, que acusavam o atraso no pagamento e retenção de salário, pelo patrão. Em 1951, há um registro de greve em Marília, novamente, só que agora exigindo o direito de férias. Em 1956, 49 trabalhadores diaristas do Posto Agrícola de Sementes de Marília entraram em greve por melhores salários e recorreram ao Promotor Público, para assegurar o emprego. Mesmo assim, 17 deles foram demitidos, o que definiu o fim da greve.¹⁷⁶ A greve em Pompéia foi realizada por colonos que exigiam a retirada do fiscal da fazenda. Em 17 de junho de 1957, trabalhadores rurais invadiram uma fazenda do Estado, em Marília, seguindo as orientações de um vereador, do presidente da câmara e do vice-prefeito, todos ligados ao PCB. Depois da invasão, os lavradores pediram a divisão das terras, ao Governo do Estado. A polícia reprimiu a ocupação.¹⁷⁷ Ainda nesse ano, ocorreram greves em Marília, por aumento de salário na colheita de café; outras duas em Piracicaba, uma realizada por pequenos proprietários, fornecedores de cana-de-açúcar, que reivindicavam melhor preço pelo produto, e outra feita por colonos, pelo aumento do preço do serviço prestado na colheita.¹⁷⁸

Há registros de atuação dos comunistas entre os camponeses, também em Adamantina e Lucélia. Em Adamantina, no ano de 1951, um vendedor de jornal orientava os colonos para que plantassem três, em vez de duas, carreiras de arroz e feijão, nas ruas de

¹⁷⁶ Relatório DOPS, 27/09/1956. AESP

¹⁷⁷ Pasta Delegacia Regional de Marília. 09/1957. OS. AESP

¹⁷⁸ Grande parte dos registros das greves são dos jornais *Voz Operária*, *Notícias de Hoje* e *Imprensa Popular*, além do *Terra Livre*, no período de 1950 até 1957, *apud* Medeiros, 1989

café; caso os fazendeiros reclamassem por causa do acordo, ele os defenderia. Em 1952, um Manifesto da *Aliança pela Paz* e contra a carestia foi publicado no *Diário Paulista*, de Adamantina. Propunha a luta contra a guerra imperialista, a luta pela Paz, pelo petróleo, extensão das leis trabalhistas ao camponês, direito à férias, pagamentos de feriados e domingos, garantia de preços dos produtos agrícolas e redução dos impostos aos pequenos proprietários.

Na Alta Paulista, prevaleceu a formação de Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, como as de Flórida Paulista, Garça, Tupi Paulista, Lucélia e Pompéia, pois, segundo dados do censo de 1950, nessa região do interior do Estado, predominavam os camponeses arrendatários e os pequenos proprietários. Vale lembrar que a Associação de Flórida Paulista tinha, aproximadamente, mil sócios. Na Alta Paulista, só se tem registro de um Sindicato de Trabalhadores do Setor de Açúcar, no município de Oriente. (COSTA, 1996, p.37)

A Marcha da Produção, o PCB e a política de Frente Ampla no campo.

Conforme já foi verificado, no Manifesto de 1958, a vitória do grupo pragmático, na disputa interna entre as correntes do PCB, significou a adoção de algumas mudanças no Programa partidário. Abriu-se, desse modo, um contexto em que a estratégia do grupo *renovador*, de fazer aliança com grandes proprietários que seriam contra o monopólio do comércio exterior exercido pelos norte-americanos, foi adotada, na prática, pela ULTAB.

Desde 1954, quando os Estados Unidos reduziram drasticamente a importação de café, as taxas de exportação apresentaram déficits crescentes e queda vertiginosa no preço desse produto.¹⁷⁹ Os problemas cambiais se agravaram com o Plano de Metas do governo JK e a insatisfação tomou conta dos produtores rurais do norte do Paraná e do oeste de São Paulo, os quais decidiram organizar uma marcha até a Capital Federal.¹⁸⁰ A Associação Rural de Marília manifestou-se publicamente contra o confisco cambial de 1956,

¹⁷⁹ VIANNA, Sérgio Bresser. Duas tentativas de estabilização: 1951 -1954. In: *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889 – 1989*. Marcelo de Paiva Abreu (org.) [et. al]. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999, p.145

¹⁸⁰ NOLLI, JDM; CESARIO, A. C. C. *Elementos de autoritarismo na proposta de segurança e desenvolvimento do governo JK*. Simpósio Nacional de História, Internet, v.1, p.3-9, 2005.

argumentando que as múltiplas taxas de câmbio favoreciam os setores da economia que dependiam da importação e prejudicava a exportação.¹⁸¹

No dia 12 de maio, os produtores rurais decidiram-se pela marcha. A Associação Rural de Tupã coordenou o movimento a partir do oeste de São Paulo e, no norte do Paraná, a Associação dos Lavradores em Londrina encabeçou o movimento. O líder paranaense enfatizou que não se tratava de um movimento de “desordeiros e arruaceiros”. No relatório do DOPS, constou que não havia participação de comunistas, na Associação Rural de Tupã, “eram todos lavradores, proprietários e pessoas esclarecidas”.

Em Tupã, o presidente da Associação Rural, Geraldo Martins Azevedo, foi quem liderou o movimento, convocando os cafeicultores das regiões Noroeste, Araraquarense, Mogiana, Sul de Minas, Espírito Santo e norte do Paraná para a marcha contra o confisco cambial. Segundo um dos membros da Associação na época, eles se encontrariam com os produtores paranaenses em Ourinhos e, de lá, seguiriam para o Rio de Janeiro¹⁸². Entretanto, o Ministro da Guerra do governo JK, o General Teixeira Lott, interrompeu o percurso da Marcha em Jacarezinho, fronteira do Paraná com São Paulo.¹⁸³

Os grandes proprietários também se queixavam da extensão das leis trabalhistas no campo: elas seriam inadequadas e imaginadas por quem não conhecia o setor. Essas leis criariam uma “ilusão quimérica” aos empregados, levando-os a se revoltarem contra o patrão “que antes era amigo e até consogro”. O confisco cambial e as leis trabalhistas viriam destruir o que seria “o melhor sistema de trabalho nos campos de todos os tempos: o colonato do café”.¹⁸⁴

Em 1947, como vimos, o PCB já havia formado duas células camponesas no município de Tupã, que tiveram vida curta, devido à repressão advinda com a cassação do

¹⁸¹ relatório DOPS, 23/05/1957. AESP.

¹⁸² Diário de Tupã, dezembro de 1991.

¹⁸³ NOLLI, JDM; CESARIO, A. C. C. *Elementos de autoritarismo na proposta de segurança e desenvolvimento do governo JK*. Simpósio Nacional de História, Internet, v.1, p.3-9, 2005.

¹⁸⁴ VIANNA, Sérgio Bresserman. op.cit, op.cit.. A crise cambial e a contradição entre a legislação trabalhista e as formas pré-capitalistas de relações de trabalho demonstram a mudança no padrão de acumulação na economia brasileira que, aos poucos, vai se descolando do setor exportador, especialmente o de café, para a produção industrial. A economia do país sai dos trilhos do café para trafegar nas rodovias da indústria automobilística de bens de consumo duráveis. No âmbito das relações de trabalho, para se livrarem de maiores encargos trabalhistas, de se verem obrigados a oferecer melhores condições de moradia, melhor fornecimento de gêneros alimentícios, insumos, etc., aos colonos e arrendatários, os fazendeiros adotaram uma nova forma de relação de trabalho que constituiu uma outra camada de trabalhadores rurais assalariados que eram contratados em regime temporário para executar tarefas determinadas (plantio/colheita): o “bóia-fria”.

Partido. A reunião preparatória para o Congresso que deveria ter fundado uma União dos Camponeses da Alta Paulista teve três de seus participantes massacrados, em 1949. Entre 1950 e 1951, os colonos do café entraram em greve, chegando até mesmo a ocupar a fazenda do patrão que não cumpriu o acordo firmado. Mas a repressão pura e simples não foi o único recurso a que a oligarquia local recorreu. Além de criar a “Casa do Pequeno Lavrador”,¹⁸⁵ diante da crise que se instalara na comercialização do algodão e do descontentamento dos pequenos produtores rurais que foram para o norte do Paraná, fundou-se, em 1950, a Associação Rural de Tupã, e, logo mais, a Cooperativa Agrícola Mista da Alta Paulista.

No início de 1950, o prefeito da cidade, Alonso Carvalho Braga, ele mesmo grande proprietário rural, com o apoio de um dos grandes oligarcas agrários de Marília, trouxe, para Tupã, Geraldo Martins de Azevedo, para organizar a Cooperativa e dirigir a Associação Rural. Geraldo dirigiu-se às empresas de Max Wirt, onde havia se formado, de onde trouxe os estatutos regimentais daquelas instituições. Eloqüente e gozando de carisma entre os pequenos produtores rurais, pode-se dizer que Geraldo serviu de *intelectual orgânico* para as classes dominantes da cidade.¹⁸⁶

Até 1954, quando a crise cambial atingiu a cafeicultura, apesar do descontentamento com o aumento do imposto territorial e com a falta de escoação para o algodão, mobilização alguma foi feita. Entretanto, com a crise cambial, Geraldo Azevedo, o *intelectual orgânico* da oligarquia agrária local, foi quem dirigiu a massa de pequenos produtores, não só de Tupã, mas também das de outras regiões, na chamada “Marcha da Produção”, ocorrida em 1957, e composta por “lavradores, proprietários e pessoas esclarecidas”. Nesse sentido, foi o *intelectual orgânico* da oligarquia agrária quem direcionou as demandas do campesinato local.

¹⁸⁵ Entidade criada em 1948, durante a gestão do Prefeito Alonso Carvalho Braga. Em 1949, no 1º número do II volume da revista do DASP, do Rio de Janeiro, a “Casa do Pequeno Lavrador”, por seu trabalho de assistência aos trabalhadores rurais, foi considerada um serviço municipal modelar, dizia o artigo que a entidade “tem prestado de maneira mais eficiente possível, completa assistência aos habitantes da zona rural [...], facilitando-lhes os meios de combate à erosão do solo, auxiliando na mecanização da lavoura, na fertilização dos solos e na racionalização das culturas.”

¹⁸⁶ Lembrado que, para Gramsci, “[...] todo grupo social que possui uma função essencial no mundo da produção econômica cria para si uma ou mais camadas de intelectuais orgânicos caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica, capazes de organizar a confiança da massa de homens em torno de seus interesses”. GRAMSCI, A. Caderno 12 (1932): apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: *Cadernos do Cárcere*. 3 ed., Rio de Janeiro, ed. Civilização brasileira, 2004, v.3, p. 15.

A repressão contra a atuação de *intelectuais desenraizados* e a assunção do *intelectual orgânico* dos grandes proprietários rurais como líder dos camponeses, e, ainda, a ênfase que era dada pelo PCB à luta pela organização dos assalariados rurais, em detrimento dos camponeses, determinaram a pouca força que a militância comunista teve para se desenvolver em Tupã. Nas regiões da Alta Paulista, da Noroeste e da Alta Sorocabana, a demanda no campo vinha dos arrendatários, posseiros e colonos, e não dos assalariados rurais.

Mesmo a presença dos membros do PCB na vida política urbana tupãense era pequena, como demonstra o fraco desempenho do “candidato de Prestes” pelo PTB, Nora Ribeiro, nas eleições municipais de 1955, que recebeu apenas 22 votos para vereador, em um colégio eleitoral com mais de 3 mil eleitores.¹⁸⁷ Os comunistas mantinham ligações com os ferroviários e atuavam na Associação Operária de Tupã, com destaque para a liderança de Geraldo Castro da Silva. Em relação aos camponeses, a única informação que temos é a de que Geraldo Castro distribuía, entre eles, o Jornal *A Voz Operária*, motivo pelo qual foi preso, em outubro de 1956.¹⁸⁸

A “Marcha da Produção”, em 1957, organizada, em Tupã, pelos prepostos dos grandes proprietários, demonstra qual grupo social conduziu, efetivamente, os camponeses da região. Isso não significa que a ação dos *intelectuais desenraizados* não tivesse alcançado efeito algum. Em maio de 1952, o líder do PTB local, o advogado Jamil Dualibi, depois das greves de colonos nas fazendas de café, e contra os interesses dos grandes proprietários rurais, conseguiu trazer para Tupã uma Delegacia Regional do Trabalho, para a emissão de carteiras profissionais e a fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas. Para um dos latifundiários, essas leis teriam destruído o colonato do café, “o melhor sistema de trabalho nos campos de todos os tempos”. Obviamente, essa queixa dizia respeito à relação de dependência do trabalhador para com o grande proprietário, pressuposta pela prática clientelística.

Em 1959, um relatório do DOPS, sobre a infiltração comunista em Tupã, apontou o resultado da militância comunista e da luta camponesa, no período de 1945 a 1957: “o comunismo teve sua época de importância em Tupã [mas com] a ação enérgica e mesmo

¹⁸⁷ Resultados gerais das eleições em nosso município. *Jornal de Tupã*, 9 de out. de 1955, nº 1966.1ºp.

¹⁸⁸ Relatório da Delegacia Regional de Tupã, 17 de outubro de 1957. OS 0906- Pasta Delegacia Regional de Tupã. AESP.

repressiva do dr. [delegado] quase que desapareceu.” A atuação do PCB na cidade não passou de débeis táticas de agitação e propaganda, nos períodos eleitorais, e não produziu repercussões importantes. Havia alguns simpatizantes do comunismo entre os funcionários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e os líderes comunistas da cidade eram da classe média. A população de Tupã era essencialmente católica e não tolerava o comunismo; a relação entre patrões e empregados era normal e até mesmo cordial.¹⁸⁹

Em Tupã, predominou o número de pequenos proprietários sobre o de arrendatários e o de assalariados. O desenrolar da organização desse segmento demonstra que se constituiu uma identidade entre eles e os grandes proprietários, na medida em que, reprimida a atuação do PCB, os chefes políticos locais, muitas vezes contando com apoio do governo do Estado, conseguiram atrair para si essa categoria, acolhendo-a na Casa do Pequeno Lavrador, na Associação Rural e na Cooperativa. Sempre houve a presença de um líder carismático, Geraldo Azevedo, que era apresentado, aos pequenos proprietários, como o “porta-voz” da categoria. Ou seja, toda mobilização desses trabalhadores rurais se deu sob a tutela dos “entendidos no assunto”, do *intelectual orgânico* do grupo dominante. Essa situação era diferente das greves de 1950, dos colonos, pois, entre eles, as orientações do PCB se fizeram sentir, contrariando a relação de “apadrinhamento”, clientelismo e cordialidade entre essa categoria e os patrões. Por outro lado, a “Marcha da Produção”, com o apoio da ULTAB, mostrou o grau das intensas transformações que se processaram no interior do Partido. Buscando o apoio dos camponeses médios e ricos, e o dos latifundiários contrários ao imperialismo norte americano, o Partido defendia, ao mesmo tempo, melhores condições para a comercialização do café produzido pelo pequeno produtor, bem como, o interesse das oligarquias agrárias ligadas à exportação do mesmo produto que, até aquele momento, havia sido o propulsor da acumulação de capital necessária ao processo de industrialização do país.

¹⁸⁹ Relatório da Delegacia Regional de Tupã, do ano de 1959. OS 0906 op. cit.. AESP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Wolf, a conjuntura define, em grande medida, a configuração das possíveis alianças entre as diferentes classes sociais envolvidas no processo histórico. Assim, mais do que a mediação ou não de um partido político, o que determinou o avanço ou o retrocesso dos movimentos sociais no campo, no interior do Estado de São Paulo, foi a conjunção de uma série de fatores e condições que possibilitou ou ameaçou a reprodução do modo de vida do campesinato. No Brasil, o hibridismo entre elementos modernos e retrógrados, característico das relações sociais estabelecidas no meio rural, possibilitou que, de acordo com o contexto local e imediato, ora o arcaico, ora o moderno, servisse aos interesses da manutenção do modo de vida do camponês. Entretanto, operando dentro das condições de uma formação social determinada pelo *Bloco Agrário Industrial*, a militância comunista e os movimentos camponeses representaram uma ameaça ao *status quo* da política brasileira e encontraram os limites na coerção violenta. De acordo com Moore, nos países onde a burguesia compôs alianças com as aristocracias ou oligarquias agrárias, as quais, por sua vez, se aburguesavam, o desfecho do processo revolucionário, nos termos de uma *revolução passiva*, foi conduzido por regimes ditatoriais.

Ao classificar o governo Dutra de “ditadura feudal burguesa”, o Manifesto de Janeiro 1948 se aproximou da real configuração política daquele momento, no processo da formação social brasileira. Todavia, a estratégia de promover a revolução a todo custo, de espriar as centelhas revolucionárias pelo campo, não encontrou o resultado esperado pelos líderes do Partido. Apesar da mudança de ênfase nas linhas adotadas pelo PCB, todos os seus Manifestos mantêm a exigência de se atender às demandas mais sentidas e imediatas dos trabalhadores rurais e a de promover uma reforma agrária radical ou democrática. Esse fato permitiu alguma organização e integração, ainda que precárias, entre os mais diversos movimentos sociais, envolvendo as várias camadas da população camponesa. Assim, no interior do Estado de São Paulo, entre 1945 e 1947, quando da legalidade do PCB, e buscando melhores condições de vida e de trabalho, a luta dos trabalhadores agrícolas voltou-se para a conquista de direitos trabalhistas, como férias, aviso prévio, jornada de trabalho, greve, liberdade de organização, melhores contratos de arrendamento, e de direitos sociais, como saúde, moradia, educação, em detrimento da questão da posse e

propriedade da terra. Isso não significou, entretanto, a total desconsideração, por parte dos camponeses, da proposta da reforma agrária. Retomando um exemplo, temos o caso dos colonos e/ou arrendatários da cidade de Olímpia, na região de São José do Rio Preto, que, ao invés de reivindicarem melhores contratos de arrendamento e, portanto, a melhora do que já estava dado, queriam o fim desses contratos e a implementação da reforma agrária.

Com o retorno do regime democrático, e sob o governo Dutra, uma das dificuldades enfrentadas pelo PCB, no sentido de fazer avançar seus projetos relativos à questão agrária no Congresso Nacional, estava a bancada conservadora. Essa bancada posicionava-se contra qualquer alteração legal que afetasse a grande propriedade, no plano nacional. No plano local, o Partido teve dificuldades em ampliar sua influência entre os camponeses, pois as oligarquias agrárias fizeram valer o mecanismo de troca de favores entre os municípios e o governo do Estado. Como exemplo dessa troca de favores, podemos citar a indicação do delegado de polícia local deixada a cargo do “coronel”. Tais dificuldades estabeleceriam fronteiras de uma democracia resultante do processo revolucionário constituído sobre a composição de um *Bloco Agrário Industrial*. A legalidade do PCB não se sustentou nesse contexto.

Dessa forma, podemos compreender as ameaças de intervenção do governo Dutra sobre o governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, que foi forçado a apoiar o sobrinho do Presidente, Novelli Jr., para ser seu Vice-Governador. Não bastasse o impedimento para que o Secretário da Agricultura organizasse o Congresso de Lavradores, as pressões do governo federal e o interesse de Adhemar de Barros em sua sobrevivência política endureceram a repressão contra os comunistas, sob o pretexto do radicalismo do Manifesto do PCB, de Janeiro de 1948. Nesta onda de repressão, as tentativas do PCB em organizar “União de Lavradores”, nas mais diversas regiões do interior do Estado, foram impedidas. No caso de Tupã, o chefe político do município tinha, sob sua influência, o delegado de polícia, o que pode ter sido fator determinante do grau de agressividade a que chegou a truculência policial. O clima de desconfiança, gerado pelo anticomunismo francamente disseminado na eleição municipal que ali se realizou, em 1947, impediu o enraizamento dos comunistas entre os trabalhadores rurais. A repressão esteve presente também no governo de Lucas Nogueira Garcez, sendo o caso de Santa Salete sua maior evidência. Nos governos seguintes, o DOPS continuou a vigilância no campo, em prontidão

para atender as queixas das oligarquias agrárias paulistas. No plano nacional, durante o governo Vargas, o Estado, por meio do Serviço Social Rural e da Comissão Nacional de Política Agrária, procurou outras formas de atender as demandas dos trabalhadores rurais, divulgadas pela imprensa *vermelha* (comunista). Pertencendo ao mesmo governo Vargas, o Ministro do Trabalho, João Goulart, pretendia utilizar, em prol do Estado, o avanço da militância comunista junto às organizações camponesas, promovendo, a partir do Governo, a sindicalização dos trabalhadores rurais.

As Campanhas pela Paz e pelo Petróleo permitiram que os militantes comunistas mantivessem ligações com os trabalhadores rurais e estabelecessem alianças com as classes interessadas no progresso nacional, em um momento em que o sectarismo, cioso em se afastar do oportunismo e do reformismo, esvaziava as fileiras do PCB. A partir dos resultados de pesquisa, sobre a composição social dos integrantes dos Comitês Locais do Partido, confirma-se a importância do apoio dos setores da pequena e média burguesia à atuação do PCB na defesa dos trabalhadores rurais. Foi a média burguesia que forneceu aos quadros do PCB os *intelectuais desenraizados*. Por outro lado, foi a pequena burguesia que proporcionou boa parte das lideranças locais e dos militantes que viajavam pelo interior do Estado, atuando entre os camponeses.

Assim, ao longo da primeira metade dos anos cinqüenta, os comunistas estiveram ao lado dos colonos e assalariados rurais, nas greves, na resistência de arrendatários contra abusos dos contratos, na defesa de posseiros contra despejos, etc. A partir do Ativo Sindical de 1952, embora permanecesse o discurso da Frente de Libertação, a leitura crítica ao sectarismo e a defesa do retorno dos comunistas às organizações oficiais ganharam espaço. Após o suicídio do Vargas, em agosto de 1954, temos o informe de Oto Santos que viu, justamente no sectarismo, decorrente dos Manifestos de 1948 e de 1950, o entrave para o avanço da aliança operário-camponesa e reconheceu a eficácia dos meios legais, dos recursos jurídicos e das organizações, entendidas e aceitas pelo homem do campo, na resolução dos conflitos rurais.

O crescimento, ainda que tímido, da mobilização dos camponeses, no interior paulista, está relacionado, de alguma forma, “a justeza com que o nosso Programa enfrenta a questão agrária”, não no sentido de estabelecer uma estratégia única, como a reforma agrária radical, que atendesse ao anseio camponês de se tornar proprietário, pretendida por

Diógenes Arruda, membro do Comitê Central, mas, antes, por tatear “as reivindicações mais sentidas”, as quais eram diversas e implicavam o desafio de atrelar, programaticamente, os interesses resultantes das mais contraditórias condições do campesinato.

O contato dos militantes com a realidade complexa e fragmentária do trabalhador rural determinou, em grande medida, a adoção de estratégias diversas para atender as demandas deste trabalhador e a aliança com a pequena burguesia e com os *intelectuais desenraizados* (setores estes que compunham boa parte do conjunto de militantes intermediários atuantes nos Comitês Locais espalhados pelas cidades do interior de São Paulo). Por outro lado, os conceitos marxista-leninistas e a propalada aliança operário-camponesa, bem ou mal, lançaram esses militantes no campo. A noção de campesinato, ao agregar várias categorias e condições do trabalhador rural, e a noção de restos feudais, ao denotar a dependência do homem do campo ao latifundiário e a marginalidade daquele em relação aos direitos sociais e políticos, garantiram o início da organização dos camponeses. Assim, foram integradas, ao Programa do PCB, as exigências oriundas dos próprios trabalhadores do campo. Entretanto, em determinados contextos, como no da luta dos arrendatários de Santa Fé do Sul, tais conceitos obliteraram as demandas reais, vindas do campo, ao reduzir a questão camponesa à luta pela posse da terra. Da mesma forma, a noção, segundo a qual, os restos feudais deveriam ser superados pelo trabalho assalariado rural prejudicou uma inserção mais efetiva e ampla do Partido entre os camponeses do interior do Estado de São Paulo e destes no jogo político aberto.

Com o Manifesto de 1958, o PCB admitia e realizava alianças até com latifundiários que tivessem contradições com o imperialismo. Como exemplo, podemos citar a Marcha da Produção, em 1956, apoiada pela ULTAB, mas promovida pelas Associações Rurais. Só neste momento, e de modo indireto, é que o Partido volta a atuar ao lado dos pequenos proprietários rurais da cidade de Tupã. Mesmo no núcleo urbano, viu-se que, nas eleições de 1955, o candidato comunista, pelo PTB, teve uma insignificante margem de votos. Os camponeses do município foram cooptados pelos grandes proprietários locais, por meio da instituição da Casa do Pequeno Lavrador, que oferecia benefícios e incentivos a essa camada social, desde 1948, e da liderança política do *intelectual orgânico* da oligarquia agrária local.

Evidentemente, o episódio do massacre de Tupã intimidou o PCB em relação a uma atuação mais efetiva, na cidade. Entretanto, além das condicionantes já apresentadas anteriormente, em certa medida, ao privilegiar a organização dos assalariados agrícolas, o Partido deixou espaço livre para a continuação do domínio dos grandes proprietários nas regiões da Alta Paulista, Alta Sorocabana e Noroeste. Tais proprietários gozavam dos favores das instituições de segurança pública do Estado de São Paulo. Certamente por isso, o DOPS obteve maior sucesso, na contenção dos movimentos sociais no campo, nessas regiões, do que nas da Mogiana e da Araraquarense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES FILHO, I. *A pintura como Conto de Fadas*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP, co-edição editorial Abari, 2003
- ARRUDA, P. O programa do Partido Comunista do Brasil – Bandeira de luta e de vida. In: *Problemas*, nº 64, dezembro de 1954 e fevereiro de 1955.
- BARRIGUELLI, J.C. Subsídios à História das Lutas Sociais no Campo em São Paulo (1870-1956) São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, Ufscar, 1981, v. II
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo: Alpha-ômega, 1978
- BEZERRA, G. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980, v.1 e v.2.
- BRAGA, S. S. (org.). Luiz Carlos Prestes: o Constituinte, o Senador (1946-1948). Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial - Edições do Senado Federal, vol. 10, 2003
- BRANDÃO, O. *Combates e batalhas (Memórias)*. São Paulo: Alpha –Ômega, 1978, vol. I
- BUSETTO, Á. *Economia e Poder local: Marília de 1946 a 1964*. Dissertação (Mestrado em história) – faculdade de Ciências e letras, Universidade Estadual Paulista. Assis, 1991.
- CAMARGO, A. de A. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). In: Castro Gomes, A. et al. *O Brasil Republicano: Sociedade e política (1930-1964)*. 6ª edição. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1996
- CARNEIRO, M. L. T. *Imprensa Irreverente, Tipos Subversivos*. In: *A Imprensa Confiscada pelo Deops: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê editorial; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003
- CARONE, E. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: DIFEL, 1974
- _____. *O PCB 1943-1964*. São Paulo: Difel, 1982, v. 2
- CHICOLTE, R. H. *O PCB, conflito e integração. 192-1972*. Rio de Janeiro, 1982
- CUNHA, P. R. da. *Aconteceu Longe Demais: a luta dos posseiros pela terra em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2007
- _____, *Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan, FAPESP, 2002.

_____, *O camponês e a história: a construção da Ultab e a formação da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais (Ipsos); Instituto Astrojildo Pereira (IAP), 2004.

DEL ROIO, M. A teoria de revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. IN: *História do Marxismo no Brasil*. Quartim de Moraes e Marcos Del Roio (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

_____, *A Classe Operária na Revolução Burguesa*, a política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____, Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema. IN: *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. Paulo Ribeiro da Cunha e Fátima Cabral (org.) São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FALCÃO, J. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FALEIROS, M. I. L. Percursos e Percalços do PCB no Campo (1922-1964). São Paulo, 1989. 243p. Tese (doutoramento em sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

FRENCH, J. D. O ABC dos Operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo – 1900-1950, Ed. Hucitec/Pref. Mun. de São Caetano do Sul. 1995.

GNACCARINI, J.C. *Latifúndio e Proletariado*, SP, Polis, 1980.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

_____, *Combate nas Trevas*, 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1999

GRAMSCI, A. Caderno 12 (1932): apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: *Cadernos do Cárcere*. 3 ed., Rio de Janeiro, ed. Civilização brasileira, 2004, v.3.

_____, Caderno 13 (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do Cárcere*. 3 ed., Rio de Janeiro, ed. Civilização brasileira, 2004, v.3

_____, Caderno 19 (1934-1935): Risorgimento italiano. In: *Cadernos do Cárcere*. 3 ed., Rio de Janeiro, ed. Civilização brasileira, 2004, v.5

_____, Alguns temas da questão meridional. In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

- GRESPLAN, J L S, O Marxismo de NWS. IN: *NWS na Historiografia Brasileira*. Marcos Silva (org.): Bauru, SP: EDUSC; FAPESP, 2001
- GUIMARÃES, R. *Travessia*, as tortura e dos meios de resistir a ela. Editora Revan.1999.
- HIRANO, Sedi. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo. Editora Hucitec, 1988.
- HOBSBAWM, E. “Os camponeses e a política”. *Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro, 1978
- IANNI, O. Revoluções camponesas na América Latina. In: *Revoluções camponesas na América Latina*. José Vicente Tavares dos Santos (org.). São Paulo: editora Ícone Ltda, 1985
- KOSSOY, B. O Jornalismo Revolucionário Ilustrado. *A Imprensa Confiscada pelo Deops: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê editorial; imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Arquivo do Estado, 2003.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto: o Município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: 3^a ed. , Editora Nova Fronteira, 1997.
- LEÃO, L. de S. *A Fundação de Tupã*. Tupã, 1968.
- LENIN, V. I. . El Programa Agrario de la Socialdemocracia en la Primera Revolucion Rusa. IN:*Obras escogidas*. Moscou; Progreso, s/d
- LIMA, A. S. *Vítimas do ódio: a luta pela terra em Tupã, a repressão e a militância comunista no interior paulista*. Trabalho de Conclusão de Curso (de graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, Marília, 2005
- MARIANI, B. *O PCB e a Imprensa: os Comunistas no Imaginário dos Jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP,1998.
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981
- MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 5^a Edição. São Paulo: Abril Cultural, Série Os Economistas, 1983.
- MONTES, A. V. et al. *Tupã: Depoimentos de uma Cidade*. Tupã – SP: Gráfica & Editora Multi-Gráfica, 2004, 526 p.
- MOORE JR., B. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Edições Cosmos, Lisboa – Livraria Martins Fontes. 632 p.

- MORAES, C. *História das ligas camponesas no Brasil*. Mimeo, s/d, p.2
- MORAES, Q. de. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. IN: *História do Marxismo no Brasil*. Quartin de Moraes e Marcos Del Roio (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000
- MOTTA, M. F. de V. O projeto político-pedagógico dos stalinistas brasileiros (formação de quadros e educação política no PCB 1950-58). São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em História e Filosofia de Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- NEGRI, B. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- NOLLI, JDM; CESARIO, A. C. C. Elementos de autoritarismo na proposta de segurança e desenvolvimento do governo JK. *Simpósio Nacional de História*, Internet, v.1, p.3-9, 2005
- OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira, crítica à razão dualista*. In: Seleções CEBRAP, São Paulo, Brasiliense/CEBRAP, 1975, VI
- PANDOLFI, D. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- POMAR, P. *A Democracia Intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946-1950)* – São Paulo : Arquivo do Estado Imprensa Oficial do Estado, 2002
- PRADO Jr., C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966.
- _____, *Evolução Política no Brasil e outros Ensaio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.
- _____, *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- PRIORI, A. A. *A Revolta Camponesa de Porecatu. A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1955)*. Assis, 2000
- QUERINO, R. A. *Mil Histórias para Contar: Formação de Quadros e Militância Comunista na Região de Marília – SP (1947-1956)*. Tese (mestrado em sociologia). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara. Araraquara, 2000
- RODRIGUES, L. M. O PCB os Dirigentes e a Organização. In: Castro Gomes et al. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

- RUBIM, A. A. C. *O PCB e a política cultural*. São Paulo, 1966. 415 p. Tese (doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Letras, USP.
- SAMPAIO, R.. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Ed., 1982.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partido: comunistas e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- SANTOS, R. S., Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB. IN: *Questão Agrária e Política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996
- _____, *Política e agrarismo sindical no PCB*. Brasília, Fundação Astrojildo Pereira/FAP, 2002
- SEGATTO, J. A. *Breve História do PCB*. 2º edição- Oficina de Livros: Belo Horizonte, 1989.
- _____, *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SILVA, E. A. da. *O Despertar do Campo: lutas Camponesas no Interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- SILVA, Fernando Teixeira da; LUIGI NEGRO, Antônio. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003, p, 47-95.
- SILVA, L. *O camponês e a história: a construção da Ultab e a construção da Contag nas memórias de Lyndolpho Silva*. CUNHA, Paulo R. (org.) São Paulo: IPSO, 2004
- SODRÉ, N. W. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990
- _____, Formação Histórica do Brasil -1962. IN:*A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006
- TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986
- TELLES, J. *O movimento sindical no Brasil*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981
- WELCH, C., GERALDO, S. *Lutas Camponesas no interior paulista: Memórias de Irineu Luís de Moraes*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

VERAS, N. A sindicalização rural em São Paulo. In: *Jornal Novos Rumos*, 21 a 27 de abril de 1961

WOLF, E. R. *Guerras Camponesas no século XX*. São Paulo: global, 1984.

VIANNA, L.W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 2º ed.

VIANNA, S. B. Duas tentativas de estabilização: 1951 -1954. In: *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889 – 1989/* Marcelo de Paiva Abreu (org.) [et. al]. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999

VIETEZ, C. G. *Reforma nacional-democrática e contra-reforma: a política do PCB no coração do ABC paulista, 1956-1964*. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.

VINHAS, M. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982

ACERVOS CONSULTADOS

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (AERJ).

Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP).

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM)

Biblioteca Municipal de Tupã Tobias Rodrigues.

Biblioteca do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre.

Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM), Campus 2, Unesp de Marília

ENTREVISTADOS

Alcides Antoniete, antigo comunista da cidade de Tupã, dia 21 de junho de 2007, Tupã-SP.

Avelino Lopes da Silva, morador da Fazenda Luar, 04 de outubro de 2004, Tupã-SP

Paulo José de Oliveira e Silva, advogado e jornalista, 13 de junho de 2007, Tupã-SP

Enoque Fonseca, presidente do PC do B de Tupã. 19 de maio de 2007, Tupã-SP

Ismênia Machado, entrevista realizada no dia 17/04/2009, no CEDEM, em São Paulo, Capital.

SITES CONSULTADOS

ALMEIDA, Taelman Machado de. *Sepultado Edgard de Almeida Martins, um dos líderes da esquerda brasileira*. In: <http://midia independente.org/pt/blue/2004/10/292172.shtml>, site consultado em 15 de maio de 2009.

Censo1950_XXV_t2_SP. In: http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multipl0.php?link=CD1950&titulo=Censo%20demogr%C3%A1fico%201950, site consultado em 10 de janeiro de 2008.